

USO ATUAL DAS TERRAS

BACIA DO RECÔNCAVO NORTE
E DO RIO INHAMBUPE

ISBN 85-85976-47-0

64



SÉRIE ESTUDOS E PESQUISAS

GOVERNO DA BAHIA

Governo do Estado da Bahia
Paulo Ganem Souto

Secretaria do Planejamento
Armando Avena

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
Cesar Vaz de Carvalho Junior

Gerência de Recursos Naturais
Rita Pimentel

FICHA TÉCNICA

Elaboração
Rita Maria Cruz Pimentel
Sonia Maria Lima dos Santos

Planejamento Cartográfico
Ana Lúcia da Silva Teixeira
Denise da Silva Magalhães

Digitalização
Moisés Brunno Carvalho dos Santos

Arte Final (Cartografia)
Ana Lúcia da Silva Teixeira

Colaboração
Jussara Tourinho

Normalização
Gerência de Documentação e Biblioteca - GEBI

Coordenação Editorial
Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC/SEI

Projeto Gráfico e Padronização
Núbia Espinheira Avena

Coordenação Gráfica
Dadá Marques

Revisão Redacional
Ana Maria de Carvalho Luz

Editoração Eletrônica
Autor Visual Comp. Gráfica
Perivaldo Barreto Pereira

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

Uso atual das terras: Bacias do Recôncavo Norte e do Rio Inhambupe.
Salvador: SEI, 2003.

114 p. il tab. (Série estudos e pesquisas, 64).

ISBN 85-85976-47-0

1. Uso da terra – Bacia do Recôncavo Norte. 2 Região Metropolitana de Salvador. 3. Rio Inhambupe. I. Título. II. Série.

CDU 711.14 9813.8)

Av. Luiz Viana Filho, 4ª Avenida, 435, 2º andar - CEP 41.750-300 - Salvador - Bahia
Tel.: (71) 3115-4787 - Fax: (71) 3115-1853 - www.sei.ba.gov.br - sei@sei.ba.gov.br

■ SUMÁRIO

07	APRESENTAÇÃO
09	INTRODUÇÃO
10	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS
15	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA
15	O MEIO NATURAL
27	OCUPAÇÃO DO ESPAÇO
29	USO DA TERRA
30	CULTURAS
40	SILVICULTURA
42	PASTAGEM
47	COBERTURA VEGETAL
54	OUTROS USOS
54	INDÚSTRIA
60	RECURSOS MINERAIS
63	TURISMO, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL
68	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
73	ASSENTAMENTOS RURAIS
75	PESCAE AQUICULTURA
77	AVICULTURA
79	USOS E CONFLITOS
83	CENÁRIOS E TENDÊNCIAS
91	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
95	ANEXO

- APRESENTAÇÃO
- INTRODUÇÃO
- PROCEDIMENTOS
METODOLÓGICOS

APRESENTAÇÃO

Este número da Série Estudos e Pesquisas, elaborado pela Gerência de Recursos Naturais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, apresenta o mapeamento do uso atual das terras das bacias do Recôncavo Norte e do Rio Inhambupe, e representa uma continuidade na geração de informações referentes a esse tema. Nele estão configurados os padrões de uso identificados na área, contemplando as formas de apropriação dos espaços, o que possibilita uma visão analítica dos sistemas de produção e das pressões exercidas sobre os recursos naturais.

Essa linha de estudos vem sendo executada de forma sistemática, com o objetivo de dotar o Estado com levantamentos do uso da terra em escalas compatíveis, agregando uma gama de informações referentes ao espaço físico e contribuindo com mais uma variável para subsidiar o planejamento e os estudos ambientais voltados para a preservação e uso sustentável, bem como para a definição e o aperfeiçoamento de políticas públicas de desenvolvimento setorial e regional.

Retratando a realidade da época de sua execução, este levantamento constitui um diagnóstico referencial para estudos posteriores, pois permite estabelecer um quadro evolutivo, através do qual será possível avaliar os avanços ou regressões das fronteiras agrícolas, os níveis de desmatamento, a expansão das áreas urbanizadas, entre outras transformações ocorridas no ambiente.

O estudo foi realizado com base em imagens de satélites e é constituído de memorial descritivo e mapa na escala 1: 250.000, contemplando áreas de 46 municípios, entre os quais se destacam aqueles que compõem a Região Metropolitana de Salvador.

INTRODUÇÃO

O presente estudo trata da espacialização do uso da terra nas bacias do Recôncavo Norte e do Rio Inhambupe, onde se insere a Região Metropolitana de Salvador, áreas que polarizam uma diversidade de usos e atividades no seu entorno. Visa a identificar os diferentes usos da terra, quer em atividades agro-silvo-pastoris e cobertura vegetal, quer em atividades econômicas regionais ou pontuais, a exemplo do turismo e da mineração.

A publicação aborda, inicialmente, os procedimentos metodológicos utilizados, que tiveram como base a interpretação de imagens “LANDSAT TM”, na escala 1:100.000, combinada com resultados de pesquisa bibliográfica e de campanha de campo.

Na sequência, é mostrado um panorama geral da área, através da análise integrada de características físico-ambientais – como localização, clima, solos, entre outros fatores que interferem ou condicionam o desenvolvimento agro-silvo-pastoril – e de atividades que se destacam pelo potencial econômico e socioambiental, acrescida de uma sinopse sobre o processo de ocupação da área.

No capítulo Uso da Terra, é feita uma abordagem das unidades de mapeamento direcionadas para os aspectos agropecuários, em que cada unidade é localizada no espaço, analisada, comparada com os dados da PAM, na busca de compatibilização dos dados espaciais com dados estatísticos. Nessa análise, constatou-se que as pastagens predominam sobre as demais ocupações e que são subutilizadas, pois as extensões mapeadas não correspondem ao quantitativo de efetivo animal: bovino, caprino ou outros.

Ainda nessa parte, os espaços cultivados foram analisados sob a mesma ótica, verificando-se que essas superfícies não são muito expressivas e apresentam descontinuidade, excetuando-se os cultivos de cana-de-açúcar no Recôncavo e a silvicultura (eucalipto) no Litoral Norte. As demais são representadas por pequenas manchas, com variações quanto ao trato cultural. A laranja se destaca na porção centro-norte da área, tendo o município de Inhambupe como maior produtor. O coco-da-baía está presente em Acajutiba e municípios litorâneos. As culturas temporárias se disseminam no espaço mapeado, evidenciando-se os cultivos de mandioca, feijão e milho.

Mencionam-se ainda os plantios de abacaxi, hortícolas e outros que ocupam pequenas extensões, embora sejam de importância fundamental na composição da economia regional.

O capítulo Outros Usos contempla a ocupação não agrícola como atividade econômica e espacial no território, na qual se incluem as áreas urbanas, industriais, turísticas, minerais e de preservação, cuja maior concentração ocorre na Região Metropolitana de Salvador, onde se implantou o Pólo Petroquímico de Camaçari, o Centro Industrial de Aratu, a exploração petrolífera e o maior acervo histórico-cultural e paisagístico do Estado.

Na continuidade do estudo, no capítulo Usos e Conflitos, analisam-se atividades que se superpõem e necessitam de redimensionamento, em função da capacidade de suporte de cada espaço, e de uma melhor interação do homem com a natureza, mesmo nas áreas urbanizadas e densamente ocupadas.

Finaliza-se com o capítulo Cenários e Tendências, em que cada tipo de uso é comentado de forma sinóptica e conclusiva.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A etapa inicial do trabalho consistiu no levantamento bibliográfico, cuja dimensão quantitativa demonstra a importância da área. A revisão dos estudos identificados foi de grande valia para o conhecimento desse espaço, subsidiando todas as fases do estudo. Em razão do grande número de trabalhos, seria improdutivo a referência a todos eles, razão pela qual são destacados alguns cuja abordagem foi considerada relevante.

Em 1987, o Centro de Estatística e Informações da Bahia desenvolveu o trabalho *Qualidade Ambiental do Recôncavo Baiano e Regiões Limítrofes*, com a proposta de avaliar a qualidade do ambiente, cuja ocupação se deu no início da colonização, com o uso intensivo dos recursos naturais. O referido estudo identificou pontos críticos ou vulneráveis à ação de agentes poluidores capazes de desencadear sérios prejuízos ao meio ambiente, principalmente nos centros industriais.

O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC, instituído pela Lei nº 7661 de 16/05/1988, que tinha como objetivo orientar a utilização racional dos recursos na Zona Costeira, contemplou o litoral baiano setorizado em Norte e Sul. A primeira etapa priorizou o Litoral Norte, subdividido em setor I e II. São incluídos, no estudo, a cidade de Salvador, a Baía de Todos os Santos e os municípios no seu entorno.

Em função do crescimento das atividades turísticas, foi criada, em 1993, a Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte, na tentativa de disciplinar a ocupação, onde foram definidas zonas de uso de acordo com o Plano de Manejo, baseado no uso sustentável.

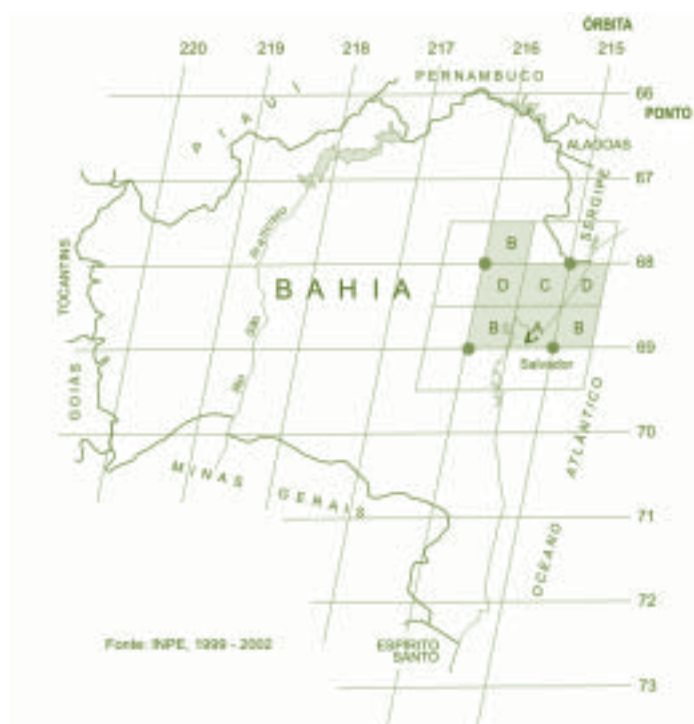
Posteriormente, em 1994, o Centro de Estatística e Informações publicou o *Perfil Regional do Litoral Norte*, que apresenta uma abordagem integrada dos recursos dessa área, cujo objetivo foi subsidiar o planejamento, com dados atualizados sobre a região.

Outras publicações de igual importância foram levantadas e contribuíram na composição do trabalho.

Este estudo desenvolveu-se com base na metodologia usada nos levantamentos anteriores, procurando adequar alguns parâmetros às particularidades regionais e buscando sempre retratar as atividades produtivas, especialmente a agropecuária, com o detalhe permitido pela escala do mapeamento.

As imagens do Sensor Thematic Mapper (TM) – nas combinações das bandas 3,4 e 5, órbitas 215 e 216 e pontos 68 e 69, na escala 1:100.000 – constituíram o material básico deste mapeamento, com coberturas que compreendem o período entre 1999 a 2002 (Figura 1).

FIGURA 1 – IMAGENS DE SATÉLITE UTILIZADAS



A variação, no período de observação, deveu-se à incidência de nuvens ao longo do litoral, principalmente no entorno da Baía de Todos os Santos, o que provocou a baixa qualidade das imagens e tornou necessária a composição de mosaicos de diferentes períodos, para obtenção de um recobrimento satisfatório.

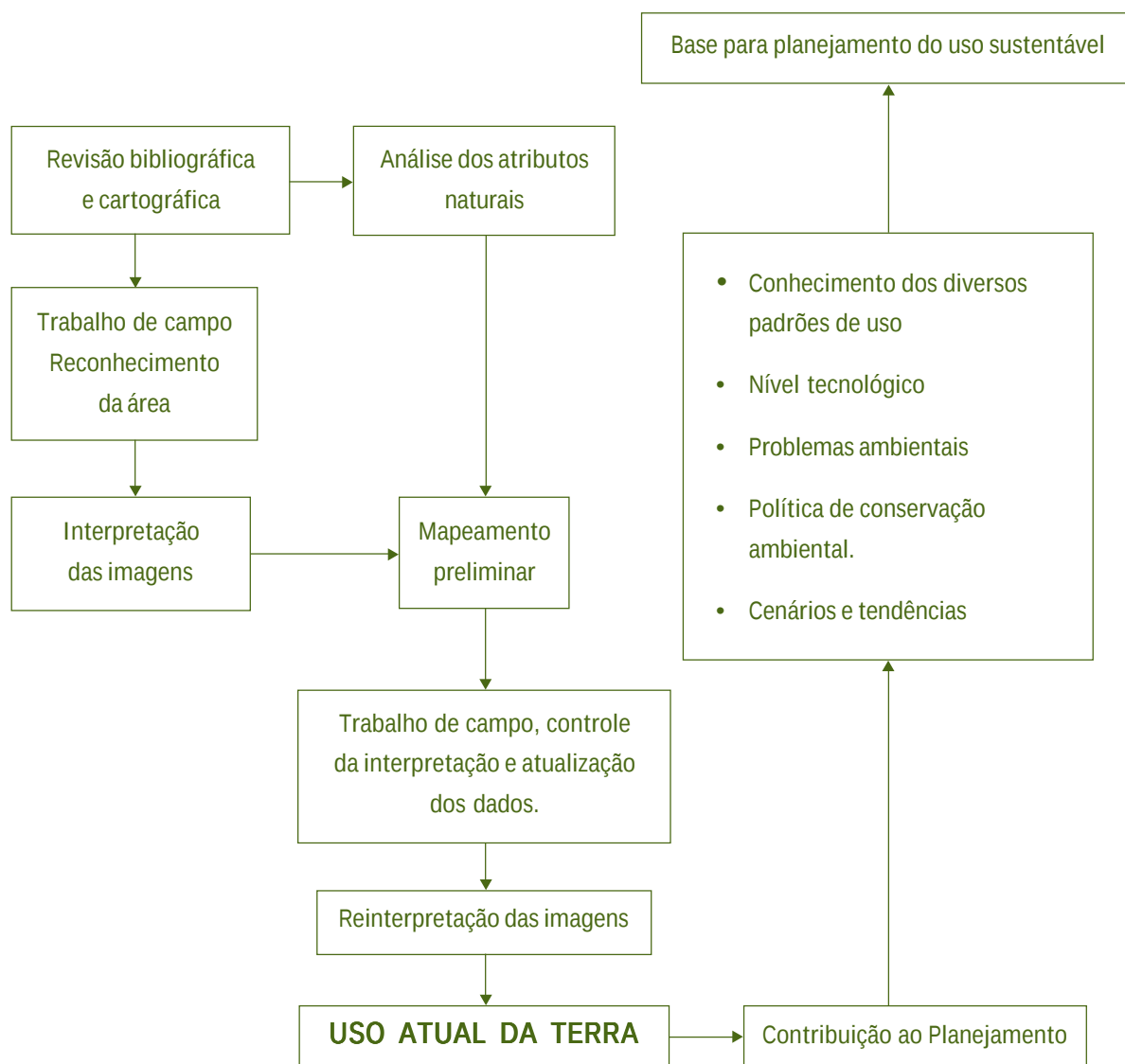
Considerando-se que o principal objetivo do estudo é a espacialização do uso atual, quando necessário, ou as imagens não retratavam o momento recente, ou seja, da época do estudo, as campanhas de campo foram intensificadas, com o intuito de atualizar as informações.

No que se refere ao mapeamento, adotou-se a escala 1:250.000, devido ao recorte, à dimensão e à concentração de municípios, e, principalmente, pela presença da Região Metropolitana de Salvador, que concentra uma diversidade de usos.

As etapas desenvolvidas seguiram o roteiro metodológico apresentado de forma esquemática na seqüência deste estudo.

Portanto, após criterioso levantamento bibliográfico e reconhecimento da área em campo, procedeu-se à interpretação visual das imagens de satélite. Nessa etapa, foram delimitadas e individualizadas as diferentes feições que constituem os padrões de uso. Esses, por sua vez, formam as unidades de mapeamento, identificadas pela predominância da ocupação quando se referem ao uso agro-silvo-pastoril e cobertura vegetal, ou pela importância econômica da atividade, relativo ao que foi identificado como outros usos.

Roteiro Metodológico



Nessa escala de mapeamento, apenas manchas extensas e contínuas são mapeadas em unidades simples. As demais são representadas sob a forma de associação, na qual a atividade predominante aparece em primeiro plano.

As unidades do uso atual, no mapa, estão representadas através de letras maiúsculas e minúsculas, identificadoras do grupo ou domínio da atividade, e, num mesmo grupo, por algarismos arábicos dispostos em ordem crescente. Quanto aos grupos denominados Outros Usos, foram utilizadas simbologias especiais, indicativas da atividade.

- CARACTERIZAÇÃO
DA ÁREA
- USO DA TERRA
- OUTROS USOS
- USOS E CONFLITOS

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

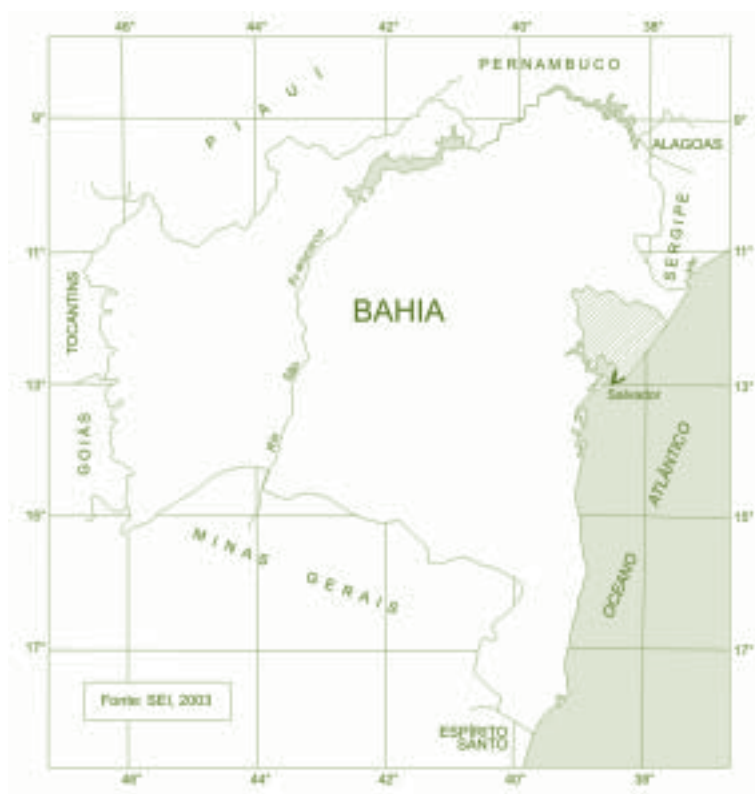
O MEIO NATURAL

A área objeto deste estudo é dotada de grande potencial natural, econômico e cultural, com uma faixa litorânea de aproximadamente 140km, delineada por belas praias que emolduram cenários de rara beleza, opção de lazer para a população de Salvador e adjacências, efetivando-se como o principal vetor de desenvolvimento das atividades voltadas para o turismo, já consolidado na cidade de Salvador, ao longo da BA-099, trecho da estrada do Coco, e em franca expansão no segmento da Linha Verde.

Nesses espaços, incluem-se os maiores centros industriais e de serviços do Estado, além da extração e refino do petróleo, que constituem pólos de referência importantes do ponto de vista econômico e no aspecto social.

Ocupa uma área aproximada de 17.235,12km², entre as coordenadas geográficas de 11° 35' a 13°08' de latitude sul e 37° 41' a 39° 10' de longitude oeste, mais precisamente na parte leste-nordeste do Estado, conforme é delineado na Figura 2.

FIGURA 2 – LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO



Engloba as bacias do rio Inhambupe e as do Recôncavo Norte, formadas pelas sub-bacias dos rios Subaúma, Sauípe, Pojuca, Jacuípe, Joanes, Subaé, Açu e outros de cursos secundários, que agregam vales de pouca extensão, na maioria situados no município de Salvador, a exemplo dos rios do Cobre, das Pedras, Camarujipe, Troboji, Lucaia e Jaguaribe.

Quanto à organização político-administrativa, a área compõe-se de 46 municípios, dos quais dezesseis estão parcialmente incluídos no estudo, inclusive a Região Metropolitana de Salvador, grande parte da Região Econômica do Litoral Norte e pequena parte das regiões Nordeste e Paraguaçu, conforme ilustra a Figura 3.

Nas cidades, o processo acelerado de urbanização promoveu a concentração da população, propiciando a proliferação de favelas ou assentamentos espontâneos, tanto na periferia como nas chamadas áreas nobres.

O elevado grau de urbanização dos municípios da Região Metropolitana de Salvador ocorre em função da proximidade com a capital e das atividades produtivas, que exercem atração da mão-de-obra.

A concentração de atividades polarizadoras, presentes em alguns municípios, reflete-se nas estatísticas populacionais, que apresentam altas densidades demográficas, principalmente nas áreas industriais e nos grandes centros urbanos (Tabela 1).

A expansão urbana se efetuou e continua sem um ordenamento do uso e da ocupação do solo, embora esses espaços sejam regidos pela Lei do Uso do Solo Urbano. Os municípios da Região Metropolitana de Salvador são alvos desse processo, principalmente os litorâneos, que sofrem fortes pressões especulativas. Por outro lado, a ocupação não foi acompanhada por uma política urbana e de investimentos em equipamentos e serviços para atendimento às necessidades criadas por essas populações, o que conduz à degradação do espaço urbano.

Constata-se, ainda, que a área é bem servida de infra-estrutura viária, embora alguns trechos de rodovias não se encontrem em bom estado de conservação. A interligação viária se faz através de rodovias (federais, estaduais e municipais), ferrovias, dutovias e terminais aeroportuários. Como vetor principal, destaca-se a ligação Salvador - Feira de Santana, através da BR-324, que se comunica com as BR-116 e BR-101. Há outras ligações intermunicipais, como a BR-420 (Santo Amaro/Cachoeira) e a BR-110, e as rodovias estaduais, que interligam os municípios no entorno da Região Metropolitana, a exemplo da BA-526 (CIA - Aeroporto), BA-535 (Via Parafuso), BA-093 (Simões Filho- Alagoinhas), entre outras.

A BA-099, Estrada do Coco, que liga a cidade de Salvador ao Litoral Norte do Estado, tem seu trecho final na localidade de Praia do Forte. A partir desse ponto, inicia-se a Linha Verde, que se estende até o Estado de Sergipe.

Tabela 1 - Informações Municipais

Municípios	Área total (km²)	Área incluída no estudo(km²)	Área emersa* (km²)	População total (hab)	Densidade demográfica (hab/km²)
Acajutiba	267,66	61,56	267,00	14.322	53,6
Água Fria	643,18	643,18	707,00	14.718	20,8
Alagoinhas	733,97	733,97	734,00	130.095	177,2
Amélia Rodrigues	124,08	124,08	153,00	24.134	157,7
Aporá	572,23	320,44	599,00	16.765	28,0
Araçás	419,93	419,93	420,00	11.003	26,2
Aramari	352,54	352,54	331,00	9.258	28,0
Barrocas**	188,11	141,08	...	...	...
Biritinga	430,60	202,38	592,00	14.641	24,7
Cachoeira	398,47	87,66	398,00	30.416	76,4
Camaçari	759,80	759,80	760,00	161.727	212,8
Candeias	264,49	264,49	264,00	76.783	290,8
Cardeal da Silva	184,86	184,86	195,00	8.034	41,2
Catu	439,57	439,57	518,00	46.731	90,2
Conceição da Feira	159,78	44,73	160,00	17.514	109,5
Conceição do Jacuípe	115,68	115,68	145,00	26.194	180,6
Conde	950,62	313,70	951,00	20.426	21,5
Coração de Maria	372,32	372,32	357,00	23.818	66,7
Dias D'Ávila	207,50	207,50	207,00	45.333	219,0
Entre Rios	1.235,82	1.235,82	1.165,00	37.513	32,2
Esplanada	1.370,69	1.274,74	1.403,00	27.230	19,4
Feira de Santana	1.326,88	451,13	1.333,00	480.949	360,8
Inhambupe	1.163,56	1.151,92	1.245,00	29.589	23,8
Irá	239,66	239,66	271,00	25.163	92,9
Itanagra	452,38	452,38	452,00	6.370	14,1
Lamarão	356,00	291,92	282,00	9.523	33,8
Lauro de Freitas	59,91	59,91	60,00	113.543	1.892,4
Madre de Deus	11,14	11,14	11,00	12.036	1.094,2
Mata de São João	670,38	670,38	681,00	32.568	47,8
Ouriçangas	148,17	148,17	169,00	7.525	44,5
Pedrão	172,46	172,46	149,00	6.764	45,4
Pojuca	318,21	318,21	280,00	26.203	93,6
Salvador	706,80	706,80	325,00	2.443.107	7.517,3
Santa Bárbara	338,57	321,64	325,00	17.933	55,2
Santanópolis	250,03	250,03	211,00	8.644	41,0
Santo Amaro	518,26	518,23	486,00	58.414	120,2
São Francisco do Conde	266,63	266,63	219,00	26.282	120,0
São Gonçalo do Campos	293,99	214,61	294,00	27.000	91,8
São Sebastião do Passé	549,43	549,43	551,00	39.960	72,5
Sátiro Dias	974,55	906,33	686,00	17.251	25,1
Saubara	158,93	138,26	91,00	10.193	112,0
Serrinha	568,41	284,20	805,00	83.206	103,4
Simões Filho	192,16	192,16	192,00	94.066	489,9
Teodoro Sampaio	277,77	277,77	229,00	8.884	38,8
Teofilândia	317,98	143,09	266,00	20.432	76,8
Terra Nova	198,63	198,63	156,00	12.875	82,5
Total: 46	20722,79	17235,12	20.095,00	4.375.135	-

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. *A área emersa foi usada para o cálculo da densidade demográfica. ** Município instalado em 2001.

No que se refere à rede ferroviária, alguns trechos são importantes na movimentação da produção dos pólos industriais (CIA/COPEC) e no transporte de passageiros do subúrbio. Os trechos que se destacam são: ramal NE da Ferrovia Atlântica (Simões Filho/ Camaçari/ Copec/ Dias D'Ávila/ Alagoinhas). Além do ramal NW (Simões Filho/ CIA/ Candeias/ Camaçari) e a ligação Calçada/ Subúrbio.

As dutovias se localizam, em sua maioria, no entorno do Pólo Petroquímico de Camaçari, para o escoamento da produção de suas indústrias: a dutovia do canal de tráfego (COPEC/ Porto de Aratu); a Refinaria Landolfo Alves (terminal de Madre de Deus); o gasoduto CO-PENE/ Cotegipe; o acidoduto Caraíbas Metais/ CIBRAFÉRTIL; a rede de dutos entre as indústrias do COPEC; os politudos da RLAM; os oleodutos e gasodutos de São Francisco do Conde, de D. João a RLAM.

Na estrutura portuária, destacam-se o porto de Salvador e o porto de Aratu, principais canais marítimos da área, aos quais se acrescem o terminal marítimo de Madre de Deus – TEMADRE, que escoar a produção da RLAM, e o terminal marítimo de São Joaquim, importante no transporte de passageiros, além de inúmeras marinas. O acesso ao Estado se faz por via aérea, através do aeroporto internacional de Salvador.

Quanto às características naturais, a posição geográfica é determinante em relação ao fator climático. A influência da massa líquida, na costa atlântica e no entorno da Baía de Todos os Santos, contribui para a ocorrência de chuvas constantes e de umidade relativa do ar bastante elevada na zona costeira. À medida que se avança para o interior, essas características tendem a se modificar, com a diminuição das precipitações e da umidade, podendo-se identificar faixas climáticas distintas, que variam do úmido ao semi-árido, passando pelo úmido a subúmido e do subúmido a seco, conforme dados apresentados na Tabela 2.

No litoral, o clima é úmido, com chuvas regulares, com maior concentração no período de outono e inverno, quando são atingidos índices pluviométricos acima de 1.600mm anuais, que chegam a 2.099mm em Salvador, com temperatura média entre 24 e 25°C. A faixa subsequente apresenta uma pluviosidade mais baixa, que varia de 1.500 a 1.200mm ao ano, com temperaturas entre 23 e 24°C, caracterizando um clima úmido a subúmido.

Na faixa considerada como de transição, o clima varia de subúmido a seco, com pluviosidade entre 800 e 900mm. A partir dessa faixa, as chuvas tornam-se irregulares e escassas, concentrando-se no período de primavera e verão, com temperatura média anual de 24°C e déficit hídrico durante todo ano, condição natural do clima semi-árido.

A variação na distribuição das chuvas está relacionada diretamente aos sistemas meteorológicos que atuam na região, destacando-se a Frente Polar Atlântica – FPA, que penetra pelo litoral durante todo ano, porém com mais frequência no outono e no inverno, provocando chuvas intensas e quedas de temperatura no litoral.

Tabela 2 - Caracterização climática

Municípios	Altitude (m)	Precipitação Anual (mm)	Temperatura Média anual (°C)	Tipos Climáticos Thornthwaite
Salvador	51	2098,9	25,3	Úmido
Camaçari	48	1976,3	24,5	Úmido
São Francisco do Conde	15	1687,0	24,6	Úmido
Dias D'Ávila	15	1539,8	24,6	Úmido a subúmido
Alagoinhas	131	1234,1	23,9	Úmido a subúmido
Conceição da Feira	200	1204,8	23,5	Úmido a subúmido
Serrinha	360	942,4	23,6	Subúmido a seco
Inhambupe	180	923,2	23,8	Subúmido a seco
São Gonçalo dos Campos	261	870,6	23,2	Subúmido a seco
Feira de Santana	257	848,1	24,1	Subúmido a seco
Feira de Santana	190	822,8	24,7	Subúmido a seco
Sátiro Dias	230	641,9	24,3	Semi-árido
Biritinga	270	671,5	24,1	Semi-árido

Fonte: SEI, Balanço Hídrico do Estado da Bahia, 1999.

As áreas de convergência de ventos se deslocam conforme os movimentos da Terra e a incidência dos raios solares. No caso específico da Zona de Convergência Intertropical – ZCIT, quando permanece por mais tempo na zona equatorial, as secas no semi-árido são mais severas; ao contrário, quando desce até o litoral setentrional nordestino, sofre influência da FPA provocando chuvas intensas no semi-árido.

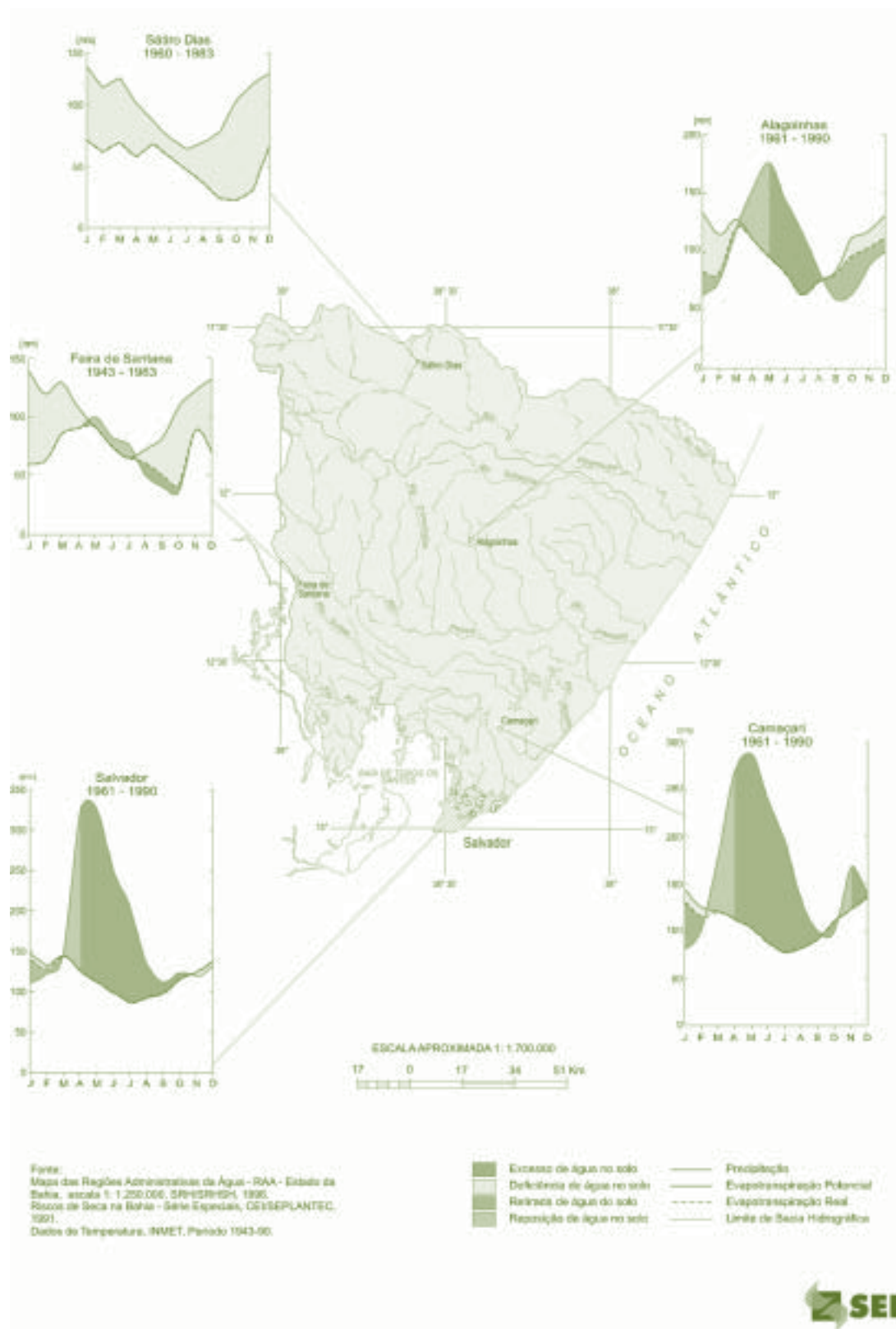
As temperaturas apresentam pouca variação, com isotermas anuais entre 24° a 25°C, com exceção do semi-árido, cuja média atinge 21°C nos meses mais frios, julho e agosto, quando aumenta a amplitude térmica.

Os dados relativos às precipitações e temperaturas mensais permitem, através dos cálculos do balanço hídrico, estimar outros parâmetros climáticos relacionados com as deficiências ou excedentes hídricos, que são informações importantes para o desenvolvimento das plantas. Para sua determinação, foram utilizados os limites de armazenamento de água de 125mm para as regiões de maior umidade, com precipitações entre 800 a 1.800mm anuais, e 50mm para as mais secas, onde a pluviosidade é inferior a 800mm anuais.

Na Figura 4 estão representados os gráficos correspondentes ao balanço hídrico de algumas estações meteorológicas, cuja escolha se deve à sua posição geográfica, para melhor caracterizar a diversidade climática.

Confirmando a influência do clima na natureza das espécies vegetais, observa-se que a presença dessas espécies reflete os índices de umidade e aridez, numa gradação que começa com a Floresta Ombrófila (Mata Atlântica), na faixa úmida, passando pelas Florestas Estacional Semidecidual e Decidual e a Caatinga mais para o noroeste.

**FIGURA 4 – BALANÇO HÍDRICO SEGUNDO THORNTHWAITE
BACIAS DO RECÔNCAVO NORTE E DO RIO INHAMBUPE**



Na parte oeste, denominada de agreste, identificam-se ambientes de Tensão Ecológica, pelo contato entre a Floresta Estacional e a Caatinga, o que caracteriza a transição para o clima semi-árido. Registram-se, ainda, manchas representativas de Cerrado gramíneo lenhoso e arbóreo aberto, principalmente nos municípios de Alagoinhas e Camaçari, cuja ocorrência está relacionada com as condições edáficas.

De um modo geral, a vegetação natural encontra-se praticamente devastada, dando lugar a atividades produtivas, principalmente a agropecuária e a silvicultura. Nos trechos onde ocorrem testemunhos da cobertura vegetal, esses aparecem bastante descaracterizados, em função do uso predatório de espécies com valor comercial, bem como para atender às demandas de madeira para diversos fins.

A retirada da vegetação gera problemas graves ao meio ambiente, contribuindo para a ocorrência de processos erosivos na camada superficial dos solos e comprometendo a capacidade de uso dos mesmos, evidenciada pela baixa produtividade, o que provoca o assoreamento dos rios e reduz sua vazão, além de causar o desaparecimento de várias espécies animais e vegetais.

A redução dos índices pluviométricos exerce influência no regime dos rios. No noroeste, os rios são temporários, tendo seu curso interrompido por vários meses em períodos de estiagem, nos quais as precipitações são praticamente inexistentes, comprometendo todo o sistema de drenagem, tanto nos mananciais de superfície como nos lençóis subterrâneos.

O alto curso do rio Inhambupe, por exemplo, tem afluentes com regime intermitente, em razão de sua nascente localizar-se em clima semi-árido. A bacia do Recôncavo Norte constitui-se de nove sub-bacias formadas por rios permanentes em toda a sua extensão, face ao clima úmido, em que a influência das massas de ar oceânica provoca precipitações frequentes, influenciando na drenagem superficial.

O potencial hídrico subterrâneo é expressivo, representado pelo sistema aquífero de São Sebastião, que desempenha papel preponderante no abastecimento do setor industrial e atende a demandas domésticas, abastecendo algumas cidades, principalmente no norte e noroeste, onde a oferta de água é limitada, em consequência das características climáticas.

É importante ressaltar que, nas Bacias do Recôncavo Norte e do rio Inhambupe, o uso das águas subterrâneas é bastante elevado, suplantando as grandes bacias do Estado, em razão das demandas do setor industrial.

No Complexo Petroquímico de Camaçari, o uso da água subterrânea é intensivo, com um número considerável de poços, nos quais se estima que o consumo ultrapasse uma marca superior a 7.000m³/h de água, volume considerado alto. Essa exploração intensa vem provocando mudanças no regime de fluxo desse sistema aquífero.

Estudos realizados, no período 1992 a 1993 por geofísicos da Universidade Federal da Bahia detectaram manchas de contaminação nos lençóis freáticos, relacionadas aos processos industriais, e concluíram que o rebaixamento de aquífero provoca uma amplificação na sua recarga a partir do lençol freático, correndo riscos de poluir-se.

No que se refere ao modelado, a superfície estudada apresenta feições distintas, formadas através de movimentos tectônicos e da acumulação de sedimentos – eventos ocorridos em tempos geológicos –, os quais, interagindo com outros fatores naturais, principalmente o clima, definem paisagens que integram os ecossistemas naturais.

As características e recursos estão relacionados com o tipo de modelado, que encontra-se compartimentado por regiões geomórficas, por tratar-se de uma variável importante para o conhecimento do espaço físico, além de ter uma relação direta com a ocupação e uso.

A Planície Litorânea caracteriza-se pelo modelado de colinas rebaixadas, com altitude inferiores a 100m, formadas pela acumulação de sedimentos de origem marinha, fluviomarinha, eólica e coluvial, e compreende o entorno da Baía de Todos os Santos, de traçado bastante recortado, estendendo-se ao longo de todo o litoral em faixa estreita, de contorno regular, alargando-se em alguns trechos, através dos vales.

Registra-se um avanço da Planície Marinha para o interior entre os rios Joanes e Jacuípe, configurando uma planície deprimida entre tabuleiros rebaixados, denominada de Depressão de Camaçari – Dias D'Ávila, onde ocorrem solos do tipo Espodossolos e cobertura vegetal de cerrado arbóreo, que contornam quase toda a extensão por contato de cerrado e restinga.

A drenagem é densa e do tipo dendrítica, formada pelo baixo curso dos rios, representados principalmente por micro bacias, com formação de manguezais nas desembocaduras desses rios no oceano Atlântico e na Baía de Todos os Santos.

A vocação dessa área é o turismo, em função do seu potencial natural, histórico e cultural, o que constitui sua principal fonte de renda. Também, a pesca se destaca como atividade alternativa mais importante para a população local, principalmente pelas limitações edáficas existentes, representadas pela predominância de solos arenosos, nos quais poucas culturas conseguem adaptar-se, como o coco-da-baía.

As planícies são representadas em maior extensão por praias, limitadas, em alguns trechos, por formações de recifes, originados da sedimentação dos arenitos, corais e algas, que formam barreiras naturais chamadas de quebra-mar, como ocorre em Arembepé, Porto Sauípe e Subaúma.

As formações dunares e as restingas aparecem, de forma expressiva, ao longo da planície – como um cordão entremeado por lagoas, a exemplo das dunas do Abaeté – e são, em grande parte, povoadas por uma vegetação pioneira, que funciona como agente fixador.

Entretanto, registra-se, em alguns trechos, uma certa mobilidade nas dunas, provocada pela devastação da cobertura vegetal.

Ainda nessa região, na Planície Fluvio-marinha, destacam-se os manguezais, ambientes de extrema importância na reprodução de algumas espécies marinhas, além de constituir-se em fonte de sobrevivência para a população local. As maiores extensões encontram-se no entorno da Baía de Todos os Santos, principalmente no estuário do rio Subaé. Na costa atlântica, os manguezais aparecem em extensões menores, nas desembocaduras dos rios Jacuípe, Subaúma e Inhambuê.

No Domínio das Bacias e na Cobertura Sedimentar, o modelado está representado pelas unidades dos Tabuleiros do Recôncavo, com prolongamento até o extremo norte, quando toma a denominação de Tabuleiros do Itapicuru, e a Baixada Litorânea. Os Tabuleiros do Recôncavo estão localizados entre as falhas de Salvador e Maragogipe, inseridos na fossa tectônica do Recôncavo-Tucano, incluindo grande parte dos municípios de Alagoinhas, Catu, Araçás e Pojuca.

As unidades dos tabuleiros ocupam grandes extensões. O modelado apresenta-se rebaixado, com altitudes inferiores a 200m, dissecado por drenagem moderada, onde se destacam os rios Pojuca, Jacuípe e outros de pequeno curso.

A litologia é basicamente constituída de arenitos, originando solos de baixa fertilidade, ácidos e com altos teores de alumínio, fatores limitantes que se refletem na capacidade de uso. São predominantes os Alissolos associados a Latossolo Amarelo, com presença de gradiente textural, característica que torna esse ambiente vulnerável à erosão.

Nas áreas de ocorrências de folhelhos da Formação Brotas, aparecem manchas de Vertissolo, também conhecido por Massapê, rico em nutrientes e de difícil manejo, onde a cana-de-açúcar se adaptou desde os tempos da colonização portuguesa.

A cobertura vegetal original encontra-se no domínio da Floresta Ombrófila, em função do clima úmido a subúmido, com pluviosidade superior a 1.200mm anuais, completamente descaracterizada, com ocorrência de raros testemunhos. Também há manchas de cerrado, bastante expressivas no entorno da cidade de Alagoinhas, que refletem o fator edáfico.

A importância econômica dessa área tem como referência a exploração mineral, voltada para extração de petróleo, atividade altamente relevante para o Estado e que exerce papel social importante na geração de emprego direto e indireto. Entretanto, a despeito dos fatores positivos, trata-se de uma atividade extremamente impactante, que altera o ambiente no entorno das estações e poços, descaracterizando-o. Para minimizar esses efeitos negativos, a Petrobrás vem reflorestando com eucalipto as superfícies degradadas, como alternativa de utilização, já que a recuperação para uso agrícola é praticamente inviável.

Ainda na Região do Recôncavo, encontra-se a unidade da Baixada Litorânea, localizada na parte setentrional da Baía de Todos os Santos, que apresenta modelado bastante desgastado e configura restos de colinas rebaixadas e planaltos residuais, com altitudes inferiores a 100m.

A estrutura geológica encontra-se cortada por falhas com direção sudoeste e nordeste, visíveis através do alinhamento do relevo, com litologia constituída de arenitos, folhelhos, siltitos e conglomerados das Formações Ilha, Santo Amaro e São Sebastião. Em alguns topos dos tabuleiros, ainda se encontra cobertura da Formação Barreiras, pouco extensa.

A rede de drenagem tem padrão dendrítico e encontra-se adaptada às estruturas onde as desembocaduras dos rios estão voltadas para a Baía de Todos os Santos e também para o Oceano Atlântico.

Quanto ao aspecto edáfico, predominam os Alissolos, bastante vulneráveis à erosão, de fertilidade baixa e teores altos em alumínio, fatores limitantes à sua utilização. Entretanto ocorrem manchas expressivas de Vertissolos, ricos em nutrientes, utilizados na cultura da cana-de-açúcar, principalmente nos municípios de Santo Amaro e Terra Nova.

Na parte leste, entre a Planície Litorânea e os Tabuleiros do Recôncavo, encontra-se a Região dos Planaltos Rebaixados, representada pela unidade dos Tabuleiros Pré-Litorâneos, que ocorre em bloco contínuo, a partir de Salvador, com penetração no sentido leste – oeste, variando cerca de 5 a 16km, chegando no seu limite superior à margem esquerda do baixo médio rio Subaúma.

Esses tabuleiros ocupam o horst oriental da fossa tectônica, com a litoestrutura constituída de granulitos e charnockitos do Pré-Cambriano inferior, limitando-se com a baixada litorânea, exceto em alguns trechos nos quais os tabuleiros chegam até o mar. Na cidade de Salvador, isso se torna evidente, principalmente no morro da Paciência, no Rio Vermelho, e no trecho compreendido entre o Cristo, na Barra, seguindo-se em direção ao bairro de Ondina, com afloramentos de rochas do embasamento cristalino.

O modelado apresenta-se dissecado e rebaixado, com formações de colinas e morros que atingem altitudes entre 100 e 200m. As áreas acidentadas da cidade de Salvador estão inseridas nessa unidade, com declividades que variam entre 14° e 27°, sobre encostas não consolidadas, com alto nível de instabilidade, vulneráveis a processos erosivos.

Além da fragilidade natural das encostas, o uso indevido, com destruição da vegetação, edificações irregulares e acúmulo de lixo, aumenta o nível de instabilidade do ambiente, o que se intensifica no período de maior pluviosidade, registrando-se acidentes com prejuízos financeiros e, às vezes, com perdas humanas provocadas por deslizamentos de terra. Entretanto, esses fatos estão mais relacionados com o déficit de moradia e a ocupação indevida do que com a instabilidade natural do ambiente.

A drenagem é dendrítica e densa, representada por pequenas bacias, constituídas de rios permanentes, como os rios Joanes, Jacuípe, Pojuca, Imbassaí, Sauípe e Subaúma.

A Região dos Baixos Planaltos se caracteriza pela presença de recobrimento com material detrítico recente, do Terciário e Quaternário, atribuído à Formação Barreiras. Esta se apresenta com espessura variada, com ocorrência, em alguns trechos, de afloramentos do embasamento cristalino de rochas granulíticas e charnockitos do Pré-Cambriano Inferior. Esses planaltos estão subdivididos, de acordo com a posição geográfica, em Tabuleiros Costeiros e Tabuleiros Interioranos.

Os Tabuleiros Costeiros aparecem a partir do Rio Sauípe, entre a Baixada Litorânea e os Tabuleiros do Recôncavo, ocupando todo o leste e abrangendo os municípios de Itanagra, Entre Rios, Acajutiba e Cardeal da Silva, nos quais o modelado é bastante dissecado e uniforme.

O relevo encontra-se bastante rebaixado, com altimetria inferior a 100m, sob clima úmido e úmido a subúmido, onde o nível de alteração das rochas é intenso e acelera os processos pedogenéticos, dando origem a solos de fertilidade baixa e horizonte superficial lixiviado, com tendência à “podzolização”. O empobrecimento da camada superficial e a variação da textura desta para a subsuperficial provocam uma grande instabilidade na estrutura do solo, favorecendo a erosão.

Na parte mais úmida, na faixa entre a Planície Litorânea e os Tabuleiros, a vegetação encontra-se sob o domínio da Floresta Ombrófila, resumida, hoje, a testemunhos e a pequenas parcelas bastante descaracterizadas. À medida que a influência do oceano diminui, o índice de umidade acompanha, refletindo-se na vegetação, com a Floresta tornando-se Semidecidual.

A rede de drenagem é dendrítica, e as principais bacias inseridas são a do rio Subaúma e do Inhambupe, representadas pelo seu baixo curso. As atividades de maior relevância são a pecuária e a silvicultura, com florestas de eucalipto e, em menor escala, pinus.

Ainda na Região dos Planaltos Rebaixados, ocorre a unidade dos Tabuleiros Interioranos, de forma espacialmente descontínua, em blocos de dimensões diversas, com altitudes em torno de 200m, relevo de topos concordantes e aplainados, em diferentes estágios de dissecção.

Os tabuleiros aplainados estão geralmente associados à cobertura de material coluvial areno-argiloso, com espessura de 2 a 5m. Nas áreas onde esse material é mais espesso, os topos são mais elevados e tabulares, recobertos por Floresta Estacional. Nas superfícies onde a cobertura é menos espessa, esses foram retrabalhados em planos mais baixos, os afloramentos de rochas são mais frequentes e há formação de depressões fechadas, registradas nas proximidades de Feira de Santana.

No bloco localizado a partir da cidade de Entre Rios, os tabuleiros acompanham o vale do rio Inhambupe, na sua margem direita, seguindo o sentido oeste e estendendo-se por

cerca de 80km de comprimento, com largura que varia entre 2 e 20km. Nessa área, predominam solos do tipo Latossolo, profundos e bem drenados, porém de baixa fertilidade, ocupados majoritariamente com silvicultura.

Na parte oeste, ocorre o Tabuleiro de Feira de Santana, com uma extensão aproximada de 45km de comprimento, iniciando-se nas proximidades de Amélia Rodrigues, onde se insere a cidade de Feira de Santana, e prolongando-se, a partir dessa, 20km no sentido norte. É nessa área que se localiza a nascente do rio Subaé, que tem, no seu alto curso, vazão diferenciada dos demais segmentos, por tratar-se de uma área de clima subúmido a seco, com diminuição dos índices pluviométricos, o que caracteriza uma área de transição climática. A cobertura vegetal reflete os teores de umidade, registrando-se Tensão Ecológica entre a Floresta Decidual e a Caatinga em quase toda a área.

Esse bloco caracteriza-se pelo modelado de planos inclinados, com topos concordantes e altitudes em torno de 200m. Está em grande parte conservado, o que se evidencia pela drenagem pouco entalhada, um relevo suave ondulado, com erosão superficial difusa. Os solos mais frequentes são os Alissolos, susceptíveis à erosão e de baixa fertilidade, utilizados principalmente com pastagem.

No extremo oeste, encontra-se a Região da Depressão Sertaneja, representada pelo Pediplano Sertanejo, que corresponde a uma superfície deprimida entre planaltos, e se limita, a leste, com os Tabuleiros Interioranos. Essa unidade geralmente apresenta uma certa relação com o clima, ocorrendo em áreas onde os índices pluviométricos são mais baixos, com uma estação seca bem definida, correspondendo aos climas subúmido a seco e semi-árido. A cobertura vegetal está constituída pela Floresta Estacional Decidual, e há Tensão Ecológica entre essa e a Caatinga.

O relevo apresenta-se bastante regular, com grandes extensões de aplainamento e interflúvios com dissecação homogênea. A litologia está constituída de rochas antigas do Pré-Cambriano, como gnaiss, metatexito e migmatitos, originando solos pouco desenvolvidos, com predominância de Planossolo, associado a Luvisolos, mal drenados e com altos teores em sódio, fatores que tornam o manejo desses solos extremamente difícil. Geralmente, são utilizados com pecuária extensiva.

Ocorrem ainda manchas pequenas de Neossolos Litólicos pedregosos e Latossolos distróficos profundos, com altos teores em alumínio, utilizados com pastagem e culturas de subsistência. Além dos problemas edáficos, o clima é outro fator limitante para o desenvolvimento da agropecuária nessa região.

OCUPAÇÃO DO ESPAÇO

A ocupação teve início com a Capitania da Bahia, num sítio favorecido pela sua localização estratégica: de um lado, a presença da baía, um ancoradouro natural; do outro, a costa Atlântica, que facilitava a comunicação com Portugal. Além disso, a presença da falha geológica

de Salvador, que modela de forma peculiar a topografia, com níveis diferenciados de altitude, permitia a visualização de toda baía, situação privilegiada no que se referia à segurança contra os prováveis inimigos e invasores.

A apropriação dos espaços para as atividades agrícolas começou em torno da Baía de Todos os Santos, na zona denominada de Recôncavo pelos colonizadores, que incluía as terras localizadas no fundo da baía, os vales, ilhas, várzeas e baixos planaltos próximos ao mar, onde se erguia uma vegetação exuberante de floresta, hoje praticamente devastada, após mais de quatro séculos de exploração.

A escolha dessa área estava diretamente ligada aos interesses mercantilistas dos colonizadores, que visavam à produção de açúcar, produto com grande demanda por parte dos países da Europa. Nela foi constatada a presença de manchas de Vertissolo, mais conhecido por massapê, solos com alta fertilidade, clima com índices pluviométricos e temperaturas favoráveis ao desenvolvimento da cana-de-açúcar.

A demanda por açúcar e a rentabilidade crescente motivaram a implantação do sistema de “plantation” para a cultura da cana-de-açúcar, voltada para o mercado externo. O crescimento da cultura exigiu um número cada vez maior de mão-de-obra, e a base econômica, um misto de feudalismo e capitalismo, levou os proprietários de terra a buscarem a força de trabalho menos dispendiosa, dando início à escravidão no Brasil.

Por quase três séculos, o açúcar permaneceu como o principal produto de exportação brasileira, tendo uma participação preponderante na ocupação e no povoamento. Posteriormente, o fumo cultivado no Recôncavo teve sua penetração na região do agreste, através dos vales, entre os quais o do rio Inhambupe, que desempenhou um papel importante na interiorização e facilitou a penetração e a apropriação dos espaços.

Com a proliferação dos engenhos, surgiram núcleos populacionais, o que veio a aumentar a necessidade de culturas alimentares, assim como do cultivo algodão para confecção das vestes, e da abertura de pastos para abrigar o rebanho de bovinos, todas atividades voltadas para a demanda local e da cidade de Salvador.

É importante salientar que as culturas para consumo e as pastagens eram desenvolvidas nas terras marginais ao cultivo da cana-de-açúcar, fato que impulsionou o avanço da fronteira agrícola para áreas de solos menos férteis, inicialmente com boas colheitas, mas que necessitavam de pousio, o que levava o agricultor a abandonar as terras e a desmatar áreas circunvizinhas.

A produção de culturas alimentares não interessava aos grandes proprietários das “Plantation”. Era feita por pequenos produtores, geralmente arrendatários, em pequenas parcelas, o que desenhava uma estrutura fundiária em que os minifúndios são predominantes, embora ocupem menor percentual de área, devido à concentração das terras em latifúndios, muitos deles improdutivos. Essa estrutura, que perdura até os dias atuais, tem gerado sérios problemas sociais, culminando com a organização dos trabalhadores rurais em movimento pela reforma agrária, deflagrado pelo Movimento dos Sem Terra.

USO DA TERRA

Na espacialização dos diversos padrões de uso e ocupação das terras, predominam as pastagens, seguidas da silvicultura e, por último, as áreas cultivadas. A cobertura vegetal natural, em quase sua totalidade, é secundária, com feições variadas, em diversos estádios de regeneração. Os espaços ocupados com a exploração de petróleo, as zonas industriais, a malha urbana, entre outros, incluem-se no capítulo Outros Usos, quantificados no gráfico 1.

Gráfico - 1

Padrões de Uso e Cobertura Vegetal



Fonte: SEI, 2003.

As atividades agrícolas estão voltadas para as culturas permanentes, semipermanentes e temporárias, distribuídas em função dos fatores naturais e conjunturais que interferem, de forma direta ou indireta, no desenvolvimento, produção e permanência das múltiplas atividades.

De um modo geral, o espaço ocupado pela agropecuária, na faixa úmida costeira, é exíguo, em razão das limitações de ordem edáfica, como o predomínio de solos arenosos e a baixa aptidão para a maioria das culturas em condições naturais. Exceção se faz para o coco-da-baía, que povoa de forma contínua a linha da costa, expandindo-se em alguns trechos da planície litorânea.

Os Tabuleiros rebaixados constituem o tipo de modelado predominante, e a silvicultura aparece com grande representatividade, ocupando preferencialmente os topos desses tabuleiros, em manchas contínuas de eucalipto e, em menor escala, de pinus, entremeadas por vegetação secundária e pastagens.

No sudoeste, mais precisamente na zona denominada de Recôncavo Norte, considerada berço da agricultura comercial do Estado, a monocultura da cana-de-açúcar continua ocupando as áreas “core”, tradicionalmente cultivada de forma intensiva, desde o Brasil Colônia.

Apesar da forte retração sofrida por essa cultura, em função da concorrência externa, de problemas estruturais e conjunturais, a cana-de-açúcar continua a desempenhar importante papel no contexto socioeconômico da região. A cultura do cacau aparece em manchas

restritas, e os bambuzais se destacam no município de Santo Amaro, sendo o bambu utilizado como matéria prima na indústria de papel.

A diminuição da pluviosidade, na parte oeste, contribui para o avanço das pastagens, utilizadas com pecuária extensiva. Por outro lado, as culturas temporárias ocupam preferencialmente o fundo dos vales e são desenvolvidas em pequenas propriedades, voltadas essencialmente para subsistência.

As culturas temporárias tradicionais de subsistência, mandioca, milho e feijão, ocorrem em quase toda a extensão mapeada. Entretanto, na região de Feira de Santana, Iará e nos municípios de Serrinha, Sátiro Dias e Teofilândia, essas culturas ocupam extensões mais significativas, com parte da produção voltada para o mercado regional.

No centro-norte, tomando-se como referência as cidades de Alagoinhas e Inhambuê, registra-se o desenvolvimento de culturas permanentes, como laranja e maracujá. Em Coração de Maria, a cultura do abacaxi vem, cada vez mais, ocupando espaço. Seguindo-se no sentido nordeste, nos municípios de Acajutiba, Entre Rios e Esplanada, contemplados com terras litorâneas, destaca-se a cultura do coco-da-baía.

De um modo geral, no entorno das áreas de exploração de petróleo, o ambiente sofre impactos de natureza diversa, estando o solo, quase sempre, povoado por uma vegetação secundária raquítica, registrando-se, com frequência, áreas desnudas e estéreis, com visíveis sinais de erosão superficial, decorrentes dessa atividade.

O espaço ocupado pelo setor secundário, antes restrito aos distritos industriais já consolidados, vem se expandindo para outros municípios, a exemplo de Serrinha, contemplado pelo programa de descentralização implantado pelo governo, onde se destaca a indústria calçadista. Salienta-se que os empreendimentos voltados para o turismo vêm se desenvolvendo de forma crescente, principalmente no litoral.

CULTURAS

Apesar de as culturas terem uma importância na composição da renda e na geração de empregos, absorvendo grande parte da mão-de-obra rural, a ocupação do espaço com essa atividade é pouco significativa, se comparada com as pastagens. As culturas permanentes e semipermanentes, como a da cana-de-açúcar, da laranja e do coco-da-baía, e as temporárias, cujo expoente é a mandioca, orientadas para fins comerciais ou de subsistência, abrangem apenas cerca de 11% da área mapeada.

Cana-de-açúcar

A cana-de-açúcar é uma gramínea semipermanente, originária da Ásia e introduzida no Brasil através da Bahia, no início da colonização, por volta de 1549. Nesse período, havia, na Europa, uma demanda crescente por açúcar, fato que impulsionou o cultivo e a estrutu-

ração da agroindústria açucareira. O açúcar tornou-se o principal produto de exportação, exercendo papel preponderante na apropriação dos espaços, na economia e na organização da sociedade.

Entretanto, a cana-de-açúcar vem, ao longo do tempo, enfrentando pressões e concorrência desde o século XVIII, quando países da Europa, como a França, passaram de importadores de grande parte do açúcar brasileiro para exportadores do açúcar produzido nas colônias. Posteriormente, ocorreu a substituição deste pelo açúcar extraído da beterraba, o que levou à redução drástica das exportações do produto brasileiro.

Na segunda década do século XX, a região Nordeste participava com cerca de 45% da produção nacional, da qual a Bahia detinha 11%. No contexto mundial, o Brasil ocupava o segundo lugar, superado apenas por Cuba. Na década de 30, o excesso de produção, concomitante à crise do petróleo, motivou o governo a criar o Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA, órgão que normalizou a cultura, introduziu novos métodos de produção e monopolizou as exportações da cana. Foi nesse período que o centro-sul intensificou os investimentos no setor, passando a liderar a produção de cana-de-açúcar no Brasil.

A crise do petróleo, em 1973, e a queda da cotação do açúcar motivaram, em 1975, a criação do Programa Nacional do Alcool – PROALCOOL, visando a incrementar a produção de álcool carburante e químico, e a capacidade de produção das destilarias. Entretanto, em 1979, com a segunda crise do petróleo, o referido programa se expandiu e financiou projetos de implantação de destilarias, para atender à demanda da frota de carros movidos a álcool, que teve um aumento considerável.

Diante da nova realidade, a cultura da cana-de-açúcar, que se encontrava restrita aos solos do tipo massapê, expande-se em direção aos tabuleiros, substituindo as culturas alimentares e promovendo novos desmatamentos na Mata Atlântica, principalmente nos municípios de Santo Amaro, Terra Nova e Cachoeira. Amplia-se, dessa forma, a área “core” da cana.

Contudo a estabilização dos preços do petróleo trouxe problemas para a cultura canavieira, pois o álcool perdeu a competitividade, e o subsídio comprometeu o programa, o que levou a indústria automobilística a reduzir drasticamente a produção de carros movidos a álcool, redirecionando a produção para o mercado externo.

Atualmente, com a elevação do preço do petróleo e as constantes ameaças de conflitos no Oriente Médio, o álcool poderá ressurgir como combustível, embora alguns analistas do setor permaneçam céticos a esse respeito. Outro fator favorável ao programa diz respeito à diminuição de gases na atmosfera, pois o álcool combustível é reconhecidamente menos poluente, além de ser fonte de energia renovável.

O Recôncavo baiano reúne condições favoráveis ao desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar, que exige calor e umidade, pois o seu clima é úmido com pluviosidade anual acima de 1.600mm de chuva, temperatura média de 24,5°C, relevo plano e solos férteis, destacando-se o município de Santo Amaro como seu maior produtor.

Constatou-se que as crises sucessivas sofridas por essa cultura levaram à redução da área plantada no Estado, que atingiu, em 2001, o total de 79.699ha, que corresponde a menos de 1,0% da área de cana do Brasil. No Nordeste, continuam se destacando os estados de Pernambuco e Alagoas que, juntos, representam 17% da área nacional.

No mapeamento, a cana-de-açúcar está espacializada como unidade simples, representada pelo símbolo Cp1, ocupando grandes extensões contínuas e concentrando-se no entorno das usinas de beneficiamento. Os dados da Produção Agrícola Municipal, no período de 1997 a 2001, relativos aos principais municípios produtores, dá consistência às informações obtidas pelas imagens (ver Tabela 3 e 4). O ano de 2002 não foi referenciado, pois, até meados de 2003, os dados não foram divulgados pelo IBGE.

Tabela 3 - Área plantada com cana-de-açúcar

Municípios	Área (ha)				
	1997	1998	1999	2000	2001
Amélia Rodrigues	9.000	9.080	9.080	2.000	1.240
Cachoeira	2.050	2.060	2.180	2.180	2.180
Santo Amaro	8.000	8.000	4.300	12.000	7.483
São Sebastião do Passé	4.300	4.300	2.100	2.000	1.100
Terra Nova	4.900	5.810	5.810	3.000	1.800

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal. PAM, 1997 / 2001.

Tabela 4 - Produção de cana-de-açúcar

Municípios	Produção (t)				
	1997	1998	1999	2000	2001
Amélia Rodrigues	450.000	454.000	454.000	80.000	49.600
Cachoeira	143.500	144.200	152.600	152.600	152.600
Santo Amaro	368.000	368.000	172.000	480.000	299.320
São Sebastião do Passé	215.000	193.500	84.000	80.000	44.000
Terra Nova	245.000	290.500	290.500	120.000	72.000

Fonte: IBGE Produção Agrícola Municipal – PAM, 1997/2001.

Analisando os dados da produção e relacionando-os com a área plantada, verifica-se que o município de Santo Amaro lidera a produção de cana-de-açúcar, ultrapassando o município de Amélia Rodrigues que, no período de 1997 a 1999, se manteve como o segundo produtor do Estado, com rendimento médio de 50t/ha, superado apenas pelo município de Juazeiro, onde a cana-de-açúcar é irrigada e atinge médias de produção superiores a 90t/ha. Os municípios relacionados na Tabela 03 contribuem com cerca de 20% da produção do Estado.

A cultura da cana é a segunda atividade com maior absorção de mão-de-obra, perdendo somente para a mandioca. Exerce, portanto, relevante papel social na região produtora, na geração de empregos, especialmente na época da safra. A produção está voltada para o abastecimento da agroindústria local, e é usada na produção de álcool carburante, anidro e açúcar.

Ainda nesse espaço, é importante registrar a ocorrência da cultura do cacau, que, devido à dificuldade de individualização, dentro do padrão da cana-de-açúcar, foi incluída na mesma unidade de mapeamento.

A cacauicultura foi introduzida nessa região pela Ceplac e hoje tem como maiores produtores os municípios de Santo Amaro, com 926ha, Cachoeira com 342ha e São Francisco do Conde com 569ha de cacau, o que corresponde a 0,32% da área cultivada no Estado, considerando-se o ano de 2001.

De acordo com os dados mencionados, a representação do cacau é quase insignificante, em razão de a sua cultura ter pouco espaço para se expandir, concorrendo com a cana, que tem tradição e estrutura de produção. Também essa cultura vem enfrentando problemas de cotação no mercado internacional. Contudo vem se registrando uma alta nos preços do cacau, em decorrência da queda na produção dos países asiáticos, causada por problemas fitossanitários semelhantes aos que ocorreram no Litoral Sul da Bahia, região core do cacau, hoje em processo de recuperação com o uso da clonagem, fato que poderá provocar uma reação em relação a essa cultura, com prováveis mudanças do cenário atual.

Coco-da-baía

O coco é uma cultura típica das regiões quentes, úmidas e de intensa luminosidade, exigindo temperatura média anual acima de 22°C e precipitação média anual superior a 1.600mm. Sua origem é bastante controversa: alguns afirmam que o coco é oriundo do sudeste asiático e chegou ao Brasil em 1533, trazido pelos portugueses e introduzido no Recôncavo Baiano.

A partir daí, a cultura foi disseminada por toda a zona costeira nordestina, por encontrar, nesse espaço, a condição ideal para o seu desenvolvimento, respondendo atualmente por cerca de 90% da produção nacional, da qual a Bahia participa com cerca de 30% da produção do Nordeste.

No cenário mundial, o continente Asiático é o principal produtor, participando com cerca de 85% da oferta global. O Brasil, apesar de ter um extenso litoral, importa grande parte do coco consumido pelas principais indústrias do setor, em razão de a produção dos países exportadores ser altamente subsidiada, a ponto de o produto entrar no Brasil com preços compensadores.

Apesar disso, as empresas processadoras de coco estão investindo na cultura, procurando técnicas de manejo para aumentar a produtividade e suprir as demandas, buscando a auto-suficiência e a conseqüente independência das importações.

A Bahia é o maior produtor de coco do Nordeste, detendo 44,2% da produção, com cerca de 81.820ha plantados, tendo-se como referência o ano de 2001. Contudo a cultura ainda apresenta baixo rendimento, por tratar-se, na maioria dos casos, de coqueirais subespontâneos, sem utilização de técnicas de manejo adequadas e, conseqüentemente, mais suscetíveis a problemas fitossanitários.

Na espacialização, foram identificadas duas unidades de mapeamento, a Cp2, encontrada na zona litorânea, que ocorre associada à pastagem e à vegetação natural, onde predomina a variedade de coco gigante, cujo crescimento pode atingir 35m, com produtividade média em torno de 50 a 60 cocos/planta/ano e longevidade que pode ultrapassar 150 anos. Essa variedade é direcionada para a colheita do coco seco, matéria prima das empresas processadoras. São comercializados in natura, com mercado consumidor garantido, pois trata-se de ingrediente indispensável na maioria dos pratos da culinária baiana.

Na unidade Cp3, o coco-da-baía encontra-se nos tabuleiros, geralmente associado à pastagem e a outras culturas, como a da laranja e da mandioca, com ocorrências nos municípios de Entre Rios, Esplanada e Aporá, onde o coco-da-baía está sendo cultivado em sistema de consórcio com culturas de ciclo curto – mandioca e feijão – e cultura perene – laranja. Essa prática é usada pelo pequeno produtor na geração de receita, enquanto a cultura principal alcança seu estágio produtivo.

Nessa unidade (Cp3), a variedade anã é predominante, por ser mais apropriada para o consumo in natura. Essa variedade veio da Malásia e teve grande aceitação, porque produz precocemente e atinge cerca de dois metros de altura o que facilita a colheita, além de apresentar uma produtividade em torno de 200 cocos/planta/ano. Porém seu tempo útil é muito reduzido, em torno de 20 anos, se comparado ao da variedade gigante.

Considerando os dados da Produção Agrícola Municipal, no intervalo de cinco anos, correspondendo ao período de 1997 e 2001, verificou-se que, apesar da falta de incentivo e dos problemas já mencionados com relação aos países produtores, registrou-se um crescimento gradativo da área plantada e da produção, com destaque para os municípios de Acajutiba e Esplanada (Tabelas 5 e 6).

A nucicultura é uma atividade com grande potencial em termos de geração de empregos e renda. A característica natural de longevidade e resistência, associada a tratos culturais simples, possibilita ao pequeno agricultor o desenvolvimento dessa cultura, além de produzir uma diversidade de subprodutos, agregar valores, melhorando a renda e facilitando a comercialização.

Tabela 5 - Área plantada com coco-da-baía

Municípios	Área (ha)				
	1997	1998	1999	2000	2001
Acajutiba	4.250	4.250	4.250	4.250	4.250
Camaçari	1.830	1.810	2.100	1.809	3.300
Entre Rios	1.400	1.500	1.500	1.500	1.550
Esplanada	3.100	3.100	3.100	3.100	3.100
Mata de São João	1.900	1.900	2.300	2.100	3.800
Pojuca	300	300	1.030	1.025	1.025

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal- PAM, 1997/2001.

Tabela 6 - Produção de coco-da-baía

Municípios	Produção (mil frutos)				
	1997	1998	1999	2000	2001
Acajutiba	33.150	33.150	51.000	33.150	33.150
Camaçari	8.100	8.145	9.450	8.140	14.850
Entre Rios	5.600	7.500	7.500	7.750	7.750
Esplanada	18.600	18.600	18.600	18.600	18.600
Mata de São João	8.550	8.550	10.350	9.450	17.100
Pojuca	1.350	1.350	4.635	4.612	4.613

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal - PAM, 1997/2001.

Laranja

A introdução da citricultura no território brasileiro tem relação direta com a chegada dos portugueses na Bahia. Entretanto, até o final do século XIX, a produção de citros ficou restrita a pomares nos arredores de Salvador. Nesse período de pouca expansão, a Bahia fez história dentro da citricultura global, com o surgimento da laranja Bahia, também conhecida como laranja de “umbigo”, atribuída a uma mutação da laranja seleta, fato ocorrido no final do século XVIII.

A laranja Bahia foi levada para Califórnia, nos Estados Unidos, e, a partir daí, disseminada para vários países produtores de citros, em razão das suas características e seu sabor bastante apreciado para consumo *in natura*. Atualmente, nos pomares dos países produtores de citros do Mediterrâneo, com destaque para Espanha, Egito, Grécia e Turquia, essa variedade é predominante.

A despeito disso, no Estado, essa variedade é pouco cultivada, em decorrência do problema fitossanitário denominado de vírus da tristeza, que dizimou os pomares por volta de 1940. Quando da recuperação, os produtores optaram pela laranja pêra, mais resistente, mais produtiva e mais indicada para produção de sucos, que ocupa cerca de 90% da área cultivada.

Hoje, identifica-se uma preocupação por parte dos especialistas da citricultura com relação à expansão dos citros e à falta de controle externo e interno, em razão da predominância e combinação da laranja Pêra e o porta enxerto de Limoeiro-Cravo, fato que a torna vulnerável, com baixa diversidade, configurando-se como uma monocultura de citros, onde o limão e a tangerina têm participação insignificante em relação à laranja.

Embora a Região Litoral Norte seja a maior produtora de citros do Estado, a produção de laranja encontra-se concentrada no município de Rio Real (fora da área). Na região em foco, a cultura da laranja, identificada como Cp4, ocupa os tabuleiros no centro norte, principalmente nos municípios de Inhambupe, Alagoinhas e Entre Rios, associada à pastagem e à policultura de subsistência, com destaque para a mandioca, em termos de extensão e produção, com inclusão, em menor escala, do coco-da-baía e do maracujá.

A produção de laranja é direcionada para o consumo in natura, devido à maior vantagem financeira, ficando o restante para suprir as demandas das unidades de agroindústria instaladas na Bahia e em Sergipe.

Para uma melhor avaliação do desenvolvimento da laranja, considerando que a cultura faz parte de unidade associada, em decorrência da escala do mapa, foram analisados os dados da Produção Agrícola Municipal no período de cinco anos, entre 1997 a 2001, verificando-se que os principais municípios produtores apresentaram uma estagnação no que se refere à área cultivada e à produção (Tabelas 7 e 8).

A situação em que se encontra a citricultura deve-se, em parte, aos preços aviltantes pagos aos produtores, ao uso intensivo das terras aliado ao pouco acesso à tecnologia, pois a falta de capital dificulta a renovação e a ampliação dos pomares, contribuindo para o fraco desempenho dessa cultura.

Tabela 7 - Área plantada com laranja

Municípios	Área (ha)				
	1997	1998	1999	2000	2001
Alagoinhas	1.312	1.180	1.180	1.100	1.000
Entre Rios	860	750	750	750	650
Inhambupe	5.400	5.400	5.400	5.400	5.350

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal – PAM 1997/2001.

Tabela 8 - Produção de laranja

Municípios	Produção (mil frutos)				Produção (t)
	1997	1998	1999	2000	2001
Alagoinhas	98.400	88.500	88.500	82.500	15.000
Entre Rios	64.500	55.500	55.500	55.500	9.100
Inhambupe	405.000	405.000	259.200	297.000	64.200

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal - PAM, 1997/2001

A despeito da importância dessa cultura na geração de emprego e da sua participação na composição do valor da produção agrícola do estado, constata-se que a citricultura baiana ocupa uma posição insignificante no cenário nacional. Os dados confirmam que, em 1994, a participação do estado foi de 3,8% do total produzido no país e, em 2000, ficou em torno de 3,2%, o que confirma a estagnação em que a cultura da laranja se encontra.

Ainda nesse espaço, a cultura do maracujá aparece em pequenas parcelas e foi implantada principalmente para atender à demanda das unidades processadoras de sucos localizadas no município de Feira de Santana. Entretanto, verificou-se uma redução considerável da área plantada, a exemplo do município de Inhambupe, que figura como o maior produtor de maracujá, com 670ha cultivados em 1996, passando para 300ha em 2000 e caindo para 70ha em 2001.

Culturas Temporárias

De um modo geral, as culturas de ciclo curto, como a mandioca, o feijão e o milho, encontram-se disseminadas em quase toda a extensão mapeada e se desenvolvem em pequenas propriedades, com a utilização do sistema de produção tradicional, mão-de-obra familiar e baixo nível tecnológico.

No mapeamento, esse padrão de uso encontra-se subdividido em duas unidades, Ct1 e Ct2, individualizadas em função da predominância entre a mandioca, o feijão e o milho, associados a pastagens e a outras culturas, como o abacaxi, o fumo e as hortaliças, menos representativas em termos de espaço, porém muito importantes na geração de emprego e renda.

Dentre as culturas tradicionais, a mais difundida é a da mandioca, cultivada em quase todos os municípios em nível de subsistência, com destaque para os municípios de Irará, Sátiro Dias, Feira de Santana e Serrinha, em termos de área ocupada. A cultura de mandioca, principalmente em Irará e Feira de Santana, está, em parte, direcionada para a produção de farinha e de outros subprodutos, agregando valor e contribuindo para o seu crescimento.

A mandioca é pouco exigente e consegue adaptar-se a quase todos os tipos de solo, excetuando aqueles de textura muito pesada, pouco permeáveis devido ao excesso de umidade, fator que influencia na sanidade das raízes. Quanto ao clima, também há poucas restrições, pois essa cultura é pouco exigente em água, precisando de maior umidade apenas no período que vai do quarto ao sexto mês após o plantio. Entretanto, ela vegeta melhor em ambientes com boa luminosidade e altas temperaturas, razão pela qual, a mandioca se desenvolve bem em climas mais secos, inclusive no semi-árido.

A produção de mandioca, no município de Irará e circunvizinhos, vem atingindo bons resultados, em razão da atuação da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola, através da Estação Experimental Fazenda Porteirias nesse município, que vem desenvolvendo, em parceria com a Embrapa, manivas selecionadas, mais resistentes à seca e de maior produtividade, que são repassadas para os produtores.

Ressalta-se o papel da Embrapa - Mandioca e Fruticultura, que desenvolve pesquisas com o objetivo de promover melhoramento genético, técnicas de manejo do solo e práticas culturais adequadas ao ambiente, contribuindo para melhorar o desempenho da cultura na região.

A mandioca é a cultura que mais absorve mão-de-obra, pois exerce papel social importante na geração de empregos diretos e indiretos, principalmente com mão-de-obra feminina, na maioria das vezes envolvendo toda a família. Além disso, constitui a principal fonte de energia para a população de baixa renda.

As culturas do feijão e do milho são desenvolvidas em minifúndios, geralmente em nível de subsistência, registrando-se maiores extensões das culturas nos municípios localizados na parte oeste, onde o clima é de transição para o semi-árido, destacando-se Feira de Santana com 4.500ha plantados, segundo os dados da Produção Agrícola Municipal do período de 1997 a 2001.

Os municípios de Serrinha, Biritinga, Sátiro Dias e Teofilândia, também produtores, apresentaram pouca variação em termos de área plantada no mesmo período. Entretanto, é importante salientar que todas as culturas apresentaram queda de produção em 2001, motivada pela estiagem.

Observa-se que as áreas cultivadas permanecem praticamente as mesmas para o feijão e o milho, em razão de os plantios seguirem um calendário regido pelo clima e relacionado com o ciclo e as exigências de cada cultura. Por outro lado, o pequeno produtor não dispõe de terra suficiente, e os restos culturais ajudam a manter os níveis de produtividade pela incorporação de matéria orgânica ao solo.

Dentre as culturas que ocupam menores extensões, o fumo se destaca como uma alternativa de garantia de renda para o pequeno agricultor, que tem sua produção dirigida para as quatro empresas tabagistas atuantes nessa área, na produção de charutos e cigarrilhas, para atender a demandas dos mercados europeus e dos Estados Unidos.

A Estação Experimental Fazenda Porteiras, referida anteriormente e localizada em Irará, vem atuando também nesse segmento, dando assistência técnica e produzindo mudas com garantia de fitossanidade e boa qualidade, distribuídas com os pequenos produtores, prática que tem melhorado a produtividade e estimulado a produção de fumo. É importante registrar que, nos últimos anos, já foram distribuídas 5.000 mudas nos municípios de Feira de Santana, Irará, Santanópolis, Água Fria, Ouricangas e Coração de Maria.

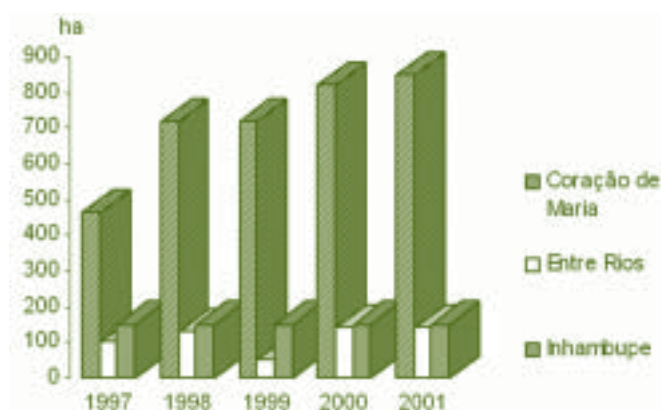
Por outro lado, a cultura do fumo desempenha um papel social importante, garantindo a ocupação da mão-de-obra no período do verão, em áreas utilizadas no período mais úmido com mandioca, feijão e milho. Essa rotatividade é salutar, para manter a fertilidade dos solos, uma vez que esses são usados de forma intensiva, motivo pelo qual já apresentam deficiências em nutrientes.

A cultura do abacaxi se destaca em Coração de Maria, que participou, em 2001, com 23% da produção do Estado e 74% entre os municípios produtores, onde as características climáticas são favoráveis ao seu desenvolvimento, com uma boa insolação, altas temperaturas e luminosidade, considerando que o abacaxi resiste mais à seca do que à umidade. Em relação aos fatores edáficos, é facilmente adaptável, vegetando em quase todos os tipos de solos, com restrições em relação à aeração e à drenagem.

Analizando o desempenho do abacaxi através dos dados da Produção Agrícola Municipal, constatou-se que, no Estado, a cultura teve um incremento em torno de 50% no período de 1997 a 2001, confirmando o município de Coração de Maria como o maior produtor da região (ver Gráfico 2).

Gráfico - 2

Área Plantada com abacaxi



Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2001.

Essa cultura apresenta uma rentabilidade alta. Entretanto, exige tratos culturais que oneram o custo de produção, inclusive mudas de boa qualidade, para obtenção de melhor produtividade e qualidade dos frutos, essencial para a comercialização in natura. O fator custo é o empecilho para que ocorra uma maior expansão dessa cultura, uma vez que predominam os pequenos e médios produtores, que enfrentam dificuldades para investir.

Nesse contexto, os produtores fazem uso da prática do consórcio, ou seja, o plantio de duas ou três culturas numa mesma gleba do terreno, com culturas temporárias alimentares, como garantia em função do risco, para complementar a renda e, ao mesmo tempo, contribuir para uma melhoria na alimentação familiar. O abacaxi está entre as frutas exóticas de maior procura e expansão no mercado externo, fatores que indicam a necessidade de um programa de incentivo ao seu desenvolvimento, principalmente como opção nas áreas de clima mais seco, onde a cultura vegeta muito bem.

A participação do Brasil no mercado internacional vem crescendo nos últimos anos e figura como uma alternativa dentro das exportações em expansão, devido à demanda crescente por suco de abacaxi pelas indústrias alimentares de países não produtores.

Outra atividade ainda incipiente é a floricultura, que ocupa pequenas parcelas nos municípios de Amélia Rodrigues e Mata de São João. Essa é uma atividade que requer cuidados especiais, implicando investimentos e tecnologia. Entretanto o mercado é promissor, pois cerca de 90% da demanda do Estado é importada de São Paulo.

A EBDA criou, em 2001, o Centro de Profissionalização de Produtores de Flores, na Estação Experimental localizada em Amélia Rodrigues, com o objetivo de qualificar mão-de-obra e desenvolver a atividade dentro de padrões que possibilitem competição no mercado. Como parte do incentivo, o governo financia a implantação e assume 50% dos custos dentro do período de carência.

A floricultura apresenta um leque de opções e pode se adaptar em vários ambientes, desde o semi-árido ao sub-úmido, em função da diversidade de espécies, entre as exóticas, nativas, flores de corte e plantas ornamentais, e sua comercialização é facilitada pela proximidade do mercado consumidor.

SILVICULTURA

Essa atividade teve início com a implantação da política de reflorestamento desenvolvida pelo Governo Federal nas décadas de 70 e 80, com vistas à conservação das florestas naturais já bastante devastadas e a viabilizar o Programa Nacional de Papel e Celulose.

A devastação dos recursos florestais se deu de forma acelerada. Apesar da Lei 4771/1965 do Código Florestal prever a reposição das espécies florestais, esse procedimento sempre foi desrespeitado. Diante do impasse, o governo lançou mão dos incentivos fiscais para incrementar o desenvolvimento da silvicultura no país.

A partir daí, foram realizados estudos e levantamentos para a seleção de áreas com potencial para essa atividade. A escolha se deu levando-se em conta os índices pluviométricos em torno de 1.000mm, solos de baixa aptidão para a agricultura e áreas consideradas marginais dentro do processo de desenvolvimento econômico do Estado.

Com base nesses estudos, foram criados os distritos florestais do Litoral Norte, Extremo Sul e Oeste Baiano. Com as facilidades proporcionadas pelo Governo Federal, esses distritos se expandiram de forma acelerada, chegando a ultrapassar os limites previamente estabelecidos.

O Distrito Florestal do Litoral Norte encontra-se quase todo inserido no espaço estudado, abrangendo inicialmente 23 municípios, com uma maior concentração dos maciços florestais e da produção em Inhambupe, Entre Rios, Esplanada e Alagoinhas, os quais, juntos, representam cerca de 70% da silvicultura nesse distrito.

Essa atividade ocupa cerca de 13% do perímetro estudado, com predominância de florestas de eucalipto, que foram espacializadas em três unidades de mapeamento, identificadas pela variedade do cultivo que se alternam entre eucalipto, pinus e bambu.

A unidade S1 é a mais extensa e totalmente constituída de eucaliptos, intercalados por atividades agropecuárias e vegetação natural, ocupando preferencialmente os topos dos tabuleiros e apresentando manchas contínuas e extensas, principalmente na margem direita do rio Inhambupe, inseridas no município do mesmo nome.

A leste da cidade de Esplanada, foram identificados importantes maciços, enquanto no município de Alagoinhas e Entre Rios foram espacializadas manchas significativas e, de forma mais dispersa, em outros municípios. Em todos, o eucalipto é predominante.

Nessa unidade, inserem-se os espaços reflorestados com eucalipto, que correspondem ao cinturão verde do COPEC, e aqueles degradados no entorno das unidades de exploração de petróleo, como alternativa de recuperação e preservação do ambiente.

A unidade S2 é composta por florestas de eucaliptos e pinus, que ocupam principalmente os topos dos tabuleiros, sob domínio do clima úmido com influência litorânea, ambiente favorável à ocorrência de solos lixiviados e ácidos. Nesses setores, o desenvolvimento da floresta é mais lento, devido às condições edáficas.

Quanto à unidade S3, ela é formada por florestas de bambu, com manchas localizadas nos municípios de Santo Amaro e São Francisco do Conde. Sua produção é direcionada para uma unidade industrial instalada no município de Santo Amaro, com produção voltada para o papel.

A silvicultura provoca alterações significativas no meio ambiente, principalmente no que se refere à substituição da vegetação natural, dotada de grande diversidade em espécies vegetais e animais, passando radicalmente para uma monocultura de árvores exóticas, como o eucalipto e o pinus, o que provoca a expulsão da fauna nativa e o desequilíbrio do ambiente.

Essa atividade é desenvolvida em grandes propriedades, dominadas por empresas reflorestadoras e com alto nível tecnológico. No Estado, as condições edafoclimáticas são favoráveis ao desenvolvimento do eucalipto, cujo primeiro corte se dá aos sete anos, atingindo uma produção média de 42m³, superior aos níveis da produção nacional.

A silvicultura, nessa área, está direcionada principalmente para a construção civil e papel. A Tabela 9 mostra os municípios e a produção de madeira no período de 1997 a 2001.

A indústria de papel e celulose vem crescendo na região do Extremo Sul do estado. Entretanto, no pólo silvicultor do Litoral Norte, observam-se áreas de pinus e mesmo de eucalipto completamente abandonadas, devido à estagnação do cultivo. Alguns espaços foram direcionados para a reforma agrária no Programa Cédula da Terra.

Tabela 9 - Madeira em toro para papel e celulose

Municípios	Produção (metros cúbicos)				
	1997	1998	1999	2000	2001
Alagoinhas	201.430	363.208	31.184	855.000	160.480
Entre Rios	156.495	119.457	307.048	2.338.248	383.293
Esplanada	67.538	53.747		405.000	167.047
Inhambupe	269.187	366.755	56.160	1.169.820	234.238

Fonte: IBGE, 1997/2001.

As principais unidades industriais de papel e celulose encontram-se instaladas nos municípios relacionados na Tabela 10.

Tabela 10 - Principais empresas de papel e celulose na área

Empresa	Municípios	Produtos	Mercado
Bacraft	Santo Amaro	Papel higiênico, toalhas e guardanapos	Interno
G.P. de Santana	Feira de Santana	Papel para cigarro	Interno
IEB Ltda	Feira de Santana	Saco de papel	Interno
IPB Ltda	Santo Amaro	Papel recilne miolo, Papel recilne mix, papel recilne capa	Externo
Klabin Bacell S/A	Camaçari	Celulose solúvel	Interno e externo
Sapelba S/A	Salvador	Papel ondulado, Saco de papel	Interno
Union Caribe	Candeias	Hidroxietilcelulose	

Fonte: Guia Industrial da FIEB, 2002.

PASTAGEM

A pastagem figura como o padrão de uso predominante, ocupando cerca de 49% da área, utilizada preferencialmente como suporte para pecuária bovina de corte e leite, e, de forma incipiente, para suinocultura, caprino-ovinocultura e bubalinocultura. A avinocultura se destaca na região de Feira de Santana e, devido à importância desse setor na economia, sua abordagem esta inserida no capítulo Outros Usos.

As pastagens naturais ou nativas ocupam maiores extensões em relação às cultivadas. Entretanto não foi possível individualizá-las, em razão da sua descontinuidade. Nessas, é praticada uma pecuária extensiva, com baixa produtividade, refletida na capacidade de suporte, onde a relação entre a área cultivada com pastagem e o efetivo bovino fica muito aquém da média.

As pastagens plantadas, em geral, apresentam baixa produtividade, em consequência da adoção do modelo tradicional extensivo, caracterizando-se, majoritariamente, como uma “pecuária de subsistência”, utilizada pelos produtores como uma alternativa de renda, com poucos investimentos, pouca mão-de-obra e menores riscos que a agricultura.

Em menores extensões, ocorrem pastagens melhoradas, com utilização de técnicas de manejo e com formação de maior volume de fitomassa. Nessas áreas, a pecuária utiliza práticas mais modernas, a exemplo de tratos com a saúde, a genética, a alimentação e a mineralização dos rebanhos, características necessárias para a inserção da produção no mercado exigente e competitivo, principalmente da pecuária de corte.

As pastagens se disseminam por toda a extensão, desde o litoral até o extremo oeste da área, apresentando variações relacionadas com as características edafoclimáticas, que interferem na adaptação dos diversos tipos de forrageiras e na qualidade das pastagens. Além das características naturais, o nível tecnológico e as associações com outras culturas foram usados para identificar as sete unidades de mapeamento, de P1 até P7.

A unidade P1 encontra-se na parte central, abrangendo os municípios de Entre Rios, Aporá, Esplanada, Pojuca e Mata de São João. Caracteriza-se pela presença de pastagem plantada melhorada, a qual se associa o coco-da-baía, a laranja em pequenos pomares e a policultura de subsistência.

Verifica-se o uso de tecnologia, com seleção de rebanho e manejo de pastagens, as quais apresentam bom volume de fitomassa forrageira, servindo de suporte para uma pecuária bovina em sistema semi-intensivo e intensivo.

Quanto ao desenvolvimento da atividade pecuária nessa unidade, constatou-se, através dos dados da Produção Pecuária Municipal, que, no período de 1996 a 2001, houve uma redução do rebanho, sendo que, no município de Mata de São João, a diminuição foi expressiva: em 1996 era de 171.600, passando, em 2001, para 26.422 cabeças. Em Aporá, a queda em torno de 30% foi atribuída ao fator climático, devido ao longo período de estiagem, que afetou a qualidade das pastagens e a capacidade de suporte das mesmas.

A unidade P2, identificada na região de Alagoinhas e Inhambupe, é constituída por pastagens plantadas e naturais, de baixa e média produtividade, associadas a citros, mandioca e, em menor escala, coco-da-baía, maracujá, feijão, milho e policulturas, em sítios intercalados com vegetação natural.

A policultura em sítios foi inserida na unidade por tratar-se de uma ocupação de grande incidência, com uma variedade de cultivos, principalmente fruteiras, cuja produção contribui como alternativa de renda, pela comercialização das frutas excedentes. A agricultura de subsistência, como a de feijão e milho, ocorre, no geral, dentro das grandes propriedades onde a atividade principal é a pecuária.

Na região de Alagoinhas e Aramari, as pastagens apresentam baixa produtividade, em decorrência de deficiências edáficas, com solos de baixa fertilidade e altos teores em alumínio, fatores que interferem na qualidade e na quantidade de fitomassa, refletindo-se no baixo efetivo de bovinos.

Contudo, no município de Inhambuê, as pastagens tornam-se mais produtivas, principalmente na parte oeste, com a presença de manchas de solos mais férteis, do tipo Luvisolos, que melhoram o desempenho das pastagens e oferecem suporte para uma pecuária bovina com maior expressão.

Em Aramari, além da criação de bovinos, a bubalinocultura, ainda incipiente, vem sendo incentivada pela Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola, que mantém uma fazenda experimental, na qual se realizam pesquisas sobre melhoramento genético do rebanho e técnicas de manejo das pastagens, cujas experiências são repassadas para os produtores.

O búfalo oferece alta rentabilidade, e sua carne é semelhante à do boi, embora tenha características especiais que a colocam em vantagem, principalmente pelos menores teores em colesterol, em torno de 40% e 56%, baixo teor calórico, o que a inclui no seletivo grupo dos produtos “*light*”. Por outro lado, tem mais proteínas e sais minerais, fatores que atendem às necessidades do consumidor. Apesar disso, o consumo da carne de búfalo é muito baixo, o que demanda uma melhor divulgação de suas qualidades.

O couro de búfalo tem grande aceitação e é bastante valorizado na confecção de calçados e acessórios femininos, com valores bem superiores aos do couro bovino e grande aceitação no mercado externo. O leite, devido aos teores em gordura, não é comercializado in natura. Contudo, sua composição, com 30% a mais de sólidos totais que o do bovino, constitui uma excelente matéria prima para produtos lácteos, principalmente queijos.

Apesar de a criação de búfalo encontrar-se em estágio incipiente, existem três usinas de beneficiamento, localizadas nos municípios de Alagoinhas, Cardeal da Silva e São Sebastião do Passé, com produção de derivados, entre os quais se destaca a “*muzzarela*”, que já está sendo comercializada na região, inclusive em Salvador.

Embora a predominância, em termos fundiários, seja de minifúndios, quase metade das terras está concentrada em grandes propriedades, situação semelhante à de outras regiões do estado. O sistema de produção apresenta, no geral, baixo nível tecnológico, à exceção da cultura de citros, na qual se utilizam técnicas repassadas pela Embrapa, que desenvolve pesquisas relacionadas com a fruticultura, principalmente nas áreas de tabuleiro.

A unidade P3 é constituída por pastagens plantadas e naturais, associadas à cana-de-açúcar, hortícolas, coco-da-baía, fumo e policultura de subsistência, inseridas nas áreas maiores de pastagens, e policulturas em sítios, intercaladas com vegetação natural.

A horticultura foi inserida nessa unidade de pastagem por tratar-se de uma atividade desenvolvida em pequenas parcelas descontínuas, sem representatividade na escala do trabalho,

porém muito importante na geração de emprego e renda, principalmente nos municípios de Amélia Rodrigues e Conceição do Jacuípe, esse último o maior produtor da região.

A policultura em sítios foi destacada devido à alta densidade dessa estrutura fundiária, que figura como um padrão de ocupação importante, embora em parcelas muito pequenas, o que impossibilita sua individualização, ficando incluída nessa unidade de mapeamento.

A unidade inclui municípios produtores de cana-de-açúcar, como Santo Amaro, São Sebastião do Passé, Amélia Rodrigues, Conceição do Jacuípe e Teodoro Sampaio, abrangendo ainda o leste de Feira de Santana.

Na maior parte da área, as pastagens são cultivadas e apresentam baixa produtividade, devido às condições naturais e à falta de investimentos. Contudo verificam-se, em áreas localizadas, pastagens melhoradas, que sustentam uma pecuária semi-intensiva e intensiva, com o uso de tecnologia no manejo das pastagens e na seleção de rebanhos, que são preferencialmente voltados para o corte quando a produção de leite é baixa.

Na análise do desempenho da pecuária na unidade de pastagem P3, foram avaliados os resultados da Produção Agrícola Municipal no período de 1997 a 2001, quando se verificou uma redução gradativa do rebanho bovino nos domínios dessa unidade, a exemplo do município de Teodoro Sampaio, que tinha um efetivo bovino de 39.409 em 1997, passando para 11.856 cabeças em 2001.

A redução gradativa do rebanho bovino é evidente. A exceção é o município de Feira de Santana, maior produtor de bovinos, que apresentou um aumento considerável nesse mesmo período, passando de 37.596, em 1997, para cerca de 68.838 cabeças, em 2001.

A unidade P4 é a que ocupa menor extensão entre as pastagens mapeadas, com percentual inferior a 1%, abrangendo praticamente todo o município de Coração de Maria. Foi individualizada em decorrência do cultivo do abacaxi, cultura que vem ganhando expressão na economia, com perspectivas de crescimento, fato que justifica o destaque dessa cultura.

A cultura do abacaxi, da laranja, da mandioca, e a policultura de subsistência ocupam pequenas parcelas e encontram-se associadas às pastagens intercaladas com vegetação natural. Nessa unidade, as pastagens são cultivadas e naturais, em geral de baixa produtividade, base para uma pecuária pouco expressiva, na qual o sistema de produção é extensivo.

Em Coração de Maria, segundo dados da Produção Pecuária Municipal, o rebanho bovino apresentou poucas oscilações, com um quantitativo de 18.687 em 1997, passando a 23.002 cabeças em 2000, aumento significativo, considerando-se que a agricultura é a principal atividade econômica da região.

A unidade P5 destaca-se como a segunda maior, ocupando cerca de 20% do total. Encontra-se associada principalmente à mandioca, que se evidencia tanto em área plantada como em valor econômico. Em seguida, aparecem as culturas temporárias de subsistência, como

o feijão, o milho e em menor escala fumo, a cana-de-açúcar, a laranja e a policultura em sítios, todas ocupando pequenas parcelas.

As pastagens são plantadas ou naturais, geralmente intercaladas por manchas de cobertura vegetal secundária, tipo capoeira, em diversos estádios de crescimento, o que demonstra ser a pecuária pouco desenvolvida. Porém, dentro desse padrão de uso, registram-se propriedades onde a pastagem é melhorada, com uso de tecnologia e modernização da pecuária, principalmente na região de São Gonçalo dos Campos.

As pastagens incluídas nessa unidade apresentam feições diferenciadas, devido ao índice mais elevado de umidade. Trata-se de uma zona de transição climática, entre o subúmido a seco e o semi-árido. Nos espaços mais úmidos, a pastagem é mais desenvolvida e apresenta maior volume de biomassa. Nos locais onde se identificam índices mais baixos de umidade, os pastos são mais secos, apesar do uso de forrageiras mais adaptadas ao meio, o que influencia negativamente o desempenho da bovinocultura.

Analizando os dados da Produção Pecuária Municipal, o efetivo bovino, nessa unidade, é pouco expressivo, com ocorrência nos municípios de Irará, Água Fria, Lamarão, Pedrão e São Gonçalo dos Campos.

A unidade de pastagem P6 está situada nos tabuleiros contíguos ao litoral e tem como características solos de fertilidade baixa, bastante lixiviados, susceptibilidade à erosão e relevo com diferentes níveis de dissecação. As pastagens encontram-se entremeadas com vegetação secundária em diversos estádios de regeneração, apresentando baixa produtividade; esse é um dos fatores responsáveis pelo baixo número de efetivo bovino.

Por outro lado, a vocação para o turismo da faixa costeira direciona os investimentos para essa atividade, ficando a pecuária com caráter eminentemente de subsistência, o que é reforçado pelas deficiências naturais inerentes a esses espaços.

Essa unidade ocorre associada ao coco-da-baía e ao dendê de forma subespontânea, à mandioca em nível de subsistência e, em alguns trechos, à piaçava como vegetação espontânea e invasora.

A unidade P7 é a mais extensa, com 33% do total ocupado por pastagens. Está situada principalmente na porção noroeste, e abrange parte dos municípios de Serrinha, Teofilândia, Lamarão e Santa Bárbara. Identificaram-se manchas com as mesmas características no entorno das unidades de extração de petróleo e das zonas industriais, nos municípios de Simões Filho, Camaçari e Candeias.

A maioria das pastagens é natural, com ocorrência de pastos plantados associados à policultura de subsistência, como suporte para uma pecuária extensiva, sem uso de tecnologia, o que provoca uma baixa produtividade. Por outro lado, a questão climática no noroeste da área, onde os índices pluviométricos diminuem consideravelmente, contribui para a deficiência das mesmas.

Nesses trechos, as pastagens se misturam com a vegetação secundária. Há áreas antropizadas e abandonadas, devido a questões climáticas e ambientais, e o mau uso dos solos contribui para sua baixa produtividade. Os dados da Produção Pecuária Municipal mostram que a pecuária apresenta baixo desempenho, embora mantenha, ao longo dos últimos cinco anos, uma certa estabilidade. Como maior produtor de bovinos, destaca-se o município de Serrinha, com 27.400 cabeças em 2001.

O baixo desempenho da atividade, na parte mais úmida desses espaços, é atribuído ao direcionamento dos investimentos para a indústria, além da limitação decorrente das condições edáficas.

As atividades agropecuárias, em geral, seguem os mesmos procedimentos usados pelos pioneiros, consistindo na eliminação da cobertura vegetal e posteriormente a queimada, sem que haja um controle para evitar a degradação da camada superficial dos solos.

Em termos de organização, esses espaços assemelham-se ao restante do Estado. Grande parte apresenta uma estrutura fundiária concentrada, registrando-se, em algumas regiões, melhor distribuição da terra, a exemplo do município de Feira de Santana, onde minifúndios e pequenas propriedades correspondem a mais da metade da área total. Outro exemplo é município de Serrinha, no qual a divisão das terras ocorre de forma equilibrada.

COBERTURA VEGETAL

As diversas comunidades florísticas refletem as condições do ambiente, especialmente os fatores naturais determinantes, como o clima e o solo, os quais, interagindo com outros componentes da natureza, proporcionam o desenvolvimento das espécies vegetais que cobrem a superfície terrestre.

Nessas comunidades, são perceptíveis as variações fisionômicas e nuances da vegetação dentro de cada ecossistema, resultantes da dinâmica natural, da capacidade de regeneração e também da competição exercida pelas espécies frente à ação dos agentes ativos transformadores da natureza.

Apesar da importância da cobertura vegetal para o equilíbrio ecológico, a devastação, nessa área, foi implacável, com perdas da biodiversidade, especialmente na faixa úmida de ocorrência da Mata Atlântica. A Constituição de 1988 enfatiza a preservação ambiental, complementada com a Rio 92, marco das ações implementadas em função da conservação dos recursos naturais como novo paradigma do uso sustentável.

Quanto a esse aspecto, enfatiza-se a importância exercida pela cobertura vegetal na preservação dos solos, na manutenção de sua capacidade produtiva e no sistema hídrico, que aumenta a retenção da água. Dessa forma, quanto maior a cobertura e o porte da vegetação maior a proteção.

Por outro lado, a vegetação exerce o poder da fotossíntese e influencia diretamente o ciclo hidrológico. É o habitat da fauna silvestre, onde as espécies exercem seus papéis de predador e presa dentro da cadeia alimentar, estabelecendo-se, assim, o equilíbrio do meio.

Não obstante, o homem continua a desenvolver ações que provocam sérios prejuízos aos recursos naturais, como o extrativismo vegetal praticado de forma predatória, muitas vezes motivado pela absoluta falta de opção, aliado à desinformação, ambos gerados pela busca da sobrevivência. Há também aqueles que colocam a lucratividade como prioridade, sem compromisso com o futuro.

A indicação da cobertura vegetal é realizada como uma complementação do mapa do uso atual das terras, objeto principal deste estudo, razão pela qual é abordada de forma sucinta.

Foram identificadas formações florestais de Floresta Ombrófila (Mata Atlântica), Floresta Estacional Semidecidual e Decidual, Cerrado, Transição Ecológica, Formações Pioneiras, onde se inclui a vegetação de Restingas e Mangues, além da Vegetação Secundária.

Quanto a esse aspecto, a área encontra-se bastante antropizada, e até mesmo as unidades de conservação, criadas com o intuito de preservação, estão sujeitas às ações dos predadores, requerendo fiscalização mais efetiva.

Formações Florestais

A Floresta Ombrófila, conhecida como Mata Atlântica, vem sendo devastada desde o início da colonização portuguesa, quando cedeu espaço para as “*plantation*” de cana-de-açúcar. Por outro lado, o surgimento de núcleos populacionais exerceu forte pressão, pela requisição de espaços para a ocupação urbana, abertura de vias de acesso e, principalmente, para a expansão das fronteiras agrícolas de culturas alimentares e pastagens. Ocupa, atualmente, menos de 3% da área mapeada.

Apesar do intenso desmatamento, ainda se registram alguns remanescentes de Floresta Ombrófila - FI1 relativamente expressivos, em relevo acidentado, fator em parte responsável pela preservação dessas áreas, localizadas nos municípios de Santo Amaro e Cachoeira.

Manchas mais expressivas foram identificadas na faixa úmida, nos municípios de Itanagra, Esplanada e Mata de São João. Ressalva-se que esses remanescentes estão, em grande parte, descaracterizados, em virtude da ação antrópica, reduzindo-se a pequenas manchas que não foram individualizadas, em razão da escala do mapa.

A mata do Bu, inserida na APA do Litoral Norte, localizada nas proximidades da Linha Verde, no município de Conde, constitui um dos raros remanescentes que ainda conserva grande parte da sua diversidade, o que justifica, portanto, a importância de preservá-la de forma permanente.

Na área com predominância do clima subúmido, ocorrem manchas de Floresta Semidecidual - FI2, geralmente intercaladas com agropecuária, não tendo sido possível individuali-

zâ-las, por se tratar de ocorrências isoladas e em extensões incompatíveis com o mapeamento. Registra-se, nos espaços de clima semi-árido, a presença de Floresta Estacional Decidual FI3, caracterizada pela caducidade foliar presente em meio às atividades.

A Mata Ciliar - FI4 exerce uma função extremamente importante, no que se refere à proteção dos mananciais, por evitar o solapamento das encostas e o aporte de sedimentos no leito dos rios, o que provoca seu assoreamento. Apesar disso, esse tipo de formação é praticamente inexistente e está restrita a faixas estreitas e descontínuas ao longo do Rio Inhambupe.

Salienta-se que as Matas Ciliares, pelo papel que desempenham, deveriam ser recuperadas em toda a extensão dos rios que drenam as bacias estudadas, a exemplo do rio Inhambupe, no qual o assoreamento, oriundo de processos erosivos, originou meandros formados pela deposição de sedimentos. São necessárias medidas urgentes para estancar o agravamento desse processo.

A extração vegetal é uma atividade em fase de extinção, por falta absoluta de florestas sustentáveis. Os dados do IBGE registraram, nos municípios de Mata de São João, Santo Amaro e Cachoeira, a extração de lenha, que vem escasseando gradativamente, a exemplo da extração da madeira em tora e do carvão vegetal, em consequência da má exploração do recurso e da fiscalização ambiental, que vem coibindo esse tipo de exploração.

Cerrado

A diversidade fisionômica do Cerrado ocupa 6% da área e está distribuída entre os tabuleiros. O desenvolvimento desse tipo de vegetação está, de certa forma, relacionado com as características morfoclimáticas e edáficas, solos com altos teores em areia, baixa fertilidade e alta saturação em alumínio.

As maiores ocorrências de Cerrado encontram-se nos municípios de Inhambupe, Alagoinhas, Água Fria, Sátiro Dias e Biritinga, apresentando variações quanto ao arranjo e os estratos florísticos. Foram identificadas três unidades de mapeamento.

Nos tabuleiros localizados à margem direita do rio Inhambupe, aparecem manchas extensas de Cerrado gramíneo lenhoso, sem floresta de galeria, representadas no mapeamento pela unidade Ce1. Essa vegetação desenvolve-se sobre Latossolos Alumínicos e Neossolos Quartzarênicos, abrangendo terras dos municípios de Água Fria e Inhambupe. É importante salientar que grande parte da vegetação de Cerrado foi devastada, dando lugar a extensas áreas reflorestadas com eucalipto e pinus.

Na Depressão Camaçari - Dias D'Ávila, onde a Planície Litorânea adentra para o continente, há ocorrência de mancha expressiva de Cerrado gramíneo lenhoso, com predomínio de solos arenosos do tipo Espodossolos.

Na região de Alagoinhas e áreas circunvizinhas, a cobertura vegetal é de Cerrado do tipo Parque, sem floresta de galeria, correspondendo à unidade Ce2, onde a vegetação ocorre

em dois estratos: um estrato graminóide e o superior, com espécies arbóreas raquíticas e espaçadas, e pequenos agrupamentos entre as espécies arbóreas, que aparecem em alguns trechos.

Na unidade Ce3, a vegetação é de Cerrado Arbóreo aberto sem floresta de galeria, na parte norte-noroeste da área, abrangendo o prolongamento denominado de Tabuleiros do Itapicuru, que ocupa parte dos municípios de Sátiro Dias, Biritinga e Água Fria.

Tensão Ecológica

A interação dos fatores naturais, principalmente o clima e o solo, refletem-se nas feições da cobertura vegetal. Entretanto, a ação do homem, associada à dinâmica natural, provoca alterações que, ao longo do tempo, interferem no desenvolvimento das espécies vegetais, verificando-se mudanças nas composições florísticas, fato que leva as espécies a travarem uma competição em defesa do espaço. Esse padrão de uso ocupa cerca de 3% da área mapeada, onde se identificaram quatro tipos de contatos.

Na unidade Te1, representada pelos contatos entre Cerrado e Floresta Ombrófila, com ocorrência nos Tabuleiros Pré-Litorâneos, a vegetação de Cerrado encontra condições favoráveis e penetra nas áreas florestais, dando surgimento a uma floresta com feições diferenciadas da primitiva, mais baixa e com espécies características desse ambiente, como Camaçari (*Caraipa* sp.), Palmira Indaiá (*Attalea* sp.), Mangaba (*Hancornia* sp.).

O contato entre Cerrado e Floresta Estacional, identificado com o símbolo Te2, encontra-se na parte centro-oeste da área, com manchas próximas a Ouriçangas e Água Fria, sobre solos Podzólicos, com a cessão de espaços para atividades agropecuárias, o que provoca desgastes e empobrecimento dos solos.

As pressões impostas ao meio alteram a capacidade dos solos, dando origem a uma floresta secundária, que apresenta mudanças quanto ao porte. Nela aparecem a Sucupira (*Bowdichia* sp.), Araticum (*Aunona* sp.) e outras, possibilitando a penetração de espécies de Cerrado.

A unidade Te3 compreende o contato entre Cerrado e Caatinga e encontra-se na parte noroeste, mais especificamente na região de Sátiro Dias e Biritinga, nos Tabuleiros Interiores. O Cerrado ocupa preferencialmente os topos tabulares, e a vegetação de Caatinga aparece povoando as encostas e avança em direção às partes mais altas, exercendo uma pressão natural entre as espécies, nas áreas de tensão.

O contato entre Caatinga e Floresta Estacional, identificado pela unidade Te4, localiza-se nas partes mais elevadas, dentro da Planície Sertaneja, no noroeste da região de Serrinha. A altitude influencia os índices de umidade, em decorrência dos efeitos orográficos, fato que possibilita o desenvolvimento de uma vegetação de floresta na parte superior. A Caatinga aparece nas encostas e superfícies de aplainamento.

As espécies mais freqüentes, nesse ambiente, são o Pau-d'Arco (*Tabelina* spp.), Pau-Paraiíba (*Simaruba versicolor*), Mulungu (*Erythrina velluntina*). Também é comum a presença de

cactáceas como o Faxeiro (*Pilocereus spp.*), o Pereiro (*Aspidosperma Pyriformium*) e o Umbuzeiro (*Spondias tuberosa*), típico das áreas semi-áridas.

Vegetação Secundária

A cobertura vegetal secundária encontra-se em vários estádios de regeneração, cuja variação está relacionada diretamente com o tempo de pousio e as condições naturais do ambiente. Na verdade, essas áreas são resultantes, em grande parte, da ação do homem e também da dinâmica natural de renovação exercida pela natureza.

O desmatamento indiscriminado, que ocorreu sem considerar a capacidade de suporte, é o grande responsável pelas manchas de vegetação secundária que ocupam cerca de 13% da área mapeada.

O desgaste e o empobrecimento torna os solos de tabuleiros desfavoráveis para atividades agropecuárias, devido a altos teores de alumínio, baixa fertilidade e também a deficiência hídrica, situação registrada no extremo oeste da área, que impossibilita a continuidade dessas atividades e forma extensas capoeiras em seu lugar.

Esse padrão foi subdividido em duas unidades de mapeamento: considerando-se os níveis de umidade, a Vs1 identifica as manchas de vegetação secundária, que ocorrem no domínio do clima úmido e subúmido, e a Vs2 está relacionada aos climas subúmido a seco e semi-árido.

As manchas de vegetação secundária disseminam-se em toda a área. Entretanto, as mais expressivas de Vs2 encontram-se nos municípios de Santa Bárbara e Santanópolis. A unidade Vs1 ocupa as superfícies dos Tabuleiros costeiros na região de Itanagra, Cardeal da Silva, Saubara e Santo Amaro.

Formações Pioneiras

Ao longo dos tempos, muitos estudiosos tentaram identificar, caracterizar, classificar e definir as diferentes comunidades vegetais das áreas formadas pelos sedimentos terciários-quaternários de origem continental, transicional e marinha que ocorrem no litoral brasileiro, nas quais se incluem as praias, cordões litorâneos, antedunas, dunas, brejos, lagoas, desembocaduras de rios e reentrâncias da linha da costa.

Pela diversidade existente, adota-se, neste estudo, a classificação fitogeográfica elaborada por Veloso & Góes Filho (1982) para o Projeto RADAM e IBGE (1991), que identifica essas comunidades como Formações Pioneiras, ou seja, formações de primeira ocupação, que se encontram em processo constante de sucessão, devido ao caráter instável desses ambientes. Em conformidade com os mesmos autores, desenvolvem-se, na área estudada, formações de influência fluvial (comunidades aluviais), não abordadas no estudo, marinha (restingas) e flúvio marinhas (mangues).

Essas formações desempenham importante papel na preparação do meio para a instalação subsequente de espécies mais exigentes, ou menos adaptadas às condições de instabilidade.

Restingas

O litoral norte baiano apresenta recortes que se compartimentam, por vezes, em extensas planícies, dunas e cordões interdunares, formados por sedimentos terciários e quaternários, depositados em ambientes marinho e continental. Essas planícies estão sempre associadas a desembocaduras de rios ou reentrâncias na linha de costa, sendo identificadas como planícies costeiras ou planícies litorâneas (Radam, 1981). As restingas são associadas a essas feições.

O Conselho Nacional do Meio Ambiente, através da Resolução nº 261 de 30 de junho de 1999, para fins de regulamentação do artigo 6º do Decreto nº 750 de 10 de fevereiro de 1993, que diz respeito às normas e restrições de uso da Mata Atlântica, definiu restinga como um conjunto de ecossistemas que compreende comunidades vegetais florísticas e fisionomicamente distintas, situadas em terrenos predominantemente arenosos, de origem marinha, fluvial, lagunar e eólica.

O termo restinga é empregado ora para identificar o tipo de vegetação que recobre essas planícies, ora para o sistema substrato-vegetação. Neste caso, o substrato sobre o qual se desenvolvem os diferentes tipos de formação é o da planície costeira, e este estudo enfatiza a vegetação das restingas, nas suas diferenciadas fisionomias.

Os diferentes tipos de vegetação que ocorrem na área estudada variam desde formações herbáceas, até formações arbustivas, abertas ou fechadas.

As formações herbáceas predominam na faixa das praias, antedunas e dunas, ocorrendo, por vezes, pequenos arbustos e árvores, tanto de forma isolada, formando agrupamentos mais densos, com fisionomias, composições e graus de cobertura diferenciados, como em depressões alagáveis. Essas, por sua vez, constituem áreas abertas ao longo dos cursos d'água, nas depressões situadas entre os cordões litorâneos, ou no entorno das lagoas costeiras, onde dominam as espécies herbáceas.

Em algumas áreas, ocorrem períodos mais ou menos prolongados de inundação do solo, fator que tem grande influência na distribuição de algumas formações vegetais. A periodicidade em que ocorre a inundação e sua respectiva duração decorrem, principalmente, da topografia do terreno, da profundidade do lençol freático e da proximidade de corpos d'água.

As localidades de Jauá, Arembepê e as dunas de Imbassaí caracterizam esses ecossistemas.

As formações arbustivas encontradas, por exemplo, no entorno da Lagoa de Abaeté variam desde densos emaranhados de arbustos, misturados a bromélias e cactáceas, até moitas com extensão e altura variáveis, intercaladas por áreas abertas, que expõem diretamente a areia. São áreas extremamente ameaçadas pela especulação imobiliária, com grande número de loteamentos e construções de equipamentos de turismo (hotéis, pousadas) e lazer.

Mangues

Os manguezais são ecossistemas restritos aos litorais tropicais e subtropicais, desenvolvidos na zona entre marés e localizados, geralmente, na desembocadura dos rios. Estão sujeitos a inundações periódicas por água do mar e água doce, sofrendo flutuações abruptas e pronunciadas de salinidade.

Apresentam como particularidades solos poucos compactos, o que dificulta a fixação das árvores, acúmulo de matéria orgânica em decomposição, árvores com raízes escoras e ambiente lodoso e salobro.

Devido às condições que oferecem, os mangues são considerados ecossistemas altamente produtivos, garantindo alimento, proteção, condições de reprodução e crescimento para muitas espécies e funcionando como berçários de peixes e invertebrados marinhos, que passam apenas uma fase de sua vida nesse ambiente.

A vegetação arbórea do manguezal é composta por poucas espécies. Todas com adaptações estruturais e fisiológicas para sobreviverem nesse ambiente de solo pouco compactado e pouco oxigenado.

Para a fixação em substrato inconsolidado, as espécies vegetais de mangue possuem adaptações especiais para a sobrevivência: o mangue vermelho (*Rhizophora mangle*) apresenta raízes-escora, que partem do caule principal e se arqueiam até o solo, ocupando a zona frontal. As raízes das espécies de mangue possuem lenticelas, localizadas nas raízes escora e em raízes aéreas, denominadas pneumatóforos, que ocorrem nos mangues branco (*Laguncularia*) e negro (*Avicennia schaueriana*). Para superar os problemas da salinidade, as plantas de mangue desenvolveram mecanismos que impedem que o sal entre na planta através das raízes (*Rhizophora* e *Laguncularia*), ou excluem o sal através de glândulas localizadas nas folhas (*Avicennia*).

Os manguezais distribuem-se no entorno da Baía de Todos os Santos, Baía de Aratu, Baía de Iguape, mais especificamente nos estuários dos rios São Paulo, Subaé e Paraguaçu. Além dessas áreas, os manguezais são representativos, no litoral norte, nos estuários dos rios Jacuípe, Subaúma, Itariri, e nas localidades de Porto Sauípe e Baixios.

Os manguezais são intensamente explorados nas atividades de mariscagem, com a coleta de crustáceos e moluscos comestíveis, que alimentam e sustentam financeiramente as populações residentes nessas imediações.

Esses ecossistemas são, por lei, área de preservação permanente. No entanto, estão sob constante ameaça, pela expansão urbana, por obras de engenharia, lixões, marinas, aterros e cultivo de camarão.

No entorno das baías de Todos os Santos e de Aratu, esses ecossistemas encontram-se submetidos a constantes contaminações, oriundas dos dejetos industriais e domésticos, e a acidentes que ocorrem com o derramamento de óleo dos navios ou com a exploração petrolífera nessa área.

OUTROS Usos

Foram enquadradas, neste item, atividades de difícil espacialização, pela extensão ocupada, ou por sua ocorrência pontual, embora relevante, tanto no que se refere ao desenvolvimento da economia como, principalmente, à qualidade e à preservação ambiental, por imprimirem uma relação direta com os ecossistemas onde estão inseridas, com reflexos na sustentabilidade dos recursos.

Ai se incluem, além de áreas industriais, as áreas turísticas, onde se destacam os patrimônios naturais, históricos e culturais, as de assentamentos rurais ligados aos programas de reforma agrária, as áreas de exploração mineral e as unidades de conservação, entre outras.

A aqüicultura foi inserida nesta abordagem, embora sua inserção seja uma atividade incipiente, com a carcinicultura e a piscicultura, que se revelam como alternativa alimentar e geradora de renda, às quais se soma a pesca tradicional.

Pelo volume do empreendimento e importância econômica, a avicultura foi incluída, por tratar-se de uma atividade que vem crescendo, projetando-se no estado e tornando-se referência no Nordeste.

INDÚSTRIA

Esta área possui a maior concentração de indústrias do Estado, distribuídas entre o Complexo Petroquímico de Camaçari, localizado a 35 Km de Salvador, com destaque para a petroquímica, termoplástica, química fina, papel e celulose, bebidas, fertilizantes e, mais recentemente, a indústria automotiva, e o Centro Industrial de Aratu, a 18 Km da capital, cuja linha de produção está ligada, principalmente, a matérias químicas, plásticas, têxtil, metálica, mecânica e farmacêutica.

O Centro Industrial de Subaé, situado no município de Feira de Santana, também tem papel relevante, com as indústrias de embalagem, materiais plásticos, produtos químicos e alimentícios, e o Distrito Industrial de Sauípe, em Alagoinhas, de menor porte, com indústria de couro, minerais não-metálicos e bebidas.

Destaca-se, ainda, a refinaria Landolfo Alves no complexo Mataripe, em São Francisco do Conde, onde se processam derivados do petróleo, inclusive a nafta petroquímica, com fornecimento direcionado para a Copene, central de matéria prima do pólo petroquímico.

A agroindústria açucareira foi a precursora do processo de industrialização no Estado. Sua expansão abriu espaços para o surgimento de outras unidades fabris. A princípio, instalou-se a indústria têxtil, para produzir sacaria, visando ao acondicionamento da produção agrícola para exportação e a produção de tecidos para o povo. Em seguida, vem a metalurgia, voltada para atender às demandas das usinas, da agricultura e, principalmente, das ferrovias.

Apesar de a Bahia ter desenvolvido esses segmentos industriais ainda no século XVIII, destacando-se, em 1860, como o centro têxtil do Brasil e se firmando como grande exportador de açúcar e fumo, importantes vetores de desenvolvimento da agroindústria no Estado, não conseguiu manter os mercados, devido à grande competitividade dos países dominantes e dos centros industriais do sudeste.

O setor atravessou várias crises, chegando, em alguns segmentos, à decadência total, situação que só começou a se reverter após a Segunda Guerra Mundial, quando a cultura começou a receber incentivos do governo para se recuperar. Novos segmentos industriais, voltados, principalmente, para a exploração de petróleo e para a siderurgia, foram amplamente incentivados.

Em 1967, foi criado o Centro Industrial de Aratu - CIA, que se destacou como um empreendimento de relevância, cujo objetivo era o desenvolvimento industrial, com uma proposta voltada para a produção de bens intermediários. Contudo os resultados foram bastante controvertidos. No final da década de setenta, com o fim dos incentivos, o Centro começou a declinar.

A partir daí, muitas unidades foram desativadas, transferindo-se equipamentos, tecnologia e capital para as matrizes, o que deixou o projeto do governo em descompasso em relação às metas de geração e ampliação das atividades produtivas do Estado.

No mesmo período de desaceleração do CIA, entra em funcionamento, em 1977, o Complexo Petroquímico de Camaçari, considerado o maior do hemisfério sul, que responde por cerca de 50% da oferta nacional. Nesse período, o setor secundário alcançou posição importante na economia do Estado e da Região Nordeste, provocando mudanças nos padrões tecnológicos e na comercialização, cujo alvo principal era o mercado.

Por outro lado, o COPEC provocou transformações de cunho social, gerando uma nova classe de trabalhadores, os “empregados do Pólo”, com níveis salariais superiores aos dos demais setores, o que atraiu pessoas em busca de oportunidades, promovendo uma migração intensa, com acelerado processo de urbanização, principalmente no município de Camaçari.

O crescimento da população de Camaçari, em curto espaço de tempo, provocou sérios problemas, decorrentes da falta de infra-estrutura para atender à demanda, principalmente em relação a moradia, escolas e hospitais, fato que fez crescer, de forma significativa, o setor de serviços gerando empregos indiretos. Também se intensificou o processo de favelização da periferia dessa cidade.

Contudo, a partir de 1985, o setor passou por uma fase extremamente crítica, com taxas de crescimento negativas, compatíveis com a conjuntura econômica vivida pelo país naquela década. Em 1991, houve uma retomada de sua eficiência, apresentando-se saldos positivos, depois de profundas modificações, e redefinindo-se a produção, em função da nova realidade nacional e internacional.

Nesse contexto, é importante enfatizar que o processo de globalização tem redirecionado o espaço de alguns segmentos industriais, na busca de maior eficiência e competitividade. Fatores como a proximidade da produção de matéria prima e do mercado consumidor, facilidade de escoamento e incentivos fiscais que visem à redução dos custos de produção foram medidas adotadas na perspectiva de conquistar os mercados emergentes.

Atualmente, a política implementada pelo Estado visa diversificar a base industrial, consolidar e expandir as atividades já existentes, introduzir tecnologia de ponta, incorporar produtos de maior valor agregado e descentralizar e interiorizar o desenvolvimento, distribuindo geograficamente as unidades industriais.

Na consolidação dessas metas, o Estado adotou uma estratégia baseada em incentivos fiscais e financeiros, para atrair novos investimentos. A partir de 1991, foram estruturados diversos programas, entre os quais o da Promoção do Desenvolvimento da Bahia – Probahia, cujo objetivo era o crescimento do Estado como um todo. Outros programas foram incrementados e direcionados para novos vetores estratégicos, com vistas ao crescimento econômico e a geração de emprego e renda.

Também foi criado o Programa de Apoio ao Comércio Exterior – Procomex, para incentivar a produção destinada à exportação. Dentre os setores produtivos, destaca-se o calçadista, com boa aceitação no mercado externo. Em razão disso, muitas marcas conhecidas nacionalmente já instalaram filiais, e outras se encontram em fase de implantação no estado, distribuídas em diversos municípios, como se pode verificar na Tabela 11.

A descentralização da indústria calçadista segue uma tendência mundial. O processo consiste em deslocar segmentos industriais para lugares próximos aos mercados consumidores, com abundância de mão-de-obra e, principalmente, em função da política de incentivos fiscais oferecidos pelo poder público.

O setor de calçados utiliza grande contingente de mão-de-obra, devido à dificuldade de automação de todo o processo produtivo, e vem sendo atraído pelos Estados do nordeste brasileiro que oferecem incentivos fiscais, o que, aliado à mão-de-obra barata em relação a outras regiões do país, reduz os custos de produção, tornando o produto mais competitivo.

A instalação de duas fábricas de calçados no município de Serrinha, filiadas a empresas consolidadas no Rio Grande do Sul, veio a aquecer uma economia alicerçada numa agricultura de subsistência e numa pecuária pouco expressiva, vulneráveis às estiagens prolongadas, devido à sua localização em zona de transição climática.

Tabela 11 - Principais indústrias de calçados, acessórios e componentes da área

Municípios	Indústrias	Produtos
Alagoinhas	Brespel	Peles curtidas, acabadas. Couro wetblue.
Alagoinhas	Lupel couros	Couro, pelica e forro para calçados.
Conceição do Jacuipe	Fortik Nordeste	Palmilha, solado e salto para calçados.
Candeias	Curtume Bahia	Pele de carneiro wetblue, pele de cabra.
Feira de Santana	Artecola	Componentes para calçados.
Feira de Santana	Baplastil	Palmilha, entressola para calçados.
Feira de Santana	Bolsas Morais	Calçado, bolsa e acessório.
Feira de Santana	Toritama	Calçado.
Feira de Santana	Fidare	Sapato e sandália feminina.
Feira de Santana	Luroge	Chinelos de borracha.
Irará	Vical Valois	Sapato e sandália de couro.
Lauro de Freitas	D' Vasconcelos	Calçado, bolsa e carteira de couro.
Lauro de Freitas	JF Industria	Sandália.
Simões Filho	Polytana Nordeste	Tecido para calçados e persianas
Simões Filho	Francirais	Calçados femininos
Serrinha	Bison (Via Uno)	Calçados de couro feminino.
Serrinha	Schmidt & Irmãos	Calçados.
Salvador	Di' Gregório	Sandália.
Salvador	JT calçados	Calçados femininos em couro.
Salvador	Monza calçados	Calçados femininos em couro.
Terra Nova	Free Way	Calçado masculino

Fonte: FIEB, Guia Industrial, 2002.

No município de Serrinha, a empresa Via Uno emprega 430 trabalhadores, com uma capacidade de produção de 5 mil pares de sandálias de couro por dia, das quais 75% são direcionadas para o mercado interno, principalmente para o eixo centro-sul, e os 25% restantes são exportados para países do Mercosul, Estados Unidos, México, Chile, Peru, Bolívia e Leste Europeu. A Schmidt Irmãos emprega cerca de 220 funcionários, para uma produção de 250 mil pares/ano de calçados femininos.

O município de Terra Nova também foi contemplado com uma fábrica de calçados masculinos, com 50% da produção direcionada para exportação e o restante para o mercado interno. A produção inicial foi de 200 mil pares/ano e a meta é de 400 mil em 2003 e 600 mil para 2006. Esse mesmo grupo pretende instalar outras unidades de componentes, como solados e couros, para reduzir os custos de produção.

Esses empreendimentos promovem mudanças socioeconômicas importantes, com impactos na formação da renda local, na geração de empregos diretos e indiretos, repercutindo na movimentação do comércio e no setor de serviços.

Para dar sustentação ao setor, diminuir os custos e promover a concretização do pólo calçadista da Bahia, o governo vem incentivando as indústrias de componentes, destacando-se a Polytana, instalada no Centro Industrial de Aratu, com produção de palmilhas, forras e lingüetas, e o curtume Mastrotto da Reichert, em Cachoeira, pioneiro no Estado na produção de couro acabado de alta qualidade, utilizado na fabricação de calçados, assentos para aviões, lanchas e móveis.

No pólo de calçados, já foram instaladas 42 unidades fabris, que incluem fábricas de calçados e componentes, o que representa parte da meta, que totaliza 65 empresas do setor coureiro e calçadista, com previsão de se consolidarem em 2005, quando as principais fábricas de componentes estarão instaladas no Estado.

Outros programas de grande relevância são os que visam à diversificação da base produtiva, com a utilização de substâncias produzidas nas unidades existentes, destacando-se: o Programa de Incentivo à Transformação Plástica – Bahiaplast, que visa a atrair indústrias transformadoras das resinas plásticas produzidas no Pólo Petroquímico; o Procobre, estruturado para facilitar a instalação de indústrias que utilizam o cobre laminado como componente principal, promovendo, assim, a transformação dessa matéria prima, originada da Caraíba Metais; o setor de fibras naturais e sintéticas, contemplado com o Profibra.

Entre os programas de incentivo, o de maior envergadura é o Proauto, estruturado em função da medida editada em 1997 pelo Governo Federal, que criou o Regime Automotivo Especial para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País, com incentivos fiscais. No caso do programa elaborado pelo Estado, além dos incentivos fiscais, o governo financia também a infra-estrutura para as montadoras, estendendo os benefícios às empresas produtoras de autopeças.

A implantação do complexo automotivo no município de Camaçari, atrelado ao Projeto Amazon-Ford, que agrega cerca de 28 empresas fabricantes de autopeças, diversificou e ampliou o parque industrial, gerando empregos diretos e indiretos. Esse fato tem uma conotação importante, pois marca o começo da descentralização da indústria automobilística no País, até então restrita às regiões Sudeste e Sul. A capacidade germinativa desse setor é excelente, atraindo outras unidades, haja vista a quantidade de empresas já instaladas e o número de protocolos de intenções já assinado.

Apesar disso, existe muita controvérsia a respeito dos programas de incentivo fiscal do governo, principalmente em relação à indústria automobilística, no que se refere ao custo/ benefício. O número de empregos gerados está aquém da expectativa, e os níveis salariais se situam abaixo dos praticados pelas montadoras do sul e sudeste do país.

Segundo a Federação da Indústria do Estado, registraram-se, em 2001, cerca de 2.583 ocorrências industriais, das quais 1.693 encontram-se na área de estudo, correspondendo a 65,5% do total, distribuídas em 25 municípios. Entretanto, registra-se uma concentração importante em Salvador, Feira de Santana, Simões Filho, Lauro de Freitas e Camaçari, conforme dados apresentados na Tabela 12.

Tabela 12 - Ocorrências Industriais

Municípios	Unidades	Produtos Predominantes
Alagoinhas	28	Produtos para construção civil, artefatos em cerâmica, concreto e plástico, cerveja e refrigerante, charutos e produtos gráficos, curtimento de couro.
Amélia Rodrigues	4	Açúcar cristal, álcool anidro, reforma de pneumáticos, peças fundidas de ferro.
Candeias	28	Fertilizantes fosfatados, nitrogenados e potássicos.
Camaçari	121	Produtos petroquímicos, químicos, construção civil, artefatos de plástico e metal, produtos alimentares, cerveja e chopp, indústria automobilística.
Conceição do Jacuípe	9	Fertilizantes, construção civil e derivados de fumo.
Coração de Maria	3	Produtos alimentícios de padaria.
Catu	8	Extração de petróleo e gás, equipamentos para construção civil.
Dias D'Ávila	23	Engarrafamento e gaseificação de água mineral.
Entre Rios	1	Artefatos em madeira.
Esplanada	5	Produtos alimentícios derivados do coco, marcenaria.
Feira de Santana	275	Vestuários, embalagens, reformas de pneumáticos, cerveja, ração, calçados e acessórios.
Irará	3	Produtos de padaria, calçados em couro.
Inhambupe	3	Processamento e produção de conserva de frutas, produtos hospitalares, paletes de madeira.
Lauro de Freitas	128	Vestuários, construção civil, produtos alimentícios, cosméticos, móveis, embalagens, artigos de couro.
Mata de São João	8	Extração de petróleo, cerâmicas não refratárias, embalagens de plástico.
Pojuca	7	Produção de ferro, aço e ferro liga.
São Francisco do Conde	2	Refino de petróleo, embalagens metálicas.
Simões Filho	129	Artefatos de plástico, cerâmicas, produtos farmacêuticos, alimentícios, cordões de sisal e refrigerantes.
Salvador	888	Edificações residenciais, industriais, comerciais e reformas, vestuário, serviços gráficos, produtos alimentícios, embalagens de papel, artefatos de alumínio.
Serrinha	8	Cerâmicas não refratárias, calçados, construção civil e produtos alimentícios.
São Gonçalo dos Campos	3	Produção de sucos de frutas e de legumes, acessórios hospitalares, derivados do fumo.
Santo Amaro	6	Fabricação de papel higiênico, papel para máquinas, produtos alimentícios.
São Sebastião do Passé	2	Vestuário, madeira laminada, chapas de madeira compensada, prensada, aglomerada e paleta.
Teofilândia	1	Artefatos de couro - bolsas, carteiras e cintos.
Terra Nova	1	Artefatos de couro.

Fonte: Federação das Indústrias do Estado da Bahia, FIEB, 2001.

RECURSOS MINERAIS

Não se pode negar o caráter pioneiro da mineração, que culmina na abertura de novas fronteiras econômicas e geográficas, abrindo espaço para o desenvolvimento e gerando oportunidades econômicas. Como indústria de base, induz à formação da cadeia produtiva, do processo de transformação de minérios até os produtos industrializados. À medida que proporciona a interiorização da população, cria demandas por infra-estrutura e serviços, induz a instalação de indústrias de transformação e de bens de capital, gerando emprego e renda.

Contudo, ainda hoje, diante de novas tecnologias, a mineração continua sendo uma atividade predatória e agressiva ao meio ambiente e aos interesses do desenvolvimento sustentado, tendo sua origem na intensa demanda pelos bens minerais e no descumprimento da legislação em vigor.

Embora a legislação ambiental tenha se tornado mais eficiente, a mineração continua afetando grandes extensões geográficas, algumas das quais de difícil recuperação, o que faz dela não apenas uma atividade econômica de impactos ambientais localizados, mas uma atividade que apresenta possibilidades de risco em grande escala, principalmente, quando essas explorações se concentram em áreas próximas a grandes contingentes populacionais, a exemplo das regiões metropolitanas. À medida que a indústria mineral se modernize e que o controle se torne mais efetivo, essa imagem poderá ser atenuada, sendo tão importante garantir a disponibilidade desses recursos quanto a minimização dos impactos causados.

Nas áreas das bacias estudadas, a exploração petrolífera, os minerais utilizados na construção civil e a exploração de água mineral se destacam em termos de produção e de demandas.

Petróleo e Gás

A Bahia é pioneira na exploração de petróleo, e sua história data de 1858, quando se utilizou mineral betuminoso na fabricação de querosene de iluminação, com a descoberta do petróleo em Lobato e a continuidade das pesquisas na Bacia do Recôncavo, na qual se destaca o campo de Candeias, que passa a ser explorado comercialmente.

No século XX, o petróleo se impõe como principal fonte de energia e na produção de combustíveis, tornando-se imprescindível na vida moderna. A humanidade passa, hoje, por uma dependência completa desse produto.

A dependência dos combustíveis fósseis e a globalização dos preços mexem com a gangorra financeira, estando o petróleo atualmente em constante alta e com a produção reprimida.

Principais Depósitos no Estado

Dentre os minerais energéticos, o petróleo e o gás são os que mais de perto produzem efeitos no cotidiano da população em geral. O gás natural é o existente nas jazidas, que é submetido a um processo para retirada das partículas líquidas, que vão gerar o gás liquefeito de petróleo (GLP), ou gás de cozinha.

O petróleo continua sendo descoberto e explorado na plataforma continental e em diversas regiões do subsolo nacional, bem como nas diversas bacias sedimentares existentes no Estado da Bahia, que possui a segunda reserva de petróleo e a primeira reserva de gás em terra, e constitui a quinta reserva de petróleo e de gás no mar.

No território baiano, as principais bacias sedimentares que revelam indícios de acumulação de petróleo e gás são as bacias do Recôncavo, de Camamu, Almadina, Cumuruxatiba, São Francisco e Tucano.

A refinaria Landulfo Alves, situada no município de São Francisco do Conde, é responsável pelo refino do petróleo, processo constituído por uma série de operações de beneficiamento às quais o petróleo bruto é submetido para a obtenção de produtos específicos. Refinar petróleo, portanto, é separar as frações desejadas, processá-las e transformá-las em produtos vendáveis.

Mais de 80 produtos diferentes são produzidos na refinaria Landulfo Alves, localizada na Bahia. Os rendimentos obtidos em derivados, em relação ao petróleo processado, dependem do tipo de petróleo e da complexidade da refinaria. Os principais derivados e sua utilização são:

- Gás liquefeito de petróleo – Combustível Doméstico (gás de cozinha)
- Gasolinas – Combustível automotivo
- Solventes de Borracha – Solventes
- Querosene de iluminação – Iluminação e combustível doméstico
- Óleo diesel – combustível para ônibus, caminhões, etc.
- Asfalto – Pavimentação

Argila Industrial

A argila é o composto básico de praticamente todos os produtos cerâmicos. Dentre os mais diversos tipos de argilas, destacam-se as argilas para cerâmica branca, refratária e cerâmica vermelha. Por ser um dos principais insumos da indústria cerâmica, sem dúvida, é o consumido em maiores quantidades.

Os municípios de Camaçari, Simões Filho, Alagoinhas e Salvador são os principais produtores de argila industrial, e as empresas que consomem essa substância são Itaporanga Mineração Ltda, CIMPOR – Cimento de Portugal e a Cimento Aratu S/A. O método de produção da argila é a céu aberto, com lavra semi-mecanizada.

Toda a produção de argila originada na Bahia é consumida localmente. As principais reservas localizam-se nos municípios de Simões Filho e Alagoinhas, razão pela qual esses municípios são candidatos naturais a abrigarem um pólo industrial de argila.

Caulim

O caulim apresenta algumas características que permitem uma variedade muito grande de aplicações industriais, entre as quais se destacam: agente de enchimento no preparo de papel; agente de cobertura para papel “couché”; agente na composição das pastas cerâmicas; fabricação de tintas em geral, materiais refratários, plásticos, borrachas, adesivos, cimentos, inseticidas, pesticidas, produtos alimentares e farmacêuticos, catalisadores, absorventes, dentifrícios, clarificantes, fertilizantes, auxiliares de filtração, cosméticos, produtos químicos, detergentes e abrasivos, além de cargas e enchimentos para diversas finalidades.

Os depósitos de caulim estão situados nos municípios de Camaçari, que responde por 135.395 toneladas, ou 2,15% do total do Estado. A reserva baiana de caulim oficialmente aprovada localiza-se nos municípios de Camaçari e Prado.

As empresas produtoras desse bem mineral são: Empresa Industrial Lucaia Ltda., Itaporanga Mineração Ltda., ambas localizadas em Camaçari. Existem outras pequenas empresas operando na RMS, que lavram em pequena escala algumas ocorrências de caulim. Essa produção, muitas vezes, é de difícil registro, adotando-se lavra manual ou semi-mecanizada.

Materiais de Construção

Os agregados são as principais substâncias empregadas no setor de materiais de construção. Agregado, por definição, é um material inerte, como areia, pedregulho, conchas, escórias ou pedra britada, ou associação desses materiais que, misturados a um cimento ligante, forma argamassa ou concreto. Os municípios que detêm grandes reservas de agregados são: Lauro de Freitas, Salvador, São Felix e Simões Filho.

Areia

A areia é encontrada principalmente nas várzeas e leitos de rios, depósitos lacustres, dunas, mantos de decomposição de rochas, arenitos e pegmatitos decompostos. A areia se caracteriza pelo baixo valor e grandes volumes de material produzido, motivo pelo qual é explorada nas proximidades das áreas de consumo, o que implica dizer, nas proximidades dos grandes centros urbanos, o que causa conflito entre a necessidade de uso e a ocupação urbana.

Como consequência, as empresas de mineração buscam novas áreas para extração, mais distantes dos locais onde se concentram os consumidores. Esse fato faz com que o preço final dos agregados para a construção civil fique mais elevado. Os municípios de Camaçari, Lauro de Freitas, Simões Filho, Mata de São João e adjacências são os maiores produtores.

Pedra Britada

A produção de pedra britada, na Bahia, destina-se aos setores de produção de concreto, pavimentação asfáltica, produção de artefatos de cimento e pré-moldados, e outros usos, como lastros de ferrovias, contenção de taludes, entre outros.

O setor de produção de brita da Região Metropolitana de Salvador, Feira de Santana e Alagoinhas é constituído por dez empresas produtoras desse mineral, mencionadas a seguir:

- Brincom – Britagem Indústria e Comércio (Alagoinhas)
- Civil Industrial e Comercial Ltda.
- Minercon – Mineração e Construções Ltda.
- Pedreiras Aratu Ltda.
- Pedreiras Carangi Ltda.
- Pedreiras Itaporanga Indústria e Comércio Ltda.
- Pedreiras Omacil Indústria e Comércio Ltda.
- Pedreiras Parafuso Ltda.
- Pedreiras Rio Branco Ltda. (Feira de Santana)
- Pedreiras Valéria S. A

A cidade de Salvador, a exemplo de outras cidades do Brasil, sofre dos problemas da expansão desordenada, o que acarreta dificuldades de convivência pacífica entre a expansão urbana e as atividades mineradoras, que são base desse próprio crescimento.

TURISMO, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

O Estado da Bahia sempre teve vocação para o turismo, devido ao seu potencial natural e ao seu rico acervo histórico-cultural. No entanto, por longos anos, essa atividade se manteve de forma incipiente e sem expressividade na economia baiana. Com infra-estrutura precária, rede hoteleira deficiente e, principalmente, mão-de-obra altamente despreparada, esses atrativos se mantiveram praticamente inexplorados.

Reconhecendo essas potencialidades, o Governo do Estado da Bahia, a partir da década de 70, reestrutura o setor e investe em infra-estrutura básica, expandindo a atividade turística. Ao longo do tempo, foram criados diversos órgãos e empresas públicas para gerir o setor e elaborados planos de desenvolvimento para diversas áreas do Estado. A Bahiatursa passou a ser o órgão oficial do Governo do Estado responsável pela organização das políticas para o setor.

Em 1985, a Unesco declara o Centro Histórico de Salvador como Patrimônio da Humanidade, época em que sua recuperação volta a ser considerada.

No ano de 1990, o Governo Federal implementa a Política Nacional de Turismo, na qual são definidas macro metas, com o objetivo de transformar o território numa alternativa de desenvolvimento econômico e social.

No entanto, somente a partir de 1991 é elaborado o Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, a cargo do Instituto de Patrimônio Arquitetônico e Cultural – IPAC e da Companhia de Desenvolvimento do Recôncavo – CONDER, tendo como objetivos a recuperação, restauração, sua movimentação de forma contínua e o desenvolvimento do potencial produtivo da área. O processo de intervenção na área se consolida em 1993.

Ainda em 1991, o Governo do Estado elabora o Plano de Desenvolvimento do Turismo da Bahia – Prodetur/Bahia, definindo o espaço geográfico a ser trabalhado e o direcionamento a ser seguido e envolvendo a captação de recursos para investimentos em infra-estrutura, marketing e recursos humanos.

O Estado foi então dividido em sete áreas ou regiões turísticas, tendo cada uma delas localidades ou municípios-âncora, para fins de investimentos, promoção e educação para o turismo. O conjunto de municípios foi então agrupado: na Costa dos Coqueiros - Praia do Forte; na Baía de Todos os Santos - Salvador; na Costa do Dendê - Morro de São Paulo; na Costa do Cacau - Ilhéus; na Costa do Descobrimento - Porto Seguro; na Costa das Baleias - Parque Nacional de Abrolhos; e na Chapada Diamantina, no município de Lençóis.

O turismo envolve atividades diversas, que se distribuem por toda a cadeia econômica e requerem investimentos em infra-estrutura básica de apoio, como rodovias, aeroportos, saneamento, educação, preservação ambiental, preservação do patrimônio histórico e cultural. Por sua vez, promove diferentes efeitos sobre os segmentos econômicos, sociais e culturais, contribuindo na geração de empregos no setor.

A Bahia, por seus atributos histórico-culturais e paisagísticos, engaja-se no Programa de Financiamento ao Turismo do Nordeste – Prodetur/Ne, sob a coordenação do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com recursos direcionados para obras de infra-estrutura turística na região-alvo (energia, transportes, saneamento, sistemas aeroportuários, recuperação do patrimônio turístico e educação para o turismo).

Em mais uma tentativa de tornar o turismo baiano mais atrativo e pensando na diferenciação do produto turístico, o Governo do Estado criou, em 1995, a Secretaria da Cultura e Turismo, com a finalidade de compartilhar com os visitantes os aspectos culturais do seu povo.

Considerando as áreas e ou zonas turísticas que fazem parte do Plano de Desenvolvimento do Turismo, no espaço estudado inserem-se a região da Baía de Todos os Santos e a da Costa dos Coqueiros. Nos últimos anos, essas regiões foram beneficiadas com ações estruturantes e de recuperação, que as colocaram na rota nacional e internacional do turismo.

A região da Baía de Todos os Santos, tendo como âncora a cidade de Salvador, teve parte do seu patrimônio histórico-cultural recuperado, com a intervenção no Centro Histórico do Pelourinho, hoje ampliado para a área do Carmo.

O Largo do Pelourinho, pilar onde eram sentenciados os escravos nos idos de 1808-1835 e servia de moradia da alta classe da época, foi, aos poucos, sendo abandonado. Essas edificações foram ocupadas pelas classes de baixa escala social, que se deslocaram para essas áreas à medida que as classes privilegiadas migravam para áreas mais nobres, o que acentuou a decadência da área. A situação se agravou com o crescimento da cidade e sua conseqüente descentralização. O Pelourinho passou então a ser habitado por pobres e marginais, sofrendo, além da degradação física, a depredação social.

Entre as décadas de 50 e 70, a área se transformou em ruínas, com a maior parte das habitações abandonadas por falta de conservação, ou ocupadas por moradores de baixa renda.

Com recursos do Prodetur/NE, o Governo do Estado já recuperou as áreas do Terreiro de Jesus, Pelourinho, Maciel, Praça da Sé e parte do Passo e Carmo. Essas áreas são, hoje, ponto de referência histórico e cultural dos baianos e visitantes. Outras ações foram executadas, a exemplo da recuperação do Dique do Tororó e o Parque do Abaeté, com a integração dessas áreas ao circuito turístico de Salvador.

Ainda no contexto histórico e cultural, incluem-se alguns municípios, entre os quais se destacam Cachoeira e Santo Amaro.

A Baía de Todos os Santos é um grande complexo estuarino, que abriga pequenas baías e enseadas, tendo, no seu entorno, os municípios da região Metropolitana de Salvador, cuja riqueza histórico-cultural e atributos naturais de rara beleza poderiam ser aproveitados de forma mais ordenada e em toda sua potencialidade. Os recantos guardam marcas da história, com ruínas coloniais, a exemplo do povoado de Bento das Lages, em São Francisco do Conde, Santiago do Iguape e São Francisco do Paraguaçu, em Cachoeira, Cabuçu e Bom Jesus dos Pobres, em Saubara, entre outras de igual importância. São 56 ilhas que compõem a baía, e cada uma tem atrativos peculiares, como a Ilha de Maré, dos Frades (Ponta de Nossa Senhora de Guadalupe), Madre de Deus, Cajaíba, dos Bimbarras, somente para citar algumas. Esses espaços são freqüentados por veranistas e visitantes nos finais de semana, sem, contudo, se consolidarem como referencial turístico.

A essas áreas, soma-se o canyon, localizado no vale do rio Sergi, afluente da margem direita do rio Subaé, em Santo Amaro, atravessado pela linha férrea e utilizado apenas para transporte de cargas. O trecho onde se encaixa o canyon fica entre as estações de Santo Amaro e Afligidos e poderia ser utilizado para exploração turística, com passeios de trem. Complementam a diversidade de opções as praias interioranas da Baía de Todos os Santos, a exemplo de São Tomé de Paripe, Porto da Barra, Santa Maria e as oceânicas do Flamengo, de Ipitanga, Stella Maris, Piatã, Placaford, Armação, Amaralina, Ondina, entre outras.

O Litoral Norte do Estado da Bahia se estende até a fronteira com o Estado de Sergipe e, por décadas, manteve-se pouco explorado, limitando-se a fazendas, chácaras e casas de veraneio da alta classe de Salvador.

Contudo a implantação da BA-099, estrada do Coco, do Centro Industrial de Aratu e do Pólo Petroquímico de Camaçari criou novas opções de desenvolvimento, atraindo um grande contingente populacional de trabalhadores de diferentes classes sociais, que necessitava estabelecer moradia, o que veio a modificar a paisagem.

Na década de 70, a localidade de Arembépe se destaca, com o surgimento de uma comunidade “*hippie*”, o que torna a área atrativa para visitação e muito freqüentada por adeptos do *camping*. Locais como Imbassaí, Subaúma e Baixios também se integram ao novo roteiro. Essas comunidades, que viviam da agricultura de subsistência, do artesanato e da pesca, passam a conviver com visitantes de diferentes hábitos, costumes e demandas diferenciadas.

A especulação imobiliária é então estimulada, e esse setor do litoral passa a ser ocupado por loteamentos de engorda, alguns dos quais se transformaram em construções de alto padrão, condomínios fechados, usados como segunda residência e por veranistas.

A ocupação, nesse território, apresenta peculiaridades específicas, resultando num alto grau de alteração do ambiente, com a perda de marcos referenciais da população local e a segregação dos segmentos da população de baixa renda.

O Litoral Norte passou a ser, para os soteropolitanos, uma extensão de sua área de lazer, e moradia permanente para alguns. É o caso de Guarajuba e de Vilas do Atlântico, fenômeno que se estendeu por outros locais, como Imbassaí, Arembépe e Jacuípe.

A região da Costa dos Coqueiros abrange todo o litoral norte do Estado e tem como âncora a localidade de Praia do Forte, uma vila de pescadores que se instalou nas proximidades das ruínas do Castelo Garcia D’Ávila, no município de Mata de São João. Essa localidade é, hoje, um dos destinos mais procurados do litoral norte, por turistas nacionais e estrangeiros. Conserva ainda o aspecto rústico e tem como *marketing* o ecoturismo, sustentado por uma pequena amostra do rico ecossistema da Mata Atlântica, onde se observa a presença de dunas, lagoas, rios, manguezais, coqueirais e remanescentes da flora e da fauna atlânticas.

Aí se instalou, desde 1980, uma das estações do Projeto Tamar, voltada para a preservação das diferentes espécies de tartarugas marinhas, o que serve de atrativo aos visitantes.

Em Praia do Forte, existe hoje uma estrutura de mais de 40 pousadas, restaurantes, lojas de artesanato e um ecoresort, à qual se somam as praias e uma diversidade de opções de lazer e entretenimento.

Essa localidade compõe a área da APA Litoral Norte e tem, em seu território, a Reserva de Sapiranga, ambiente ecológico de floresta secundária, que se mantém em recuperação.

A construção do trecho da BA – 099, que liga Praia do Forte ao Município de Jandaíra, denominado de Linha Verde, aumentou a especulação imobiliária e o movimento turístico na região. Com melhores condições de acessibilidade, essa área foi eleita preferencialmente para veraneios e até moradia permanente.

Surge, no ano de 2002, o Complexo Hoteleiro de Costa de Sauípe. Favorecida pela beleza cênica do lugar, aí se construiu uma cidade cinematográfica, uma verdadeira “Ilha da Fantasia”. O complexo foi planejado para ser a “Cancum” brasileira e atender a uma clientela diferenciada, desde o turismo individual ao turismo de negócios e eventos. O Complexo é operado por cadeias internacionais, como a Accor francesa, a Marriot americana e a Super-clubs jamaicana.

Atualmente, o mega investimento é uma das estrelas do turismo baiano, oferecendo mega-hotéis, praias paradisíacas e uma estrutura de lazer de alto padrão, voltada principalmente para o turismo internacional. São 5 *resorts* e 6 pousadas temáticas.

Embora o empreendimento de Costa do Sauípe se mantenha em constante crise de baixa ocupação, o Litoral Norte continua atraindo investimentos para construção de mega *resorts*.

A partir de 2003, um novo empreendimento, similar ao de Costa de Sauípe, será implantado em Praia do Forte, com a construção de um *resort* com 2000 apartamentos, cuja primeira etapa de construção está prevista para 2004. O grupo espanhol Iberostar, um dos maiores investidores na atividade na Europa e Caribe, é o responsável pela implantação. O grupo português Reta Atlântico se instalará em Imbassaí, e serão construídos três hotéis *resort* ecológico e quatro condomínios residenciais. Em Guarajuba, o grupo português Vila Galé já adquiriu uma área de 220 mil metros para construção de um hotel *resort*, com espaço para conferências e um spa.

O turismo se consolida como importante atividade econômica do Estado e, para mantê-la, aumentando a permanência do turista ou visitante, investe-se nos roteiros regionais, com a oferta de um produto único (*Clusters*), cuja diversificação possibilita ao turista uma variedade de opções. Dentre os “*clusters*” baianos de maior possibilidade turística, destacam-se o da Baía de Todos os Santos e o da Costa dos Coqueiros.

Além disso, o setor público e o privado, para aumentarem a posição alcançada no cenário nacional e internacional, investem no setor de entretenimento, com diversos eventos importantes, a exemplo do Carnaval, do Festival de Verão, do Festival Percpan, entre outros.

Atualmente, o Governo do Estado se encontra na expectativa da liberação dos recursos para segunda fase do PRODETUR II, com prioridade para *marketing* e infra-estrutura, fortalecendo ainda mais o setor.

O turismo mantém um vínculo estreito com os recursos naturais e os demais setores, sejam eles econômicos, culturais e históricos. Por outro lado, a variedade de segmentos, atividades e interesses envolvidos no turismo evidenciam que a forma de o Governo tratá-lo deve levar em conta essas interfaces, principalmente estimulando a iniciativa privada, a fim de que ela exerça seu papel empreendedor. Por outro lado, é fundamental que haja maior interação entre as atividades dos diversos grupos e setores da sociedade envolvidos com o turismo e que a população, no entorno dessas áreas, seja inserida no contexto, participando do desenvolvimento e auferindo os benefícios produzidos, o que, na maioria das vezes, não acontece.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Uma das medidas mais disseminadas atualmente pelos diferentes níveis de governo, para sustar a degradação de ecossistemas ou áreas consideradas importantes para preservação e/ou conservação, é a criação de áreas protegidas. Essas, por vezes, antes mesmo de serem regulamentadas, são descaracterizadas pelas ações antrópicas, e, quando regulamentadas, seus limites são desrespeitados por falta de uma efetiva fiscalização.

A Lei nº 9.985, de 18/07/2000 regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC e dá outras providências. Esta, por sua vez, em seu art. 2º, item I, define Unidade de Conservação como “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”.

O Capítulo III das Categorias de Unidades de Conservação da Lei nº 9.985, de 18/07/2000, em seu art. 7º, dividiu as Unidades de Conservação em dois grandes grupos: unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável. O art.8º identifica as Unidades de Proteção Integral, e os artigos 9;10;11;12 e 13 as caracterizam:

- Estação Ecológica: tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas.
- Reserva Biológica: tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, executando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.
- Parque Nacional: tem como objetivo básico à preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e preservação ambiental, na recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

- Monumento Natural: tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.
- Refúgio de Vida Silvestre: tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.

O art.14 identifica as Unidades de Uso Sustentável, e os artigos 15;16;17;18;19; 20 e 21 as caracterizam:

- Área de Proteção Ambiental: é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem das populações humanas. Tem como objetivo básico proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.
- Área de Relevante Interesse Ecológico: é uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias, ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.
- Floresta Nacional: é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para a exploração sustentável de florestas nativas.
- Reserva Extrativista: é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.
- Reserva de Fauna: é uma área natural, com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequada para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.
- Reserva de Desenvolvimento Sustentável: é uma área natural que abriga populações tradicionais cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.
- Reserva Particular do Patrimônio Natural: é uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.

O Decreto nº 3.834, de 05/06/01 – regulamenta o art. 55 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, e delega competência ao Ministro de Estado do Meio Ambiente para a prática do ato que menciona, e dá outras providências.

O Decreto nº 4.340, de 02/08/02 – regulamenta artigos da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e dá outras providências.

Chama-se a atenção para o fato de que a Lei nº 9.985/00 não mais considera como Unidades de Conservação as:

- as Áreas Especiais de Interesse Turísticos, que são regidas pela Lei nº 6.513, de 20.12.77);
- os Hortos Florestais disciplinados pelo Decreto. Federal.nº 4.439, de 26.07.39); e,
- os Jardins Zoológicos, criados pela Lei Federal 7. 173, de 14.02.83.

A resolução do CONAMA 11 de 03/12/87 declarava como Unidades de Conservação: Estações Ecológicas; Reservas Ecológicas; Áreas de Proteção Ambiental, especialmente suas zonas de vida silvestre e os Corredores Ecológicos; Parques Nacionais, Estaduais e Municipais; Reservas Biológicas; Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais; Monumentos Naturais; Jardins Botânicos; Jardins Zoológicos; Hortos Florestais e Áreas de Relevante Interesse Ecológico.

O Capítulo VI da Lei 9985/00 das Reservas da Biosfera, em seu artigo 41, referencia a Reserva da Biosfera como um modelo adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais, com o objetivo básico de preservação da diversidade biológica, o desenvolvimento de atividades de pesquisa, o monitoramento ambiental, a educação ambiental, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações. Os municípios litorâneos que compõem a área em estudo se incluem na área da Mata Atlântica, considerada Reserva da Biosfera.

A Lei Estadual nº 7799 de 07/02/2001-Institui a Política Estadual de Administração dos Recursos Ambientais.

O Decreto nº 7967 de 05/ /06/2001, publicado no D.O. de 06/06/2001, aprova o regulamento da Lei nº 7.799 de 07/02/2001 e institui a Política Estadual de Administração de Recursos Ambientais.

No Capítulo V – Da Criação e Implantação dos Espaços Territoriais Especialmente Protegidos, na Seção I – Das Áreas de Proteção Ambiental Subseção I Art. 77, agrupa as Áreas de Proteção Ambiental, APAs Estaduais em cinco Sistemas, dos quais o I e o III enquadram as unidades da área em análise.

Sistemas I - Áreas Protegidas do Recôncavo

- a) APA Baía de Todos os Santos
- b) APA Lago de Pedra de Cavalo

Sistema III – Áreas Protegidas do Litoral Norte

- a) APA Mangue Seco (fora da área de estudo)
- b) APA Litoral Norte
- c) APA Lagoa de Guarajuba
- d) APA Rio Capivara
- e) APA Joanes / Ipitanga
- f) APA Lagoas e Dunas do Abaeté

Na área em estudo, foram identificadas 24 unidades de conservação, das quais apenas 05 (cinco) possuem Zoneamento, 03 (três) apresentam Plano de Ação ou Diretor, e as demais apenas existem porque foram criadas. No caso das Lagoas e Dunas do Abaeté, só foi computada uma unidade, por se tratar de superposição de áreas oriundas de decreto municipal e estadual.

A Tabela 13 enquadra as Unidades de Conservação de acordo com a Lei nº 9.985, de 18/07/2000.

No entorno dessas Unidades de Conservação, concentram-se grandes centros urbanos em crescimento contínuo da população, pólos industriais, atividades altamente poluidoras como a exploração mineral (petróleo, argila, areia, arenoso), transportes de cargas tóxicas, pesca predatória, entre outras. Portanto, são áreas submetidas a fortes pressões antrópicas que comprometem sua funcionalidade.

Os efeitos mais graves são observados nos mananciais, objeto de maior proteção dessas áreas, que são utilizados para abastecimento da população da Região Metropolitana de Salvador. As 8 (oito) APAS foram criadas para proteção dos recursos hídricos de superfície. Contudo elas continuam sendo degradadas, pois esses recursos são alvo de despejo de esgotos domésticos e dejetos industriais, além da ocupação desordenada do uso do solo e do desenvolvimento de atividades poluidoras dentro dos seus limites. Tudo isso compromete seus mananciais, aumentando os custos de tratamento da água para uso humano. O desrespeito às leis ambientais é uma constante, e somente um programa de educação ambiental pode minimizar os problemas gerados.

Tabela 13 - Unidades de Conservação

Categoria	Municípios	Área (ha)	Objeto de Preservação	Decreto/Data de Criação	Administração	Plano de Manejo e ou Zoneamento
Unidades de Proteção Integral						
Reserva Ecológica Ilha de Maré	Salvador	1.378	Restinga arbórea em evolução para mata; refúgio de animais silvestres.	Decreto Municipal nº3.207 de 05/7/82	IBAMA	
Reserva de Sapiroanga	Mata de S. João	600		Portaria Federal nº 064 de 06/02/84	Fundação Garcia D'Ávila	PM
Reserva Cotejipe / CIA	Salvador e Simões Filho	118	Formação florestal, atlântica secundária.	Decreto Estadual Nº 25.679 de 11/05/77	SUDIC	
Parque Florestal e Reserva Ecológica	Mata de São João e Camaçari	7.000	Proteção do estuário do rio Pojuca; Praia do Forte, ruínas do Castelo da Torre, vegetação de mangue, restinga e mata atlântica e espécimes silvestres.	Decreto Estadual nº 24.643 de 28/02/75	Fundação Garcia D'Ávila	
Parque Metropolitano de Pirajá	Salvador	1.550	Sítio histórico, remanescentes de mata atlântica, fauna silvestre, bacia do cobre e seus afluentes.	Decreto Municipal nº 3363 de 28/04/78	Prefeitura de Salvador	
Parque Lagoas e Dunas do Abaeté	Salvador	1.410	Restinga e dunas	Decreto Municipal nº 3362 de 30/05/88		
Parque Municipal das Dunas de Abrantes	Camaçari	700	Lagoas, praias, rios, riachos e brejos, com destaque para as dunas de Abrantes.	Decreto Municipal nº 116 de 01/03/77	CONDER	ZEE
Parque Metropolitano Ipitanga I	Salvador e Simões Filho	667		Decreto Estadual Nº 32.915 de 06/02/86	Prefeitura de Camaçari	
Parque Metropolitano de Pituagu	Salvador	430	Lagoa de Pituagu, mata ciliar e fauna.	Decreto Municipal nº 5.158 de 20/06/77	CONDER e Prefeitura de Salvador	PM
Parque Estadual Ilha dos Frades	Salvador	380	Vegetação de restinga arbustiva e herbácea.	Decreto Estadual nº 24.643 de 28/02/75	Prefeitura de Salvador	
Parque Municipal de São Bartolomeu	Salvador	75	Remanescentes de mata atlântica, quedas d'água, fauna.	Decreto Municipal nº 3363 de 28/04/78	Prefeitura de Salvador	
Parque da Cidade Joventino Silva	Salvador	72	Remanescente florestal composto por espécies da mata atlântica e da restinga arbórea.	Decreto Municipal nº 4522 de 31/10/73	Prefeitura de Salvador	
Parque Zoológico Getúlio Vargas	Salvador	18	Remanescente de mata atlântica e fauna silvestre.	Decreto Estadual nº17.461 de 15/09/59	SEAGRI	PM
Unidades de Uso Sustentável						
APA do Litoral Norte	Jandaíra, Conde, Esplanada, Entre Rios e Mata de São João	142.000	Áreas de planícies marinhas e fluviomarina; cobertura vegetal de ecossistema de mata atlântica e restinga, manguezal e lagoas; áreas estuarinas, bacias hidrográficas e lagoas; animais silvestres; bolsões de desova da tartaruga marinha	Decreto Estadual nº 1.046 de 17/03/92	SDF	ZEE
APA Baía de Todos os Santos	Candeias, Cachoeira, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Marapójepe, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Francisco do Conde, Saubara, Simões Filho, Vera Cruz	80.000	Remanescentes da floresta ombrófila, manguezais, águas doces, salobras e salinas. Riqueza histórica.	Decreto Estadual nº 7.595 de 05/06/99	SDF	ZEE
APA do Lago de Pedra do Cavalo	Conceição de Feira, Cachoeira, Antônio Cardoso, Santo Estêvão, Governador Mangabeira, Castro Alves, Cruz das Almas, Feira de Santana, Muritiba, São Félix, São Gonçalo dos Campos, Cabaceira do Paraguaçu.	30.156	Qualidade das águas utilizadas para abastecimento humano da região Metropolitana de Salvador e outras cidades do Recôncavo; do lago e áreas do entorno.	Decreto Estadual nº 6.548 de 18/07/97	SDF	
APA Joanes / Ipitanga	Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Lauro de Freitas, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho.	30.000	Mananciais Joanes I e II, Ipitanga, II e III e estuário do Rio Joanes; Vegetação ombrófila e manguezais.	Decreto Estadual nº 7.596 de 05/06/99	SDF	ZEE
APA Lagoas e Dunas do Abaeté	Salvador	1.800	Dunas. Vegetação arbustiva e herbácea; lagoas, riachos e fauna.	Decreto Estadual nº 351 de 22/09/87	SDF	ZEE
APA do Rio Capivara	Camaçari	1.800	Rio Capivara; áreas alagadas; complexos ecossistemas de várzea, restinga e coqueiral.	Decreto Estadual nº 2.219 de 14/06/93	SDF	ZEE
APA Lagoas de Guarajuba	Camaçari	230	Complexo lacustre-lagunar com vegetação de restinga; terraços marinhos arenosos e nichos ecológicos.	Decreto Estadual nº 387 de 27/02/91	SDF	
APA Lagoa da CCC	Candeias	189		Lei Municipal nº 23 de 4/06/93	Prefeitura de Candeias	
RPPN Fazenda Lontra Saudade	Entre Rios	1.377		Portaria Federal nº 95/96-N	IBAMA/COPENER Florestal Ltda	
RPPN Fazenda Coqueiros	Simões Filho	87		Portaria Federal nº 226/4/90	IBAMA/Particular	
Outras Unidades						
Cinturão Verde do COPEC	Camaçari	2.707	Uso e ocupação do solo.	Decreto Estadual nº 22.146 de 20/11/70	Pólo/ COPEC	

Fonte: MMA, CPA, 2003.

Espera-se que, com a criação da Secretaria do Meio-Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, tendo em sua estrutura a Superintendência de Desenvolvimento Florestal e Unidades de Conservação, o desenvolvimento sustentável dessas áreas possa ser promovido, para que se consiga, efetivamente, atingir o objetivo previsto quando da sua criação. Pois, se hoje não estamos conseguindo atender às necessidades do presente, como poderemos garantir as futuras?

ASSENTAMENTOS RURAIS

O problema fundiário, no Brasil, atingiu, nas últimas décadas, elevado nível de conflito e tensão, tornando inadiável a adoção de políticas consistentes, que apontem para uma efetiva reforma agrária. O crescimento dos movimentos sociais de luta pela terra demonstra que a atual política de assentamento, posta em prática pelo governo, está longe de resolver a questão.

Segundo dados do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra - MST, a maior parte do número de assentados referem-se, na verdade, ao processo de regularização de posse da terra; uma outra parte se refere às ocupações oriundas dos movimentos de luta pela terra, e a menor parte à iniciativa do Governo. Ainda, para o MST, existem 4,8 milhões de famílias sem-terra, números esses questionados pelo Governo.

Constata-se que a estrutura fundiária não se alterou com os números de assentamentos divulgados pelos órgãos oficiais. A concentração de terras se mantém e, com ela, a estrutura do poder. O modelo tradicional de desapropriação por interesse social, de áreas consideradas improdutivas (acima de 15 módulos fiscais), tem provocado controvérsias, por uma série de fatores como custo da desapropriação (sempre muito alto), morosidade jurídica e ineficiência no processo de assentamento, sendo, portanto, considerado como superado. Das opções existentes, mesmo com todas as objeções, esse ainda é o preferido pelos movimentos pró-reforma.

A reforma agrária, como um processo profundo de reordenamento fundiário, é uma questão complexa, que afeta não apenas o valor e a distribuição de riqueza patrimonial – o que por si só produz fortes reações das classes proprietárias –, como também atinge a estrutura de poder em muitas áreas do País. O debate sobre o sentido da reforma agrária, seu alcance e validade, no atual contexto, tem sido intenso. Não são menos controversas as opiniões sobre sua natureza, concepção, estratégia e instrumentos.

A origem dos problemas fundiários encontra-se na forma de apropriação concentrada das terras agrícolas e de sua conseqüente utilização. Isso decorre do fato de a terra apresentar tanto garantias de manutenção de riqueza quanto capacidade de gerá-la, através de sua utilização produtiva. A partir da gênese da formação do preço da terra, pode-se compreender como esse processo ocorreu.

Uma alternativa que vem sendo promovida, com o apoio técnico e financeiro do Banco Mundial, é o Programa Cédula da Terra, cuja concepção se baseia na chamada “reforma agrária apoiada no mercado”. A população-meta do Programa são os trabalhadores rurais sem-terra e os produtores rurais pobres, com terra insuficiente para assegurar processos de acumulação sustentável e até mesmo sua própria subsistência. Em sua fase piloto, o Programa foi implantado em quatro estados da Região Nordeste (Bahia, Ceará, Maranhão e Pernambuco) e Minas Gerais, devendo ser estendido para outros 13, através do Programa do Banco da Terra, de concepção semelhante.

Como se trata de um projeto que está introduzindo um novo caminho para a resolução dos problemas relativos ao acesso à terra, interessa, de perto, às organizações como o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais, estruturados em torno da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, conhecido pela sigla MST e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), organismo subordinado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). No caso da Bahia, ainda se inclui o Movimento de Luta pela Terra (MLT).

O Projeto Cédula da Terra encontra, em sua implementação, opositores ligados a diferentes organizações, que apresentam argumentos diversos. A melhoria das condições financeiras atualmente aplicadas no “Cédula” e a manutenção da via tradicional de reforma agrária como primeira opção são condicionantes desses movimentos para que o programa seja expandido para os demais estados. As tabelas 14 e 15 relacionam os assentamentos identificados na área.

Tabela 14 - Assentamentos Rurais / Assentamentos Tradicionais

Assentamento Rural	Municípios	Área (ha)	Nº famílias beneficiadas
12 de maio	Araçás	540,90	31
Santa Virgínia	Biritinga	880,00	
Caimbongo	Cachoeira	2.039,00	67
São Francisco	Esplanada	1.836,34	90
Reunidas Palame	Esplanada	2.041,40	52
Gameleira	Mata de S.João	2.223,73	
Eldorado	Santo Amaro	653,40	60
Nova Suíça	Santo Amaro	1.821,60	137
Santo Antônio dos Calmons	Santo Amaro	299,90	30
Santa Catarina	Santo Antônio	620,00	49
Maju	S.Sebastião do Passé	521,73	28
São Domingos	S.S. Passé	917,86	58
Panema	S.S.do Passé	834,56	58

Fonte: INCRA-Ba, 2003.

Tabela 15 - Assentamentos Rurais / Projeto Cédula da Terra

Assentamento Rural	Municípios	Área (ha)	Nº de famílias benef.
PCT Associação Novo Paraíso	Alagoinhas	417,00	35
PCT Associação Des. Com. Sem Terra Entre Rios	Entre Rios	800,00	32
PCT Associação Antônio Conselheiro	Esplanada	1482,00	48
PCT Associação Dês. Com. Assent. Boa Vista	Esplanada	1.375,00	53
PCT Associação Com. de Malombê	Esplanada	1500,00	60
PCT Associação Com. Nova Lusitânia	Esplanada	806,00	26
PCT Associação Novo Horizonte	Esplanada	1.267,00	40
PCT Associação Moita Redonda	Inhambupe	677,00	56
PCT Associação Moradores Peq. Prod.			
Rurais Faz. Itapema II	Santo Amaro	424,70	40

Fonte: INCRA-Ba, 2003.

PESCAE AQUICULTURA

A área em foco possui cerca de 140km de litoral, voltados para a costa Atlântica, abrangendo os municípios de Salvador, Lauro de Freitas, Camaçari, Mata de São João, Entre Rios e Esplanada. Inclui ainda municípios do entorno da Baía de Todos os Santos, Santo Amaro, Madre de Deus, Candeias, Simões Filho, São Francisco do Conde e Saubara, com extensão estuarina estimada em 16km² de manguezais, onde se pratica a pesca de moluscos e crustáceos.

A pesca desembarcada é praticada pelas comunidades locais de forma bastante rudimentar, muitas vezes predatória, com pouca representatividade na Costa Atlântica, devido à pequena incidência de manguezais, que ocupam faixas estreitas nas desembocaduras dos rios Jacuípe, Subaúma, Inhambupe.

No entanto, na Baía de Todos os Santos, destacam-se as desembocaduras dos rios Subaé e Açupe, com cerca de 5km de manguezais, onde se desenvolvem comunidades de caranguejo, siri e mariscos em geral, abrangendo os municípios de São Francisco do Conde e Santo Amaro.

A mariscagem desempenha papel social importante. Além de ser fonte de alimento e alternativa de renda para as comunidades locais, ocupa quantidade considerável da mão-de-obra ociosa e sem perspectivas de trabalho formal pela falta de qualificação, especialmente a feminina.

Pela importância que a atividade representa, a Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – SECOMP, em parceria com a Fundpesca, implantou o Programa Boapesca, com a finalidade de desenvolver, junto às comunidades, a prática da mariscagem e da pesca artesanal mais rentável e sustentável, através de treinamento, capacitação em técnica de pesca, preservação ambiental e doação de equipamentos. O referido programa começou no município de São Félix, ampliando-se para outros, a exemplo de Saubara.

A aquicultura encontra-se ainda em estágio incipiente, seguindo duas vertentes importantes, a carcinicultura e a piscicultura, com o apoio da Bahia Pesca, que administra uma unidade de produção em cada um dos setores, visando a promover o avanço dessas atividades no Estado.

No setor da carcinicultura, a Bahia Pesca administra a Fazenda Experimental de Camarão Oruabo, com produção de pós-lava de camarões marinhos, localizada na Vila de Acupe, no município de Santo Amaro, ocupando cerca de 70ha e com uma produção média de 79 mil kg/ano das espécies de *Litopenaeus vannamei* e *Farfantepenaeus penicillatus*, mais adaptadas ao ambiente.

A carcinicultura é uma atividade que modifica a estrutura e a dinâmica do ecossistema. Para torná-la sustentável, faz-se necessário o uso de manejo adequado, para evitar conflitos e preservar as áreas estuarinas, em especial os manguezais, locais preferenciais para instalação de viveiros de camarões.

A Estação de Piscicultura Joanes II, administrada pela Bahia Pesca, localizada no município de Camaçari, mantém criação de alevinos de peixes de água doce das espécies de Tambaqui, Pacu, Tambacu, Carpa comum, Tilápia vermelha, Tilápia nilótica e Surubim, com uma produção em torno de 3.5000.000 unidades/ano.

No oeste da área, onde a pluviosidade diminui gradativamente, principalmente nos municípios de Serrinha e Feira de Santana, a piscicultura extensiva é praticada em corpos d'água, na maioria açudes e represas de capacidade variável, onde a água tem uso múltiplo. Na tabela 16, estão relacionados os principais municípios onde a piscicultura se desenvolve, com dados sobre a produção de peixes, a variedade, o número de famílias beneficiadas ou produtores assistidos.

A piscicultura tem capacidade para tornar-se uma atividade rentável. Entretanto, as comunidades envolvidas necessitam de organização, dentro da ótica do cooperativismo, para estabelecer metas para comercialização e alcançar melhor retorno financeiro.

O segmento aquícola que vem se expandindo são os “pesque-pague”, encontrados ao longo do Litoral Norte, como opção de lazer para a população de Salvador e adjacências.

Tabela 16 - Peixamento em corpos d' água

Municípios	Nº de reservatórios	Famílias assistidas (unids.)	Produção de peixes	Tipos de peixes predominantes
Coração de Maria	13	483	36.000	Tambaqui
Conceição do Jacuipe	5	5	15.000	Carpa, tambacu
Feira de Santana	30	1.233	109.200	Carpa, Tambaqui
Irará	2	2	1.000	Tambaqui, tambacu
Santa Bárbara	4	2	4.000	Tambaqui, tambacu
Santanópolis	2	2	3.000	Tambaqui, carpa
São Gonçalo dos Campos	11	11	47.800	Tambacu, tilápia
Serrinha	68	4.057	204.500	Tambaqui
Conceição da Feira	3	3	1.900	Carpa, tambaqui

Fonte: Bahia Pesca, período: 01/02/1997 a 01/02/2000.

AVICULTURA

Essa atividade representa um dos vetores da economia que mais cresceu nos últimos anos no Estado, com proposta de suprir o déficit de 70% da demanda interna de carne de frango e ovos. Hoje, o consumo interno está em torno de 240 mil t/ano, enquanto a produção é de aproximadamente 72 mil t/ano, correspondendo a apenas 30%, fato que leva o Estado a importar o produto de outras regiões do país.

Diante do exposto, a política de incentivos implementada pelo governo contemplou o setor, que tem a meta de suprir o consumo interno, tornando-se auto-suficiente, e transformar a região de Feira de Santana no pólo avicultor do Estado e de referência para o Nordeste.

Para tanto, foi instalada, no município de Feira de Santana, uma unidade da empresa Avipal Nordeste, considerada uma das maiores que atuam no mercado avicultor, por agregar a criação de frango de corte à produção de ração, de ovos férteis incubados e ovos comerciais. Em São Gonçalo dos Campos, funciona o abatedouro dessa empresa, com capacidade de abate de até 300 mil frangos por dia. É importante salientar que existe uma previsão de geração de 860 empregos diretos e de 1.300 indiretos, quando todo o complexo estiver em pleno funcionamento.

No município de Conceição da Feira, está instalada a Agroindústria Avigo, empresa avícola mais antiga em atuação no Estado e a segunda maior em produção de pintos de um dia, ovos férteis e frangos de corte. A empresa utiliza equipamentos modernos, com capacidade para abater 50 mil frangos/dia, gerando cerca de 400 empregos diretos e dispondo ainda de uma granja de matrizes e uma incubadora no município de Água Fria.

Na tabela 17, observa-se a produção avícola da região, com base nos dados da Produção Pecuária Municipal no período de 1997 a 2001. Nela se constata que o município de Conceição da Feira se destaca como o maior produtor, contribuindo com cerca de 20% da produção do Estado no período, seguido de Feira de Santana e Alagoinhas.

Dados recentes registram um incremento expressivo na produção avícola da região, atribuído ao sistema integrado que as duas maiores empresas do setor, a Avipal e a Avigro, estabeleceram com produtores selecionados, através do qual, a empresa entra com os insumos e a compra total da produção, e os avicultores assumem obrigações em relação às normas, técnicas e à infra-estrutura para a produção de frango.

Tabela 17 - Produção média de galos, frangos(as) e pintos

Municípios	Valores
Alagoinhas	176.279
Cachoeira	292.174
Conceição da Feira	3.559.600
Conceição do Jacuípe	260.517
Entre Rios	456.320
Feira de Santana	387.547
Mata de São João	288.450
São Gonçalo dos Campos	112.685
Total do Estado	17.851.778

Fonte: IBGE - PAM 1997/2001.

Na implantação do sistema de produção integrado, a Avipal fez parceria com a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - EBDA, com resultados positivos que vêm se confirmando e meta de abate prevista para 2003 de 100 mil/aves/dia e uma infra-estrutura de 230 galpões, segundo informações publicadas no Diário Oficial de 31/08 e 1º de setembro de 2002.

Na busca do mercado externo, a Bahia recebeu, no final de 2001, autorização do Ministério da Agricultura para criar o Comitê Estadual de Sanidade Agrícola, passo fundamental para a estruturação e implantação de um Programa de Sanidade Avícola, referência importante para ampliar a participação do Estado nas exportações de frango.

USOS E CONFLITOS

Dada a abrangência e a complexidade dessa temática, este tópico limita-se à identificação, em âmbito macro, dos principais usos a que está submetido esse espaço territorial e os conflitos gerados em função dos mesmos.

Convém ressaltar que o uso do solo urbano é regulamentado por lei e, dada sua especificidade, demanda estudos mais detalhados, não tendo sido abordado neste estudo com a profundidade de que o assunto necessita.

A área em análise inclui a Região Metropolitana de Salvador, da qual fazem parte municípios que se evidenciam pelo uso múltiplo do seu espaço. Esse espaço apresenta áreas urbanizadas e densamente povoadas, além de ser formado por uma intrincada rede hidrográfica, com presença de nascentes e estuários de rios que apresentam diversos barramentos no seu curso, de suma importância no abastecimento público da região, e que se encontram comprometidos, por serem depositários de toda espécie de resíduos.

Aí também se localizam baías (Iguape, Aratu e Baía de Todos os Santos), terminais portuários, ferroviários, rodoviários e aeroviários, complexos industriais petrolíferos e turísticos, além de áreas de exploração mineral e agro-silvo-pastoril e áreas protegidas, entre outras, responsáveis por conflitos que se tornaram evidentes através da disputa de espaço físico em constante valorização. Essa disputa limita a qualidade de vida da população e o acesso a bens de serviços no entorno dessas áreas, o que se traduz em problemas ambientais de grandes proporções.

Os conflitos se sucedem com o processo de urbanização, com a expansão de assentamentos precários e ocupações espontâneas em áreas de risco, o que aumenta a demanda por água e bens de serviços.

Constata-se que a disposição e o tratamento dos resíduos sólidos são feitos em depósito a céu aberto e aterros irregulares, comprometendo os recursos terrestres e hídricos. Salienta-se que o Programa Bahia Azul dotou os municípios da Região Metropolitana de Salvador de aterros sanitários, melhorando os efeitos da degradação. O sistema de esgotamento sanitário também foi melhorado; contudo a quantidade de municípios atendidos com esses serviços é insignificante.

Outra questão diz respeito aos municípios litorâneos, fortemente pressionados pela especulação imobiliária e pelos complexos turísticos que se instalam e deslocam a população nativa, que vive da pesca e artesanato e fica sem opções de sobrevivência. Essas atividades se tornam incompatíveis com os ambientes frágeis das planícies costeiras, os quais, por lei, são áreas protegidas.

A presença de complexos industriais e a exploração petrolífera é geradora de conflitos com as áreas de proteção ambiental, com os assentamentos humanos e os espaços de turismo e lazer, pois são atividades altamente poluentes e implicam constante perigo de acidentes e contaminação.

Quanto ao espaço ocupado pelas atividades agro-silvo-pastoris, essas são concorrentes entre si e responsáveis pelo uso de agrotóxicos e herbicidas, embora a agricultura seja pouco desenvolvida. No que se refere às grandes áreas ocupadas com silvicultura, o maior conflito diz respeito ao acirramento pela disputa da terra em alguns municípios, o que traz insegurança e descontentamentos.

A tabela 18 apresenta os principais usos e conflitos identificados nessa área.

Tabela 18 - Usos e Conflitos	
Principais Usos	Conflitos
Urbanização	Alta densidade demográfica Exploração imobiliária Exploração mineral Áreas industriais Disposição de resíduos sólidos Áreas protegidas Turismo e lazer
Exploração petrolífera e outros minerais	Expansão urbana Pesca Riscos de acidentes Contaminação de ecossistemas costeiros e terrestres Áreas protegidas Desmatamento
Atividades agropastoris	Contaminação dos ecossistemas Turismo e lazer Mineração Áreas protegidas Desmatamento
Silvicultura	Atividades agro-pastoris Assentamentos rurais Áreas protegidas
Formações vegetais	Urbanização Desmatamento Áreas protegidas Exploração mineral Turismo e lazer
Turismo	Atividades agro-silvo-pastoril Urbanização Especulação imobiliária Áreas protegidas
Pólos industriais	Urbanização Poluição (ar, água e solo) Riscos de acidentes Pesca e mariscagem
Pesca	Urbanização (mangues) Indústria (dejetos) Exploração mineral (petróleo)

- CENÁRIOS E
TENDÊNCIAS
- REFERÊNCIAS
BIBLIOGRÁFICAS

CENÁRIOS E TENDÊNCIAS

A apropriação dos espaços começou com a exploração do pau brasil e remonta do período colonial. Por conseguinte, a ocupação já dura mais de quatro séculos, passando por transformações sucessivas e dando lugar a um espaço construído a partir dos interesses dos colonizadores, que inicialmente desenvolveram uma agricultura comercial, voltada para as demandas externas e, em paralelo, empreenderam a exploração da floresta e a substituição por culturas e pastagens. Tem início, assim, a devastação da cobertura vegetal.

Dessa forma, a Mata Atlântica – que cobria toda zona úmida e é considerada um dos ecossistemas dotado da maior biodiversidade do planeta –, hoje se encontra resumida a remanescentes descaracterizados, de pequena extensão, dentro de um espaço onde predominam as pastagens como suporte para pecuária bovina, associadas a culturas permanentes e temporárias, entremeadas por manchas de vegetação secundária em vários estádios de regeneração, e a silvicultura, com maciços florestais que ocupam preferencialmente os tabuleiros.

A atividade agropecuária é pouco dinâmica. A cana-de-açúcar e o coco da baía se destacam como as principais culturas, nas quais coexistem os sistemas de cultivo tradicional e o moderno. Apesar de as pastagens ocuparem quase metade da área, o efetivo bovino enquadra-se entre os menores do Estado, embora existam áreas onde a pecuária se encontra em processo de modernização, com avanços tecnológicos principalmente nos municípios de Feira de Santana, Entre Rios e São Gonçalo dos Campos.

A cadeia produtiva da pecuária bovina, no Estado, apresenta condições favoráveis para se expandir, principalmente com a certificação de zona livre de aftosa por vacinação, fator que veio possibilitar a abertura de novos mercados e investimentos dentro do setor.

Nesse contexto, o Programa Novilho Precoce, implementado pela Secretaria da Agricultura Irrigação e Reforma Agrária do Estado desde 1996, em apoio à pecuária bovina de corte, vem elevando o nível tecnológico e promovendo mudanças que possam garantir uma carne de qualidade, dentro dos padrões internacionais de consumo, visando ao mercado externo.

Em 2001, segundo dados da Secretaria da Agricultura, 35% do gado abatido foram constituídos de novilhos precoces, procedentes, em grande parte, da área de pecuária intensiva do Extremo Sul do estado.

No setor da pecuária, a criação de búfalos é considerada uma excelente opção de negócios, em virtude da sua fácil adaptação às condições adversas, a robustez e o menor custo no manejo das pastagens, em relação à pecuária bovina. Em razão dessas vocações, o governo mantém uma fazenda experimental no município de Aramarí, onde se desenvolvem pesquisas visando ao melhoramento genético e técnicas de manejo, através do programa Pró-búfalo, com linha de financiamento que objetiva ampliar a bubalinocultura nessa região.

Contudo registra-se um certo desinteresse por parte dos pecuaristas, devido ao preconceito que ainda perdura em relação ao consumo da carne de búfalo, apesar das qualidades a ela atribuída. Mesmo assim, registra-se um crescimento com referência aos derivados, especialmente a *muzzarela*, com boa aceitação no mercado, ao passo que a carne é quase desconhecida.

Ainda na pecuária, destaca-se a avicultura como a atividade que mais cresceu nos últimos anos, impulsionada pela política de incentivos do governo, que atraiu duas grandes empresas do mercado avicultor, com a proposta de transformar esse pólo avicultor em referência para a região Nordeste.

Outras atividades emergentes surgem com possibilidades de expandir-se, como a caprinocultura leiteira, que vem despontando em municípios da região metropolitana, registrando-se a presença de criatórios de caprinos em sistema de confinamento, com uso de tecnologia avançada, para produção, na própria fazenda, de queijos e iogurtes, comercializados em mercados e “*delicatessen*” de Salvador.

A suinocultura se insere de forma incipiente, com criatórios em sistema confinado, estruturados com uso de tecnologia. Há possibilidades de expansão dessa atividade na região, que tem, no município de Sátiro Dias, um dos seus produtores.

O pouco dinamismo da agricultura está relacionado com as características naturais, pela predominância dos tabuleiros dissecados, com solos de baixa fertilidade. Essa atividade apresenta alta vulnerabilidade, em função das variações climáticas, principalmente na parte oeste, e poucos investimentos tecnológicos. Há ainda fatores conjunturais que direcionam maiores volumes de recursos e incentivos para o setor industrial e para a exploração de petróleo e gás natural, geradores de energia, desenvolvimento e divisas para o Estado.

A atividade agrícola ainda enfrenta as oscilações do mercado. Como foi dito anteriormente, a cana-de-açúcar figura como uma das principais culturas desde tempos históricos, embora a extensão plantada tivesse sofrido uma redução significativa ao longo do tempo. Hoje, vislumbra-se uma possível expansão dessa cultura, em função da crise do petróleo, o que cria uma expectativa no que se refere à volta da produção de carros movidos a álcool, fator que aumentará as demandas do produto.

O agro-negócio de coco-da-baía é promissor, pois trata-se de uma cultura pouco exigente e de fácil comercialização. A procura por água de coco e a verticalização, com unidades processadoras do leite de coco-da-baía, apresenta demanda crescente de matéria-prima em quantidades cada vez maiores, impulsionando a nucicultura a buscar novas tecnologias, para melhorar o desempenho, a qualidade do produto e a redução dos custos de produção, fator de estrangulamento dessa cultura.

A citricultura, com predominância da laranja, desenvolvida na parte central da área, com destaque nos municípios de Inhambupe e Alagoinhas, encontra-se estagnada, apesar de a Secretaria da Agricultura vir atuando, através do Programa de Recuperação da Citricultura do Estado, em parceria com a Embrapa. A cultura da laranja passa por dificuldades fito-sanitárias e financeiras que se agravaram pela escassez de chuvas, o que prejudicou as últimas safras.

Dessa forma, o programa de incentivo para o custeio e melhoramento dos níveis de manejo abre perspectivas para a expansão dos pomares, com melhor produtividade, contemplando os pequenos produtores.

Na região de Coração de Maria, a cultura do abacaxi cresceu de forma expressiva, com o registro de outras fruteiras, como a acerola e o caju, cuja produção é direcionada para as agroindústrias processadoras de suco. No mercado internacional, a procura é bastante animadora, principalmente em relação à exportação do suco, não só do abacaxi mais das frutas tropicais de um modo geral.

A possibilidade de expansão do abacaxi exige uma atenção especial, um programa com incentivos que leve o pequeno e médio agricultor a engajar-se de forma competitiva, com o escoamento da produção garantida.

A prefeitura de Feira de Santana, através de convênio com a Embrapa, desenvolve técnicas de clonagem do cajueiro, com o objetivo de melhorar a produção e a qualidade dos frutos e, por conseguinte, obter maior aceitação no mercado. Esse programa visa à distribuição de mudas para os pequenos produtores. No município de Irará, a experiência vem dando resultados satisfatórios.

Das culturas temporárias, a mandioca encontra-se disseminada em toda a região, geralmente em nível de subsistência, com maior percentual de área cultivada nas regiões de Feira de Santana e Irará, nas quais a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola, em parceria com a Embrapa, elaboraram pesquisas para o melhoramento da cultura, aumentando a produtividade através de manivas selecionadas, mais resistentes e tolerantes às estiagens.

A região de Feira de Santana e o noroeste da área se destacam como grandes produtores de feijão e milho, com sistema de manejo tradicional, cultivados geralmente em pequenas e médias propriedades, vulneráveis às estiagens prolongadas. Essas culturas são importantes na composição da renda desses municípios e contribuíram para a fixação do homem na terra.

A cultura do fumo também desempenha papel social importante, principalmente nos municípios de São Gonçalo dos Campos, Irará e Coração de Maria, contribuindo para a renda do pequeno agricultor no período seco e ocupando as áreas geralmente cultivadas com mandioca, feijão e milho nos meses de maior umidade. Nos últimos anos, a EBDA produz mudas de qualidade e as distribui com o produtor, para estimular o crescimento dessa cultura, que tem a garantia de comercialização do produto para as empresas tabagistas instaladas na região.

Dentre as atividades emergentes, a floricultura merece destaque, pois trata-se de um produto com mercado garantido, uma vez que a produção não atende à demanda do Estado. Entretanto, a Secretaria da Agricultura, em parceria com o Sebrae, colocou em prática um programa que visa a atender a essa demanda, incluindo cursos de capacitação, com introdução de modernos padrões tecnológicos, além de cuidar da estruturação das associações de produtores, visando ao crescimento e à comercialização. Apesar de o Estado dispor de áreas com ambiente favorável ao crescimento da floricultura, faltava uma diretriz para nortear a atividade, cujos resultados já se podem comprovar com os dados correspondentes à demanda satisfeita de 3% em 1996, que passou para 10% em 2002. Por outro lado, a floricultura também desempenha papel social importante, no que se refere à geração de empregos, pois é uma atividade que absorve uma quantidade relativa de mão-de-obra, principalmente no período da colheita.

Nos municípios de Amélia Rodrigues, Conceição do Jacuípe, Mata de São João e Camaçari, a floricultura ainda é incipiente, com cultivos de flores tropicais ainda em franca expansão, com tendência à diversificação. O Programa Flores da Bahia, que atua em sistema comunitário, vem incrementando o setor e, ao mesmo tempo, gerando renda e oportunidades para a população.

A agricultura orgânica é outra vertente que surge como uma possibilidade, em longo prazo, de substituição do modelo agrícola convencional, baseado em resultados imediatos, com mecanização intensiva, uso de fertilizantes, defensivos agrícolas, sistemas que causam sérios problemas ambientais. Há, por último, os produtos geneticamente modificados, motivo de preocupação e de muitas polêmicas em relação aos efeitos na saúde humana, ainda sob suspeitas.

A agricultura orgânica, no Estado, encontra-se em fase de crescimento, representada pela horticultura orgânica, além da hidroponia, nos municípios de Mata de São João, Alagoinhas, Feira de Santana, Simões Filho e Conceição da Feira, cuja produção é comercializada nas grandes redes de supermercados e em feiras verdes programadas. Além da qualidade dos alimentos e da preservação dos recursos naturais, há uma redução considerável nos custos de produção, se comparados com os da agricultura convencional.

A estrutura fundiária apresenta-se, de um modo geral, concentrada, apesar dos assentamentos rurais já efetivados pelo Programa de Reforma Agrária do governo. Os conflitos pela posse da terra estão longe de serem solucionados, pois se trata de um problema oriundo da primeira ocupação do espaço, o que implica distribuição de riqueza patrimonial, além do poder e das possibilidades que a terra oferece.

Na área, foram contabilizados pelo Incra treze assentamentos no modelo tradicional de desapropriação das terras improdutivas e nove pelo Programa de Cédula da Terra, de caráter associativo, promovido com o apoio técnico e financeiro do Banco Mundial, cuja concepção se baseia na “reforma agrária apoiada no mercado”.

A tendência dos programas relacionados com a melhor distribuição das terras é a de se ampliarem, em função das metas do Governo Federal. Assim, há possibilidades de alteração dessa estrutura concentradora, que perdura desde o tempo da colonização. O reordenamento fundiário é difícil, embora constitua uma necessidade, pois se trata de um problema social, cujos conflitos e tensões vêm crescendo, o que requer intervenções mais imediatas.

A aqüicultura também representa um grande vetor de desenvolvimento e é voltada para a carcinicultura, com a produção de pós-lava de camarão marinho e a piscicultura, com criação de alevinos de peixes de água doce, para a distribuição nas fazendas e açudes.

A piscicultura vem registrando um crescimento considerável em todo o mundo, e o Estado está inserido nesse contexto, em razão da diminuição do volume de pescado, decorrente da poluição das águas e da pesca predatória.

Em relação ao potencial mineral, além do petróleo e do gás natural, a área possui reservas de argila na Bacia Sedimentar do Recôncavo, em torno de 200 milhões de toneladas, nos municípios de Dias D'Ávila, Camaçari e Candeias, fator que vem atraindo indústrias com perspectivas de consolidar os pólos cerâmicos, cuja produção atende apenas ao mercado interno. Entretanto, com sua ampliação, haverá excedentes para atender a outras regiões do país e até ao mercado externo.

O município de Camaçari também possui depósitos de caulim, utilizado no preparo do papel, como material catalisador, e na indústria de cosméticos. Na região metropolitana, as reservas de materiais de construção, como areia e pedra britas, têm sua exploração reduzida, em função da expansão urbana, o que eleva o valor da construção civil.

A medida que as atividades são demandadas e incentivadas a desenvolver suas potencialidades, a ação do homem dinamiza e transforma os espaços, exercendo pressão sobre os recursos naturais e gerando impactos sobre o meio ambiente, mesmo quando o paradigma do desenvolvimento sustentável se faz presente.

Os problemas ambientais existentes nessa área foram identificados em todos os segmentos do setor produtivo, resultantes do mau uso dos recursos ao longo do tempo, com perdas reversíveis e irreversíveis para a natureza, principalmente em relação aos recursos hídricos – com mananciais comprometidos pelo aporte de efluentes líquidos e resíduos sólidos –, que são considerados de extrema importância, em função das demandas crescentes e das limitações existentes em todo o mundo.

Outra questão relevante é a dos níveis de desmatamento como fator de desequilíbrio, que afeta as nascentes dos cursos d'água e provoca assoreamento dos rios, comprometendo, de forma direta, a vida das populações locais.

A exploração mineral também é responsável pela degradação dos solos, principalmente nas áreas de prospecção de petróleo e gás e na região metropolitana, com a produção de espaços estéreis, em decorrência da extração de areia e argila para a construção civil.

A política ambiental desenvolvida pelo governo vem estruturando mecanismos de controle desses impactos, seja através dos licenciamentos emitidos pelo Conselho de Proteção Ambiental, seja pela atuação do Centro de Recursos Ambientais e da Superintendência de Desenvolvimento Florestal na fiscalização, administração e criação de Áreas de Proteção Ambiental – APAS, com vistas ao uso sustentável, e voltadas para preservação permanente. Essas medidas ainda não foram suficientes para impedir novas agressões ao meio ambiente e promover, de forma efetiva, uma recuperação dos recursos já degradados.

Faz-se necessário inserir, no contexto da sustentabilidade, a preparação do homem rural quanto às potencialidade e limitações do meio em que vive, desenvolvendo, a partir daí, uma consciência ecológica com base no uso sustentável. A inclusão, na grade curricular, da educação ambiental deve ter caráter obrigatório, para enfatizar as especificidades de cada região, com a finalidade de infundir, desde a tenra idade, uma consciência ecológica embasada em conhecimentos dos ecossistemas e na necessidade de preservá-los para a manutenção da vida,.

Entretanto, é notório que o nível de conscientização absorvido nas últimas décadas, aliado às ações do governo e dos segmentos da sociedade organizada, têm minimizado alguns problemas existentes, contribuindo para a redução dos impactos negativos sobre os recursos naturais, em alguns segmentos, com reflexos na qualidade de vida da população.

Por outro lado, o desenvolvimento do setor produtivo é delineado em função das demandas e exigências a ele impostas, levando, em primeiro plano, à tendência global, na qual a competitividade é a tônica e para a qual a qualidade faz a diferença, dentro da perspectiva de novos mercados.

Partindo desse pressuposto e considerando os dados obtidos no decorrer deste trabalho, observou-se que os setores industriais, dentre eles a extração de petróleo e gás e o turismo, constituem-se nos grandes vetores de desenvolvimento e, conseqüentemente os que têm obtido maior atenção por parte do poder público em todas as esferas, principalmente a estadual. Isso se reflete nos avanços verificados, em especial na implantação das indústrias automobilística e calçadista, nas transformações na petroquímica e na recuperação do Centro Industrial de Aratu.

Para tanto, a política de concessão de incentivos fiscais, crédito presumido e linhas de crédito junto ao Banco de Desenvolvimento, implementada pelo Governo desde 1991, teve como objetivo viabilizar a implantação de novos projetos industriais, promover a ampliação da capacidade produtiva da estrutura existente e reestruturar a petroquímica, com vistas à transformação da matéria prima produzida no Copec, o que concretiza a terceira geração da indústria petroquímica da Bahia.

As metas delineadas estão se concretizando com a implantação do projeto, Amazon-Ford, que tem grande capacidade germinativa e abre espaços para diversificar o parque industrial, gerando empregos diretos e indiretos. Por outro lado, com a ampliação da

Refinaria Landulfo Alves, houve um incremento na produção de nafta, para atender às demandas do pólo petroquímico.

As potencialidades da área para as atividades turísticas são múltiplas, a começar pela Baía de Todos os Santos, dotada de terminais marítimos como a Salvador Bahia Marina, a Marina Estaleiro Aratu e Porto do Cais, em Periperi, o que permite sua inclusão em circuitos internacionais, por ser considerada hoje referência para esportes náuticos e lazer. Além disso, algumas ilhas que formam o arquipélago dentro da baía são verdadeiros santuários, com relíquias históricas e praias selvagens, que atraem muitos visitantes.

A cidade de Salvador, multifacetada, reserva parte da história do Brasil, com relíquias erguidas pelos colonizadores, dentre as quais se destacam os fortes, as inúmeras igrejas e o centro histórico, com ruas estreitas e casarões seculares, onde a afrodescendência se faz presente nas manifestações populares, através da música e da culinária, além da beleza e da alegria irradiada pelo povo, atributos que exercem fascínio para os povos que aqui aportam.

Por outro lado, a pressão demográfica sobre Salvador se reflete nas demandas insatisfeitas de emprego, na saturação do mercado informal, nos problemas de moradia e na falta de perspectiva, fatores em parte responsáveis pela violência crescente que vem mobilizando vários segmentos da sociedade civil, com projetos sociais, na tentativa de levar alternativas para os jovens carentes.

Nessa direção, o Programa de Desenvolvimento do Turismo - Prodetur vem dando um tratamento especial, através de incentivos e divulgação das riquezas naturais e culturais e do artesanato como forma de gerar emprego e renda. O turismo é um dos segmentos gerador de empregos diretos e indiretos e vem crescendo não só em Salvador como em diversas outras localidades, principalmente na zona costeira.

O litoral da área faz parte da Costa dos Coqueiros, onde o turismo encontra-se em franco desenvolvimento, no segmento da Linha Verde, com previsão de novos investimentos e da construção de dois complexos hoteleiros que irão somar-se ao de Sauípe, com estruturas de padrão internacional, cuja meta é consolidar a Bahia como um grande pólo turístico do país.

O turismo, apesar da sazonalidade, possibilita uma série de oportunidades de trabalho e negócios, constituindo fonte de renda para a população dos centros turísticos, e da zona costeira. Em Salvador, as festas populares, em especial o carnaval, atraem, a cada ano, mais pessoas significando mais negócios e empregos para a população, principalmente, na alta estação.

Nesse contexto, o setor de serviços tem perspectivas de crescimento, principalmente com a ampliação do turismo, com a derivação para o ecoturismo, o turismo cultural, as feiras de negócios, as festas juninas, os carnavais fora de época, as festas ligadas a atividades rurais, como as vaquejadas de Serrinha e as exposições agrope-

cuárias, que atraem muitos visitantes, aquecendo a economia dos municípios promotores dos referidos eventos.

Considerando a realidade da área em relação à ocupação com atividades agropecuárias, conclui-se que, apesar da estagnação em que se encontram as culturas tradicionais e a vulnerabilidade das culturas temporárias, os programas de governo, com vistas ao desenvolvimento da agroindústria, vêm se estruturando, com possibilidade, de reversão dessa realidade, incrementando a verticalização da produção, agregando valores aos produtos, com maiores oportunidades de emprego, contribuindo para fixar o homem no campo, fortalecendo e modernizando os sistemas agrícolas, hoje com baixo nível tecnológico.

Diante da dificuldade de recuperação dos ambientes degradados, recomenda-se a ampliação da ação fiscalizadora dos órgãos ambientais, principalmente em relação às áreas turísticas com maior procura e ocupação acelerada, especialmente no que se refere a edificações na faixa costeira, próximas a ecossistemas frágeis, como lagoas e manguezais, comuns nessa área e de extrema importância para a manutenção de muitas espécies marinhas.

Na ótica da sustentabilidade, é importante lembrar que a aqüicultura voltada para a carcinicultura, atividade em crescimento na zona costeira, merece cuidados especiais, planejamento e controle, em função da preservação dos manguezais, ecossistema importante para a reprodução de várias espécies marinhas que se encontram altamente vulneráveis. Esses cuidados devem se voltar não só para os viveiros de camarão como para outras depredações que merecem também atenção especial.

Reafirma-se o dinamismo do setor industrial e de serviços, além de serem otimistas as perspectivas de avanços para as atividades agropecuárias emergentes, voltadas para os mercados internos insatisfeitos e, principalmente, visando às novas demandas externas.

Constata-se ainda que, apesar dos avanços neste início de século, a apropriação dos espaços, de um modo geral, acontece à margem do que preconiza o desenvolvimento sustentável e até mesmo as normas e disposições legais em vigor.

Prevalece ainda o interesse econômico imediatista, a exemplo do que ocorre com a indústria, cuja implantação e atividades conduzem, na maioria das vezes, ao aumento da degradação dos recursos naturais, agravando seus efeitos e comprometendo seu gerenciamento.

De certa forma, a contemporização na aplicação das leis por parte do poder público em seus diferentes níveis de atuação, quer seja pelos argumentos levantados em nome dos benefícios desenvolvimentistas do município ou região, onde perdura a visão fragmentária dos problemas existentes ou passíveis de serem gerados, quer pela falta de estrutura e apoio institucional aos órgãos responsáveis pela gestão e fiscalização desses recursos, figura central do desenvolvimento, vem provocando desequilíbrio na maioria dos ecossistemas, o que se reflete na qualidade de vida das pessoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVA, Eduardo Meira; FERREIRA, Juca. Costa dos Coqueiros: Projeto Vetor Norte. Fundação Onda Azul. *Bahia Análise & Dados*. Salvador: SEI, v. 10, n. 3, p.22-28, dez. 1991.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA BAHIA. Salvador: SEI, 2002. v. 16.
- BAHIA. Bahia ganhará resort em Praia de Forte. *Diário oficial [do] Estado da Bahia*, Salvador, v. 87, n. 18.179, p. 3, 22 jan. 2003.
- _____. Produção pesqueira baiana pode dobrar. *Diário Oficial [do] Estado da Bahia*, Salvador, v. 80, n. 17.677, p.7, 4 maio 2001.
- _____. Programa de avicultura supera meta estabelecida. *Diário Oficial [do] Estado da Bahia*, Salvador, v. 86, n. 18.062/18063, p. 5, 31 ago./01 set. 2002.
- _____. Secretaria da Agricultura. Perfil do setor pesqueiro: litoral do Estado da Bahia. Salvador: Bahia Pesca, 1994. 75 p.
- _____. Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. *Frutos: a caminho de um grande mercado*: Salvador: CER, 1996. 156 p. (Séries alternativas de investimento, 3).
- _____. Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração. *Desempenho da mineração na Bahia*. Coordenado por José Haroldo da Silva Sá, Miguel Antônio Cedraz Nery. Salvador: SICM. COMIN; UFBA, 2002. 232 p. il.
- _____. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Superintendência de Planejamento Estratégico. *A indústria calçadista na Bahia*. Salvador: SPE, 2000. 120 p. (Série estudos estratégicos, 2).
- BOLETIM ESTATÍSTICO DA PESCA MARÍTIMA E ESTUARINA DO ESTADO DA BAHIA – 1998. Tamandaré: Bahia Pesca/ IBAMA, 1999.
- BRASIL. Ministério das Minas e Energia. *Projeto RADAMBRASIL. Folha SD. 24. Salvador. Geologia, Geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra*. Rio de Janeiro, 1981, 624 p. il, 5 mapas (Levantamento de recursos naturais, 24).
- _____. *Projeto RADAMBRASIL. Folha SC. 24/25 Aracaju/Recife. Geologia, Geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra*. Rio de Janeiro, 1983. 856 p., il., 7 mapas (Levantamento de recursos naturais, 30).
- CARMO, Maristela Simões. Produção familiar com o locus ideal da agricultura sustentável. *Agricultura em São Paulo*, São Paulo, v. 45, t. 1, p.1-15, 1998.
- CARNEIRO, Roberto Antonio Fortuna. *O complexo de produtos florestais*: In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Bahia 2000*. Salvador: SEI, 1999. p.153-168.
- _____. Os novos investimentos calçadistas: In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Bahia 2000*. Salvador: SEI, 1999. p.169-184.
- CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (BA). *Informações básicas dos municípios baianos*: Litoral Norte: Salvador: CEI, 1994. v. 6 il.
- _____. *Informações básicas dos municípios baianos*: Região Metropolitana de Salvador: CEI, 1994. v. 7, il.
- _____. *Perfil da região Econômica Litoral Norte*. Salvador, 1994. 88 p., il., tabs. Mapas. (Série perfis regionais, 2).
- _____. *Qualidade ambiental na Bahia*: Recôncavo e regiões limítrofes. Salvador: CEI, 1987. 48 p. tab. mapas.
- CENTRO DE RECURSOS AMBIENTAIS (BA). *Bahia nova legislação ambiental*. 2. ed. Salvador: CRA, 2001, 216 p. (Cadernos de referência ambiental, 8).
- CRUZ, Arival Conceição da. Carne bovina: considerações sobre a cadeia produtiva: *Bahia Agrícola*, Salvador, v. 4, n. 3, dez. 2001.

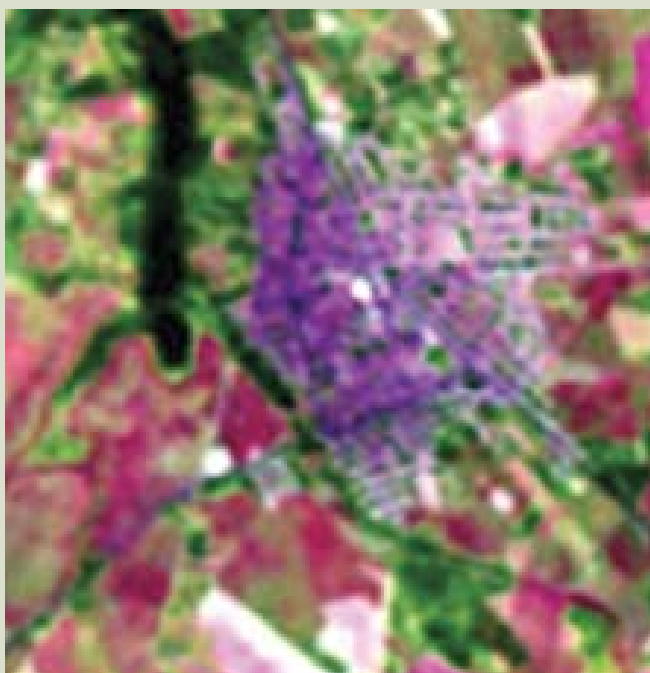
- FONSECA, Adilson. Criação de búfalos ainda é cercada de preconceitos. *Planta & Cria*, Salvador, v. 2, n.2, jul. 2002.
- IBGE. *Produção agrícola municipal*: culturas temporárias e permanentes. Rio de Janeiro: Sistema IBGE de recuperação automática – SIDRA, 1997 – 2001.
- _____. *Produção pecuária municipal*. Rio de Janeiro: Sistema IBGE de recuperação automática – SIDRA, 1997 – 2001.
- _____. *Manual técnico da vegetação brasileira*. Rio de Janeiro. IBGE. Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 1991. 92 p. (Séries manuais técnicos de geociências, 1).
- IGARASHI, Marco Antonio. Situação atual da carcinicultura e o status econômico-social da atividade na região Nordeste. *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, v. 33, n.2, abr./jun. 2002.
- GRINOVER, LÚCIO. *O Planejamento físico-territorial e a dimensão ambiental*: Cadernos FUNDAP, São Paulo, Ano 9 nº 16, p. 25-32, jun. 1989.
- LEÃO, Sonia de Oliveira. *Evolução dos padrões de uso do solo agrícola na Bahia*. Recife: SUDENE, 1987. 412 p. il. (Série estudos regionais, 14).
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia século XIX - Uma Província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. 747 p.
- MEGARESORT é instalado em Praia do Forte. *A Tarde*, Salvador, 22 de jan. 2003. Caderno de Economia, p. 13.
- MENDONÇA, Jackson Ornelas. Agricultura e a agroindústria no Recôncavo. *Bahia Agrícola*, Salvador: SEAGRI, v. 2, n. 2, p.23-29, mar. 1998.
- PASSOS, Orlando S. A história e a importância da laranja Bahia. *A Tarde*, Salvador, 28 ago. 2000. A Tarde Rural, p. 3.
- PRAIA do Forte. *A Tarde*, Salvador, 23 out. 2002. Caderno de Turismo, p.1,5-6.
- SANTANA, Vera Lucia Veiga. Abacaxi: o desenvolvimento da cultura na Bahia. *Bahia Agrícola*, Salvador: SEAGRI, v. 5, n.1, set. 2002.
- SCHERER, Andréa Mendes Sampaio. Flores da Bahia. *Bahia Agrícola*, Salvador: SEAGRI, Salvador, v. 5, n. 1, set. 2002.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Uso atual das terras*: Bacia do Rio Paraguaçu e sub-bacias dos rios Jaguaripe e Jequiçá. Salvador: SEI, 2000. 70 p. il. tab. mapas. (Série estudos e pesquisas, 50).
- _____. *Análise dos atributos climáticos do Estado da Bahia*. Salvador: SEI, 1998. 85 p. (Série estudos e pesquisas, 38).
- _____. *Balanço hídrico do Estado da Bahia*. Salvador: SEI, 1999. 250 p. (Série estudos e pesquisas, 45).
- _____. *Macroregião de Salvador*. Salvador: SEI, 1995. p. 34-35. (Série estudos e pesquisas, 26).
- SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÍDRICOS (BA). Plano Diretor de Recursos Hídricos: bacias hidrográficas do Recôncavo Norte e Inhambupe. Salvador: SRH, 1996. 294 p. il. (Documento síntese).
- TURISMO: Prodetur II trará benefícios à Bahia. *Diário Oficial [do] Estado da Bahia*, Salvador, v. 87, n. 18.086/18087, p.11, 28 e 29 set. 2002.
- VESTÍGIOS do Brasil Colônia: Ilha dos Frades e um olhar ecoturístico sobre a baía. *A Tarde*, Salvador, 22 jan. 2003 p. 1, 3, 5, 7-8.
- VIEIRA JÚNIOR, Rodrigo. Avigro procura parceria com pequeno agricultor. *A Tarde*, Salvador, 19 jun. 2000. A Tarde Rural, p. 8.
- _____. *Produção pecuária municipal*. Rio de Janeiro: Sistema IBGE de recuperação automática – SIDRA, 1996 – 2000.
- ZANCHETTI, Sílvia Mendes; LACERDA, Norma. A revitalização de áreas históricas como estratégias de desenvolvimento local: avaliação do caso do bairro do Recife. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 30, n. 1, p. 8-24, jan./mar. 1999.

■ ANEXOS



ANEXO

GALERIA DE FOTOS



Recorte da imagem de satélite com destaque para o padrão representativo das áreas urbanas – cidade de Inhambupe.





Cultura consorciada de coco-da baía,
feijão e laranja



**Cultura consorciada
de banana com feijão.**



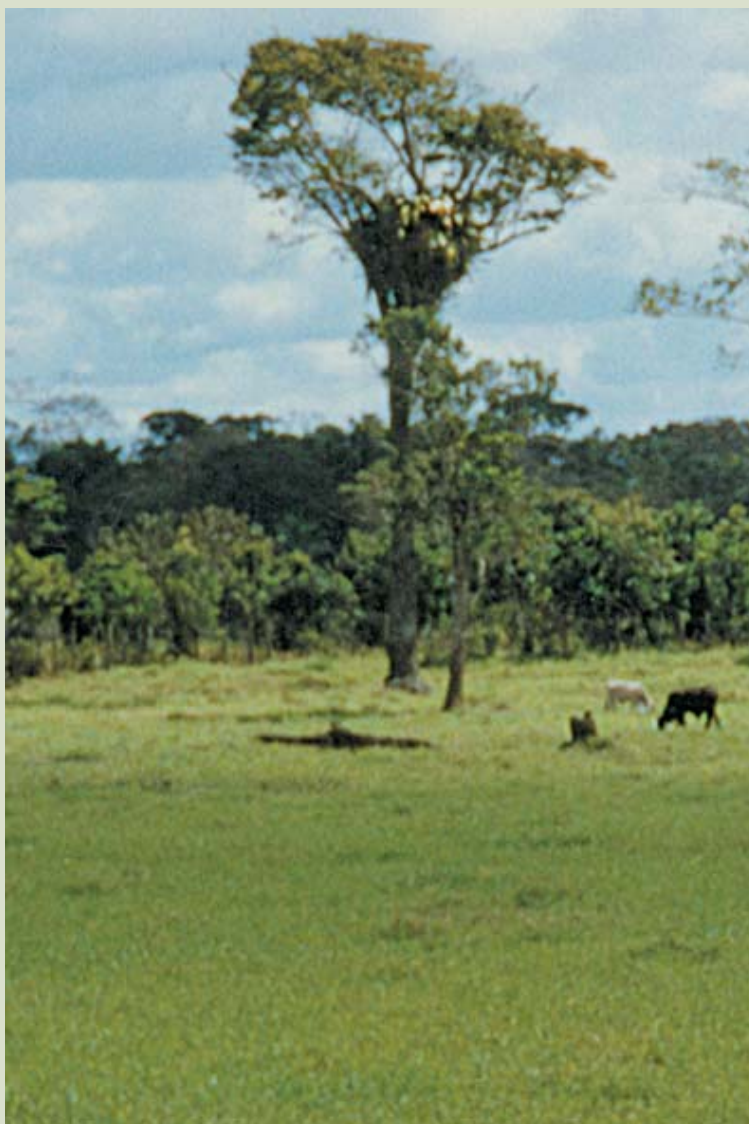


Cultura da laranja em tabuleiros localizados no município de Inhambupe.





Pastagem da região de Entre Rios, utilizada como suporte para pecuária bovina.



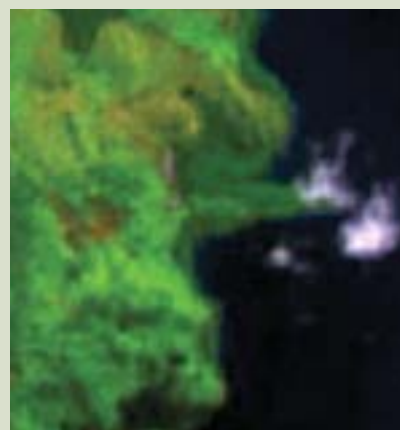
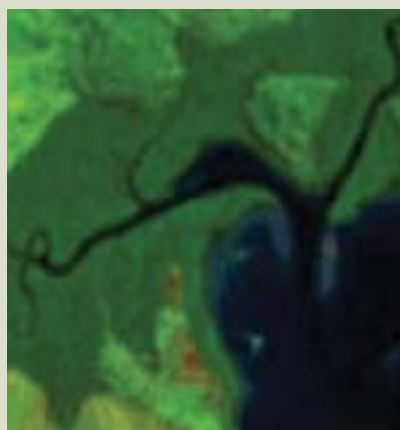
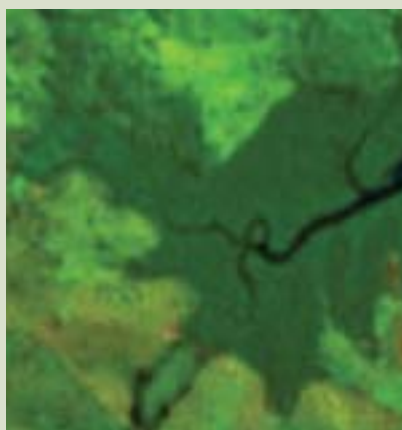


Área de vegetação secundária
com pastagem – Litoral Norte.





Recorte de imagem de satélite com destaque para as áreas de mangues no entorno da Baía de Aratú.

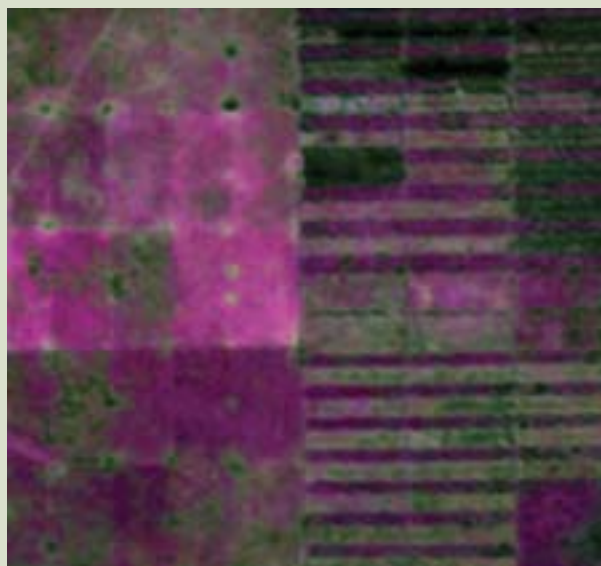






Planície Litorânea entremeada por lagoas, com vegetação pioneira herbácea e arbustiva e ao fundo coqueiral subespontâneo que contorna a costa.





Recorte da imagem de satélite com destaque para o padrão representativo da Silvicultura.



Igreja localizada na vila de Subauma município de Entre Rios, lugar singular habitado por pescadores.



